

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**O AUXÍLIO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO TOCANTINS - *CAMPUS* PALMAS:  
A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM XEQUE**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Lívia Fernanda Leal Macedo**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2015**



**O PROGRAMA DE AUXÍLIO DE FORMAÇÃO  
PROFISSIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS - *CAMPUS*  
PALMAS: A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM XEQUE**

**Lívia Fernanda Leal Macedo**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa Práticas Escolares e Políticas Públicas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS), como requisito parcial para a qualificação da obtenção do grau de **Mestre em Educação.**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosane Carneiro Sarturi**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2015**

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Macedo, Livia Fernanda Leal

O auxílio de formação profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - Campus Palmas: a assistência estudantil em xeque / Livia Fernanda Leal Macedo.-2015.

178 p.; 30cm

Orientadora: Rosane Carneiro Sarturi

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, RS, 2015

1. Políticas públicas sociais 2. Condições de permanência 3. Inclusão social 4. Assistência estudantil  
I. Sarturi, Rosane Carneiro II. Título.

---

© 2015

Todos os direitos autorais reservados a Livia Fernanda Leal Macedo. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte. E-mail: liviaflmacedo@hotmail.com

---

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Educação  
Programa de Pós-Graduação em Educação**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Dissertação de Mestrado

**O PROGRAMA DE AUXÍLIO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO  
TOCANTINS - CAMPUS PALMAS: A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM  
XEQUE**

Elaborado por  
**Lívia Fernanda Leal Macedo**

Como requisito parcial para a obtenção do grau de  
**Mestre em Educação**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Rosane Carneiro Sarturi, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. (UFSM)**  
(Presidente /Orientadora)

---

**Maria de Loudes Pinto de Almeida, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>.**  
(UNOESC/UNICAMP/UNIVESP/USP)

---

**Celso Ilgo Henz, Prof. Dr. (UFSM)**

---

**Marilene Dalla Corte, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. (UFSM)**

Santa Maria, 25 de fevereiro de 2015.



Dedico esta dissertação a minha família pela demonstração de fé, amor e confiança;  
Aos meus amigos pelo apoio incondicional e companheirismo;  
Aos professores do PPGE pelos ensinamentos acadêmicos e pelas valiosas lições  
de vida;  
À orientadora pela paciência e dedicação demonstrada no decorrer do trabalho;  
Aos estudantes do IFTO pelo aprendizado profissional e contribuição nas  
entrevistas;

Enfim, a todos que de alguma forma tornaram este caminho mais fácil de ser trilhado  
e que sempre estiveram ao meu lado, me acompanhando, apoiando e  
principalmente acreditando em mim.





## AGRADECIMENTOS

A DEUS, pelo dom da vida, por ter me conduzido nessa trajetória, abençoando-me em cada momento de dificuldade, me dando sempre força interior e me ajudando a superar todas as adversidades. Obrigada Senhor, pois escutastes as minhas orações e serei sempre testemunha de tua infinita bondade e misericórdia em minha vida.

A NOSSA SENHORA por me amparar na minha dor e estar ao meu lado na minha alegria. Obrigada por permanecer ao meu lado e me levantar quando caio.

A minha família, pois foram os responsáveis pelos ensinamentos morais, humanos, éticos e religiosos. Os valores e princípios internalizados e que tento colocar em prática, são frutos dessa convivência, e levarei para sempre comigo. Os agradecimentos não poderiam ser expressos em palavras, por isso tento demonstrar por meio de atitudes de AMOR.

Aos estudantes que contribuíram para a conclusão deste estudo, pela receptividade, disponibilidade e respeito, não somente na concessão das entrevistas, mas ao longo do cotidiano profissional durante os 07 anos de IFTO - *Campus* Palmas, pois reconhecem o valor profissional da equipe técnica da instituição. O aprendizado diário foi essencial para meu processo de formação profissional e pessoal. Meu muito obrigada a vocês, estudantes, pela oportunidade de aprender com vocês.

Ao Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO – *Campus* Palmas, pela confiança e apoio para a concretização deste sonho. Pelos anos de trabalho e de dedicação que me proporcionaram o aprendizado, respeito e admiração a esta instituição que por meio da equipe gestora e técnica tanto contribui para a melhoria da educação no Estado do Tocantins.

À Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, pela oportunidade de acesso ao curso. Ao seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram o aprendizado.

A minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Rosane Carneiro Sarturi, pela oportunidade de aprendizado, por ter me escolhido como orientanda em meio a tantos outros projetos. Obrigada pela paciência, pela orientação e pela colaboração na concretização deste sonho e por ter me ajudado a concretizar outro sonho antigo.

Essa oportunidade me abriu as portas para que eu pudesse ser redistribuída para a Universidade Federal do Piauí - UFPI e voltasse para minha terra natal e para o convívio familiar. Era um recomeço de vida que há tempos esperava e clamava a DEUS para que acontecesse. Graças a sua contribuição, já estou colhendo os frutos do estudo e da dedicação.

Aos professores PPGE agradeço pelo acolhimento, pela receptividade, pelas lições valiosas, não somente em termos de teoria acadêmica, mas pelas lições humanas, por muitas vezes nos mostrarem qual o melhor caminho a seguir enquanto profissional e ser humano. Sou grata por coisas que aparentemente podem parecer simples, mas que fazem uma enorme diferença em nossas vidas quando estamos distantes de nossa terra e de nossa família. Obrigada por concederem a sala e o computador para que eu pudesse estudar, por se preocuparem com minha estada durante o tempo que fiquei em Santa Maria - RS, pelas caronas, viagens, pelos lanches, pelas conversas, pelos sorrisos e gentilezas que tanto me acalentaram em meio ao frio intenso, a solidão e a saudade de casa. Agradeço especialmente aos professores: Celso Ilgo Henz, Marilene Dalla Corte, Guilherme Correa, Jorge Luiz da Cunha, Marcelo Andrade, Maria de Lourdes Pinto de Almeida, pela disponibilidade, pelas valiosas colaborações na qualificação e defesa da dissertação e a Marilu Marin (In memoriam) que infelizmente recentemente nos deixou, agradeço por ter nos acolhido em sua casa, proporcionando-nos momentos de muita alegria.

A todos os amigos e colegas de trabalho que me doaram apoio, compreensão, incentivo, inspiração, motivação e estímulo necessários em todas as etapas. Desde a inscrição no processo de seleção, elaboração do projeto, provas, entrevista, aprovação no mestrado, mudança para Santa Maria- RS, conclusão das disciplinas, volta para Palmas -TO, pesquisa de campo, leituras, retorno definitivo para Teresina-PI e até a fase de escrita da dissertação. Foram muitas fases e mudanças durante os dois anos de curso, mas muito significativas para meu amadurecimento. Agradeço cada oração, cada abraço, cada sorriso, cada mensagem, cada telefonema e pensamento positivo. As demonstrações de carinho e atitudes de companheirismo foram essenciais para que eu pudesse concretizar este sonho. Minha gratidão será eterna!

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

Eduardo Galeano



## RESUMO

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
Universidade Federal de Santa Maria

### **O AUXÍLIO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS - CAMPUS PALMAS: A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM XEQUE**

AUTORA: LÍVIA FERNANDA LEAL MACEDO  
ORIENTADORA: ROSANE CARNEIRO SARTURI  
Santa Maria, 25 de fevereiro de 2015.

Este estudo investigou o Programa Auxílio de Formação Profissional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - IFTO - *Campus* Palmas, inserido na linha de pesquisa Práticas Escolares e Políticas Públicas do Mestrado em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O objetivo foi compreender as possíveis contribuições do Auxílio de Formação Profissional para a efetivação dos objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil, os quais tratam da ampliação das condições de permanência dos jovens na educação. A abordagem da pesquisa utilizada foi qualitativa e a coleta de dados executada por meio de três fontes: observação, análise de documentos do setor de serviço social do IFTO - *Campus* Palmas e entrevista semiestruturada. Os oito sujeitos de pesquisa foram os bolsistas da modalidade de ensino médio integrado do referido programa. A análise de dados foi fundamentada na vertente materialista histórico-dialética. Para embasamento teórico, utilizou-se Almeida (2000), Boneti (2006), Teixeira (2002), Silva (2002), Mauriel (2010), Guimarães-Iosif (2009), Gimeno Sacristán (2002), Faleiros (2008), Mota (1995), Romanelli (2009), dentre outros, além da Lei de Diretrizes Básicas da Educação, n. 9.394 (BRASIL, 1996) e do Programa Nacional de Assistência Estudantil, Decreto n. 7.234/2010 (BRASIL, 2010), os quais tratam dos direitos e da ampliação da permanência dos jovens na educação. Espera-se, por meio da pesquisa, contribuir para o êxito, no sentido de permanência e na perspectiva de inclusão social, da educação dos bolsistas que vivem em uma realidade permeada pelas desigualdades sociais. O resultado da pesquisa mostrou que os estudantes os quais foram contemplados com o Auxílio de Formação Profissional obtiveram melhoras significativas como: aumento da renda familiar, redução das desigualdades sociais no âmbito escolar, aumento da frequência e notas escolares, inclusão social, permanência e sucesso na conclusão de seus cursos.

**Palavras-chave:** Políticas públicas sociais. Condições de permanência. Inclusão social. Assistência estudantil.



## **ABSTRACT**

Master's Degree Thesis  
Education Graduate Program  
Universidade Federal de Santa Maria

### **THE AID TRAINING PROFESSIONAL EDUCATION FEDERAL INSTITUTE SCIENCE AND TECHNOLOGY TOCANTINS - CAMPUS**

#### **PALMS: STUDENT ASSISTANCE IN CHECK**

**AUTHOR: LÍVIA FERNANDA MACEDO LEA**

**ADVISOR: ROSANE CARNEIRO SARTURI**

**Santa Maria, February 25, 2015.**

This study investigated the Vocational Training Assistance Program at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Tocantins - IFTO - Campus Palmas, inserted in the search line School Practices and Public Policy Master in Education of the Federal University of Santa Maria (UFSM) . The objective was to analyze the possible contributions of the Vocational Training Assistance for the realization of objectives of the National Student Assistance Program, which deal with the expansion of conditions of stay of young people in education. The approach used was qualitative research and data collection performed by three sources: observation, analysis of documents of the social service sector IFTO - Campus Palmas and semistructured interviews. The eight research subjects were fellows of integrated high school mode of the program. Data analysis was based on historical and dialectical materialist present. For theoretical background, we used Almeida (2000), Boneti (2006), Teixeira (2002), Silva (2002), Mauriel (2010), Guimarães-Iosif (2009), Gimeno Sacristán (2002), Faleiros (2008) Mota (1995), Romanelli (2009), among others, in addition to the Basic Guidelines of Education Act, n. 9.394 (BRAZIL, 1996) and the National Program of Student assistance, Decree n. 7234/2010 (BRAZIL, 2010), which deal with the rights and the expansion of the permanence of young people in education. It is hoped, through research, contribute to the success in the sense of permanence and social inclusion perspective, the education of scholars living in a reality permeated by social inequalities. The survey results showed that students who were awarded the Vocational Training Assistance obtained significant improvements such as increased family income, reducing social inequalities in schools, increased frequency and school grades, social inclusion, permanence and success in completion of their courses.

**Key-words:** Social public policy. Conditions of residence. Social inclusion. Student assistance.





## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Benefícios do programa de assistência estudantil - IFTO .....	97
--	----



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM	Banco Mundial
CACOM	Coordenadoria de Assistência Comunitária
CAES	Coordenação de Assistência ao Estudante e Servidor
CF	Constituição Federal
COTEPE	Coordenação Técnica Pedagógica
CRAS	Centro de Referências de Assistência Social
DIRENS	Diretoria de Ensino
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ETF	Escola Técnica Federal
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEAE	Gerência de Apoio ao Ensino
GETAT	Grupo Executivo das Terras de Araguaia-Tocantins
IFEs	Instituições Federais de Ensino Superior
IFTO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MANUTEC	Coordenação de Manutenção de Informática
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MIRAD	Reforma e do Desenvolvimento Agrário
OMC	Organização Mundial do Comércio
PETI	Programa de Erradicação para o Trabalho Infantil
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PIB	Produto Interno Bruto
PSID	Projeto Social de Inclusão Digital Anjo da Guarda
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PRAEC	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão dos Jovens
PROUNI	Programa Universidade para Todos

SEDES	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
SFCEX	Escola de Formação Complementar do Exército
TI	Tecnologia da Informação
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UNB	Universidade de Brasília
VA	Valor Adicionado

## LISTA DE ANEXOS

<b>Anexo A</b> – Ficha social de estudante.....	147
<b>Anexo B</b> – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) .....	154
<b>Anexo C</b> – Termo de confidencialidade .....	156



## LISTA DE APÊNDICES

<b>Apêndice A</b> – Roteiro Para Entrevista .....	159
<b>Apêndice B</b> – Quadro 01 - Análise das entrevistas .....	160





## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	25
2	ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	35
3	AS TRANSFORMAÇÕES MUNDIAIS E SEUS REFLEXOS PARA AS POLÍTICAS SOCIAIS.....	43
3.1	Capitalismo: origens e efeitos.....	44
3.2	Globalização: fenômeno de integração ou segregação?.....	51
3.3	Políticas Sociais: alívio da pobreza ou necessidade de classes? .....	54
4	CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO ATUAL .....	63
4.1	Educação: histórico de exclusão .....	63
4.2	Demanda por educação escolarizada.....	70
4.3	Condições de permanência sob os reflexos das questões sociais .....	74
5	PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO ALTERNATIVAS DE INCLUSÃO SOCIAL .....	79
5.1	Contextualização do IFTO em níveis local, regional e nacional .....	86
5.2	Assistência estudantil no IFTO- <i>Campus</i> Palmas.....	92
6	RESULTADOS DA PESQUISA .....	101
	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	133
	REFERÊNCIAS.....	141
	ANEXOS .....	145
	APÊNDICES.....	157



# 1 INTRODUÇÃO

Sendo uma pesquisadora profissional de serviço social inserida na área da educação, foi possível compreender como o processo educativo pode ser uma alavanca propulsora, se efetivada com qualidade, para a formação e para o exercício da cidadania. Sem falar no que a educação representa para o desenvolvimento econômico e social de uma nação.

No entanto, a fim de garantir os direitos contidos na Constituição Federal de 1988, é necessário criar meios que possibilitem aos estudantes a conquista do acesso à educação e, também, a permanência e conclusão de seus cursos. Para isso, surgiram as políticas sociais voltadas à permanência dos estudantes na educação, contribuindo para a efetivação dos direitos estudantis.

Este trabalho tem como questão central a assistência estudantil, a qual é destacada como um mecanismo que possibilita a manutenção e permanência de indivíduos na educação e como alternativa de inclusão social. Para entender a política de assistência estudantil é importante compreender como a educação tornou-se política social e questão de direito. É necessário, ainda, compreender as mudanças que ocorreram no cenário mundial e seus reflexos para as políticas sociais, mais especificamente para as políticas de educação.

Nesse sentido, destaca-se a educação como um direito humano, expressa desde 1948 na Declaração Universal de Direitos Humanos e reafirmada em vários pactos e legislações. No Brasil, a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 205 e 206, afirma que a educação é dever do Estado e da família e que deve haver condições para o acesso e permanência:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:  
I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola [...]  
(BRASIL, 1988).

Contudo, o direito à política de educação vem sendo negado historicamente no Brasil, sobretudo em um contexto marcado por políticas neoliberais. Desse modo, surgiu um cenário dividido entre classes: de um lado uma classe privilegiada, a qual

se tem acesso a uma educação de qualidade e, de outro, uma classe marginalizada, longe de efetivar de fato os direitos sociais já conquistados em legislações.

Observa-se que, nos últimos anos, a educação e o sistema educacional brasileiro passaram por diversas mudanças. Todavia, há uma precarização da área educacional que pode ser observada por meio de cortes de verbas, falta de condições de trabalho, perda de direitos trabalhistas dos profissionais da educação, baixos salários, terceirização de serviços, sucateamento das instituições públicas de ensino no que diz respeito à infraestrutura, entre outros.

As contínuas transformações operadas pelas políticas neoliberais intensificaram a falta de investimento na educação pública e refletem na realidade vivenciada por estudantes, os quais buscam, por meio da educação, sua emancipação humana, política e social. Além da construção de cidadania enquanto sujeitos de direitos, o acesso à educação e o aumento da escolaridade podem propiciar aos estudantes, que estão expostos à condição de vulnerabilidade socioeconômica, uma possibilidade de mobilidade social e de suprir suas necessidades básicas.

Houve, assim, a necessidade de aumento de suporte aos estudantes de classes sociais menos favorecidas, devido à observação de altas taxas de evasão, reprovação, retenção, problemas de aprendizado e às dificuldades financeiras destes para permanecerem na universidade, o que exigiu medidas paliativas. De tal modo que as instituições começaram a se preocupar em fornecer moradia, apoio pedagógico, alimentação, auxílio financeiro, dentre outros, aos estudantes. Essa preocupação com a demanda crescente por auxílios contribuiu para que o Ministério da Educação (MEC) instituisse o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

O PNAES foi regulamentado pelo Decreto n. 7.234/2010. Foi criado com o objetivo de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, por meio da democratização das condições de permanência, da minimização dos efeitos das desigualdades sociais e regionais e conclusão da educação superior, da redução das taxas de retenção e evasão e da contribuição para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), *Campus* Palmas, inserido nesse contexto brasileiro de profundas desigualdades sociais, foram observadas várias questões sociais que dificultavam a permanência

dos estudantes na educação e os afastavam da efetivação do direito à educação. Nesse sentido, os serviços de assistência ao estudante no IFTO - *Campus* Palmas iniciaram no ano 2005, ainda como Escola Técnica Federal (ETF). Por meio do Regulamento do Programa de Assistência Estudantil, instituído em maio de 2011, foi implantada a Política de Assistência Estudantil no âmbito do IFTO - *Campus* Palmas.

No referido ano, criou-se um conjunto de ações voltadas ao atendimento dos estudantes, de todas as modalidades de ensino, regularmente matriculados em cursos oferecidos pelo IFTO - *Campus* Palmas, as quais visam à permanência e o êxito na perspectiva de inclusão social, produção de conhecimento, melhoria de desempenho acadêmico. Essas ações podem ser elencadas da seguinte forma: Auxílio Transporte; Auxílio Alimentação; Auxílio Moradia; Auxílio Material Didático; Auxílio Uniforme; Auxílio Pais-Estudantes (Creche); Auxílio Emergencial; Assistência Médica, Odontológica e Psicossocial; Arte, Cultura, Esporte e Lazer e Auxílio de Formação Profissional.

No cotidiano profissional do setor de serviço social, observou-se grande demanda voltada para o Auxílio de Formação Profissional, dentre todos os benefícios ofertados. Diante disso, o foco central deste estudo foi o Auxílio de Formação Profissional do Programa de Assistência Estudantil do IFTO - *Campus* Palmas. O auxílio supracitado consiste na inserção do estudante em atividades de educação nas dependências da instituição, visando à integração e aperfeiçoamento profissional e cultural, de modo a proporcionar a complementação do processo ensino-aprendizagem por meio de desenvolvimento de atividades orientadas e vinculadas, prioritariamente, à área de formação do estudante.

O universo empírico para coleta de dados foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) - *Campus* Palmas. Destacam-se como sujeitos de pesquisa os estudantes da modalidade de Ensino Médio Integrado, contemplados pelo Auxílio de Formação Profissional.

A pesquisa intitulada “O Programa de Auxílio de Formação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - *Campus* Palmas: A Assistência Estudantil em Xequê”, a qual faz parte da linha de pesquisa de Práticas Escolares e Políticas Públicas do Mestrado em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), é de natureza qualitativa e utilizou-se como a vertente teórica o materialismo histórico-dialético, o qual enfatiza a historicidade dos sujeitos, as relações contraditórias, o desenvolvimento e a transformação dos fatos.

Em relação aos procedimentos para obter as informações necessárias à realização deste estudo e atingir os objetivos, foram propostas as seguintes fontes para coleta de dados: observação, entrevista semiestruturada e sendo utilizada, ainda, como fontes de dados, a análise de documentos do setor de serviço social e legislação pertinente.

Tendo em vista que o tempo de observação permite interação entre o pesquisador e os sujeitos de pesquisa, facilitando a compreensão da realidade do grupo estudado, a observação foi realizada através do contato direto com os sujeitos de pesquisa durante todo o processo anual de execução do Auxílio de Formação Profissional.

Analisou-se o material obtido durante a pesquisa. Fizeram parte deste material os relatos de observação, documentos do setor de serviço social referentes aos bolsistas (fichas sociais do estudante, relatórios de visita domiciliar, fichas de atendimentos, pareceres sociais, livros de registro diário de atividades, dentre outros documentos complementares).

Utilizou-se, também, a técnica de entrevista semiestruturada, com perguntas abertas e fechadas, em que o entrevistador seguiu um roteiro previamente estabelecido. Foram entrevistados 08 bolsistas do Auxílio de Formação Profissional, todos estudantes da modalidade Ensino Médio Integrado. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas para análise de conteúdo, após a assinatura do termo de confidencialidade e consentimento.

Os critérios utilizados para escolha dos sujeitos de pesquisa foram: a modalidade de ensino, todos os estudantes que participaram da entrevista são do Ensino Médio Integrado e o tempo em que foram beneficiados pelo programa, ou seja, os que estão na bolsa há mais tempo, que foram beneficiados pelo menos 02 anos pelo programa.

A preocupação com a organização lógica do trabalho implicou na divisão do mesmo em três capítulos:

No primeiro capítulo, são enfatizadas as profundas transformações econômicas, políticas e culturais, que afetam o mundo e, conseqüentemente, as políticas sociais. O capítulo introdutório discute o surgimento das políticas sociais num contexto marcado pela globalização, capitalismo, política neoliberal, keynesianismo, assim como pelas mudanças no mundo do trabalho e pela redução dos direitos sociais.

No segundo capítulo, discutiram-se as dificuldades de acesso e permanência na educação enfrentada pelos estudantes que buscam o ensino profissionalizante integrado ao Ensino Médio como uma perspectiva de melhorias do ponto de vista econômico, social e cultural. Tentou-se explicar como surgiu a demanda por uma educação escolarizada. Além disso, foi elaborado um breve histórico da educação no Brasil, focalizando as questões sociais que permearam a seara educacional desde o início e as que estão presentes na contemporaneidade. Para entender o capítulo seguinte, é preciso compreender como a política de educação foi e é concebida atualmente e os reflexos das desigualdades sociais trazem para a permanência dos estudantes na educação.

No terceiro capítulo, focalizou-se a assistência estudantil, levando-se em consideração o caminho percorrido para torna-se uma política, vista como direito de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômicas. Observou-se, também, como a política de assistência estudantil estrutura-se nas instituições de ensino, particularmente no IFTO - *Campus* Palmas, e como é executada por meio de diversas ações e programas e como alternativa de inclusão social. Algumas considerações foram feitas sobre a requisição da assistência estudantil e sobre as demandas apresentadas na área educacional. Realizou-se uma contextualização da cidade de Palmas -TO e do Estado do Tocantins, compreendendo assim a conjuntura em que o IFTO se desenvolve. Além disso, foram expostos os resultados da pesquisa efetivada.

O último capítulo tratou sobre os resultados da pesquisa, explanando as falas dos sujeitos. Por fim, o trabalho é finalizado com as considerações finais.

Para embasamento teórico, utilizou-se Almeida (2000), Boneti (2006), Teixeira (2002), Silva (2002), Mauriel (2010), Guimarães-Iosif (2009), Gimeno Sacristán (2002), Faleiros (2008), Mota (1995), Romanelli (2009), Silva (2002) dentre outros, além da Lei de Diretrizes Bases da Educação, Lei n.9.394 (BRASIL, 1996) e do Programa Nacional de Assistência Estudantil, Decreto n. 7.234/2010 (BRASIL, 2010), os quais tratam dos direitos e da ampliação da permanência dos jovens na educação. Durante a construção do trabalho, outras referências foram utilizadas na revisão de literatura, no intuito de contribuir para o aporte teórico e dar subsídio a pesquisa.

Diante disso, este estudo buscou responder o problema em questão: **Quais as possíveis contribuições do Auxílio de Formação Profissional para as**

**condições de permanência dos estudantes da modalidade Ensino Médio Integrado do IFTO - *Campus Palmas*?** considerando que a permanência desencadeará em conclusão e, portanto, sucesso nos estudos.

O objetivo deste estudo é analisar as possíveis contribuições do Auxílio de Formação Profissional para a permanência e sucesso dos estudantes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) - *Campus Palmas*, tendo em vista os objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O referido estudo tem ainda como objetivos específicos:

- Compreender como as políticas sociais podem garantir o direito à educação dos estudantes, a redução das desigualdades sociais em suas vidas.
- Identificar como o auxílio de formação profissional pode contribuir para as condições de permanência e sucesso dos estudantes no *Campus Palmas*.
- Refletir como ocorre a inclusão social por meio da educação, tendo em vista os programas de assistência estudantil.

A avaliação do programa Auxílio de Formação Profissional poderá contribuir para melhoria dos serviços prestados aos estudantes atendidos pelo Programa de Assistência Estudantil do IFTO – *Campus Palmas*, uma vez que, para se verificar se os objetivos foram atendidos, é necessária uma investigação junto aos beneficiários dos programas.

O estudo é de extrema relevância para a avaliação da execução do Auxílio de Formação Profissional, tendo em vista a melhoria dos serviços oferecidos aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica atendidos pelo programa de Assistência Estudantil do *Campus Palmas*.

Averiguar sobre a temática nos incentiva a descobrir contribuições, possibilidades de novas intervenções e ao mesmo tempo determinados obstáculos da operacionalização da política de assistência estudantil, oferecidos nos programas existentes na rede que auxiliam os estudantes.

Este estudo, que trata do Auxílio de Formação Profissional do Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) - *Campus Palmas*, originou-se no ano de 2004, quando realizei estágio curricular do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Piauí (UFPI). O estágio curricular foi desenvolvido durante dois semestres na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) da UFPI, mais especificamente na



Coordenadoria de Assistência Comunitária (CACOM), responsável pela política de assistência estudantil.

Na ocasião, houve o acompanhamento das ações da equipe multidisciplinar no âmbito da assistência estudantil. Este fato possibilitou-me observar a prática profissional em relação aos benefícios ofertados nas seguintes áreas: alimentação, moradia, saúde, trabalho, psicopedagógica e social.

O cotidiano da observação tornou-se campo reflexivo acerca da educação, vivenciada de forma heterogênea pelos usuários que buscavam os benefícios. Participando do dia a dia de trabalho da equipe multidisciplinar da CACOM, pude acentuar muitos pensamentos críticos a respeito das desigualdades sociais e problemas relatados.

A da demanda buscava os serviços oferecidos pela CACOM por falta de dinheiro para pagamento do vale transporte, por não ter condições de se alimentar adequadamente e/ou por não participar das atividades em sala de aula porque não possuía o material de apoio exigido pelo professor, etc.

Alguns estudantes eram provenientes de cidades do interior ou de estados vizinhos. Moravam em pensões simples sem estrutura adequada, abrigados “de favor” em casas de parentes ou pagavam aluguel, na maioria das vezes, na periferia da cidade ou em bairros bem distantes em que o acesso ao transporte público era difícil.

Ocorriam ainda situações nas quais alguns estudantes, apesar de conviverem com a família, passavam por diversos problemas financeiros, moravam em área de risco ou ocupação, havia membros da família em situação de desemprego, com graves problemas de saúde, além de problemas com alcoolismo e drogas. Os relatos eram associados a péssimas condições de moradia e de sobrevivência no que diz respeito à alimentação, transporte e permanência na instituição.

Enquanto estudante do curso de serviço social vivia muitas angústias parecidas ou iguais às que ali eram relatadas diariamente sobre as perspectivas de futuro, principalmente porque me identificava com diversos jovens atendidos, que eram oriundos de famílias pobres do interior do estado e se instalavam na capital em busca de qualificação e progresso profissional.

No entanto, antes de adentrar para a vida acadêmica, já havia realizado a inserção no mundo do trabalho no serviço público. Apesar da instabilidade, pois se

tratava de um vínculo firmado por meio de contrato, o salário pudera suprir as despesas acadêmicas.

Após o término do contrato, iniciei estágio extracurricular com remuneração. Além disso, contava com ajuda financeira de familiares, o que contribuía para meu melhor desenvolvimento educacional, diferentemente da situação de vários estudantes atendidos pelo serviço social, os quais acabavam muitas vezes desistindo do curso.

Os problemas diagnosticados pela equipe multiprofissional e pela equipe de estagiárias de serviço social me faziam refletir sobre: como um jovem, procedente de uma realidade empobrecida do ponto de vista social, econômico e cultural, pode conseguir ultrapassar as barreiras da exclusão que lhe foram postas desde seu nascimento? Como um jovem sem apoio financeiro conseguirá permanecer na universidade durante todos os períodos necessários, ter sucesso e concluir seu curso? Esse jovem desistirá do curso em função do trabalho para que possa prover suas necessidades básicas e sua sobrevivência? O que seria mais viável para sua permanência?

Por meio da observação de atendimentos, entrevistas, análises de fichas sociais e, ainda, por meio de relatos de estudantes, as ações referentes ao benefício Auxílio de Formação Profissional caracterizaram-se mais visíveis como objeto de preocupação, tendo em vista a dificuldade de inserção dos estudantes no mundo do trabalho e para se manterem na academia. O benefício citado consiste no repasse de bolsa (recurso financeiro) aos estudantes, tendo como contrapartida a prestação de serviços na instituição.

O estágio curricular proporcionou a compreensão da importância da política de assistência estudantil por meio da execução e planejamento de serviços que objetivavam apoio ao estudante com dificuldade socioeconômica.

Ocorreram outras experiências de estágio extracurricular nas áreas de habitação e de saúde. O contato com tais políticas públicas também me remetia a pensar toda a conjuntura da atualidade que envolve o mundo do trabalho e as desigualdades de classes sociais.

Após o término da graduação, em 2005, com aprovação em concurso público, iniciei a carreira como profissional de serviço social na Prefeitura Municipal de Palmas, mais especificamente na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEDES). A inserção na Política de Assistência Social proporcionou o trabalho com

a Proteção Básica diretamente com a comunidade em Centros de Referências de Assistência Social (CRAS) e duas regiões de Palmas, uma central e outra periférica. Na ocasião, desenvolvi trabalhos na Proteção Especial, atendendo os usuários no Serviço de Plantão Social e na Assessoria de Proteção Especial.

O trabalho desenvolvido na política de assistência social, por meio de atendimento a população, inserção das famílias em programas de transferência de renda, encaminhamentos à rede socioassistencial, entre outros, pode contribuir também para observar a problemática do desemprego estrutural e do aumento das desigualdades sociais.

Crianças, adolescentes e jovens atendidos eram encaminhados imediatamente para os programas de Bolsa família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Programa Nacional de Inclusão dos Jovens (PROJOVEM), Pioneiros Mirins, dentre outros.

Além da transferência de renda, a inserção dos indivíduos nos programas tinha o objetivo de fortalecer os vínculos familiares e, também, garantir a permanência dos mesmos na escola por meio do repasse de recurso financeiro às famílias, já que os programas cobravam delas a frequência escolar dos filhos inseridos. Era comum ouvir relatos de chefes de família que haviam abandonado a escola devido a dificuldades financeiras. Alguns falavam que sonhavam com um futuro diferente para seus filhos, pois estes deveriam estudar e ter um futuro melhor que seus pais.

Em 2007, fui aprovada em concurso público para o cargo de assistente social do IFTO - *Campus* Palmas, na época ainda Escola Técnica Federal, retomando assim o trabalho com a política de assistência estudantil e também com o benefício Auxílio de Formação Profissional. A procura pelo benefício tornou-se a principal demanda do setor de serviço social no IFTO - *Campus* Palmas. Alguns atendimentos eram recorrentes no cotidiano profissional, havendo várias intervenções com estudantes e também com suas famílias que buscavam o benefício como último recurso para a permanência dos filhos na escola.

Dessa forma, pude identificar várias questões sociais que refletiam no espaço educacional e a importância de uma política pública de enfrentamento à problemática apresentada no ambiente escolar. Além da possibilidade de visualizar como se processa a educação no cenário regional e brasileiro em meio às desigualdades sociais, econômicas e culturais.

Em meio à pesquisa de campo, em 17 de junho de 2014, fui redistribuída para Universidade Federal do Piauí (UFPI) retornando, assim, ao início da primeira experiência com Assistência Estudantil. Essa experiência me inquietou e outros questionamentos surgiram acerca do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

A atuação como profissional de serviço social na esfera educacional em outra instituição federal proporcionou mais ainda o amadurecimento das reflexões de outrora e direcionou a prática pautada em um projeto ético político que busca legitimar os direitos, mais precisamente, nesse contexto, o direito à educação, para que haja uma sociedade justa e igualitária.

## 2 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

As ações de assistência estudantil sugeridas pelo PNAES devem ter como prioridade fundamental viabilizar a igualdade de oportunidades e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico do aluno, além de agir, preventivamente, para minimizar as situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Para compreender as possíveis contribuições do Auxílio de Formação Profissional na permanência e sucesso na conclusão dos cursos dos estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) – *Campus Palmas* – realizou-se pesquisa com 08 estudantes da modalidade Ensino Médio Integrado, beneficiários do Programa de Assistência Estudantil.

A escolha dos sujeitos de pesquisa deve-se ao fato de que o benefício Auxílio de Formação Profissional tornou-se a principal demanda do setor de serviço social – *Campus Palmas*. O aumento da procura pelo benefício, principalmente pelos estudantes da modalidade Ensino Médio Integrado, foi identificado a cada processo seletivo por meio das fichas sociais de inscrição.

Ressalta-se também que o maior número de vagas, que alcança mais de 50%, é preenchido pelos estudantes do Ensino Médio Integrado devido à baixa renda *per capita*. O resultado da limitação de vagas em relação à demanda existente é bem maior, fazendo com que muitos estudantes fiquem socialmente desprotegidos.

A pesquisa é de caráter exploratório, devido ao fato do estudo abordar um tema pouco estudado, pois há uma escassez de materiais teóricos sobre o assunto. “Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis”, coloca Gil (1999, p. 43). Ainda sobre pesquisas exploratórias, o referido autor afirma que “pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (1999, p. 43).

Escolheu-se a abordagem qualitativa para fundamentar a coleta e a análise de dados, tendo em vista que esta abordagem possibilita ao investigador se interessar

mais pelo processo do que pelo resultado do produto a ser analisado, contribuindo assim para uma análise mais ampla da investigação (BODGAN; BIKLEN, 1994).

A pesquisa qualitativa abrange uma investigação em campo, em que as descrições fazem parte da particularidade do ambiente pesquisado, dos significados das relações sociais vivenciadas em uma cultura específica e das subjetividades expressadas pelos sujeitos. Dessa forma:

A pesquisa qualitativa preocupa-se com uma realidade que não pode ser quantificada, respondendo à questões muito particulares, trabalhando com um universo de significados, crenças e valores e que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos fenômenos que podem não ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p. 21-22).

Nesse sentido, acrescenta Triviños (2008), a interpretação dos resultados surge como a totalidade de uma especulação que tem como base a percepção de um fenômeno em um contexto.

No momento de realização da pesquisa havia 150 estudantes contemplados pelo auxílio supracitado de acordo com o Edital n. 014/2013/IFTO. Ressalta-se que o número de bolsas ofertadas varia de acordo com um conjunto de fatores, tais como: demandas de inscrições, solicitações dos setores e recursos financeiros disponíveis. O programa é executado durante o ano letivo. O processo de seleção utiliza instrumentos operativos técnicos como: ficha social, entrevista social e, quando necessário, visita domiciliar.

A coleta de dados foi executada por meio de três fontes: observação, entrevista semiestruturada e análise dos documentos do setor de serviço social (instrumentais técnico-operativos).

A observação foi realizada por meio do contato direto com os oito sujeitos de pesquisa. O primeiro contato, muitas vezes, foi realizado quando os estudantes efetuaram a matrícula e procuraram o setor para buscar informações a respeito das bolsas. A observação seguiu durante todo o processo de execução do programa, sendo uma rotina do ambiente de trabalho.

A observação, também, foi feita por meio de atendimentos, entrevistas sociais e reuniões durante o processo de realização da pesquisa. Estava previsto a utilização do instrumento de visita domiciliar. No entanto, em meio à pesquisa o calendário acadêmico do IFTO estava finalizando, encerrava-se dia 22 de fevereiro de 2014, devido aos períodos em que ocorreu greve e, por isso, houve a

necessidade de realizar as entrevistas em tempo hábil, já que muitos estudantes que estavam desenvolvendo atividades na bolsa iriam concluir seus cursos e deixar a instituição. Além disso, fui redistribuída para a Universidade Federal do Piauí (UFPI), por esse motivo só foi possível realizar uma visita domiciliar aos entrevistados.

A visita domiciliar ocorreu com um sujeito de pesquisa entrevistado e se fez como um instrumental técnico-operativo importante para a observação, pois se trata de uma prática investigativa de atendimento no próprio contexto familiar do estudante. Possibilita o contato direto com a família do estudante, bem como permite identificar *in loco* dados que expliquem as relações sociais, valores, renda, etc. Ressalta-se, ainda, que “observar é destacar de um conjunto (objetos, pessoas, animais etc.) algo especificamente, prestando, por exemplo, atenção em suas características” (TRIVIÑOS, 2008, p. 153).

Para coleta de dados, foram utilizados como fonte os instrumentais técnico-operativos profissionais do setor de serviço social do IFTO – *Campus* Palmas. Dessa forma, fichas socioeconômicas, pareceres sociais, fichas de atendimentos e relatórios de visitas domiciliares foram analisados. Além disso, foi analisado o livro de registro que contém demandas diárias do trabalho executado pelas assistentes sociais do *Campus* Palmas, dentre outros. Ressalta-se que tais instrumentais técnico-operativos permitiram a apreensão das relações sociais, possibilitando, assim, a coleta de informações para atingir os objetivos desejados.

Destaca-se como instrumento técnico-operativo imprescindível, como fonte para análise dos dados, a ficha social (Anexo A), a qual consiste em um instrumento de registro de dados que se transformam em informações por meio de perguntas fechadas e abertas. A ficha social foi construída com o objetivo de identificar a origem social e econômica dos estudantes, por meio de questões que informam sobre o contexto familiar, condições de moradia, fonte de renda do grupo familiar, despesas domésticas, conjuntura educacional, necessidade do auxílio, entre outras.

A ficha social foi preenchida no início do processo de seleção e, em anexo, constam documentos pessoais, comprovantes de residência, documentos comprobatórios de renda, além de uma carta em que o estudante justifica a escolha do benefício assistencial. Possibilitou-se, assim, com este instrumental, identificar e compreender a realidade social e econômica a qual o estudante está inserido.

Para verificar as possíveis contribuições do Auxílio de Formação Profissional, definiu-se, como procedimento metodológico, a entrevista semiestruturada, pois esta

“[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...] além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações.” (TRIVIÑOS, 2008, p. 152).

A entrevista semiestruturada contou com um roteiro de questões previamente estabelecido (Apêndice A), com perguntas abertas e fechadas. De acordo com Triviños, este tipo de entrevista:

[...] parte de questionamentos básicos, fundamentado nas teorias e nas hipóteses que interessam à pesquisa, oferecendo-lhe uma diversidade de interrogativas a partir das respostas dos entrevistados (informantes), ou seja, no momento que o informante, seguindo espontaneamente a sua linha de pensamento, responde os questionamentos feitos pelo investigador, esta resposta poderá gerar uma série de novos questionamentos e a partir desse momento o informante passa a participar da elaboração do conteúdo questionado pela pesquisa. (TRIVIÑOS, 2008, p.146)

Foram entrevistados oito estudantes beneficiados pelo auxílio. Um dos critérios de escolha do número de entrevistados se deu pela data de ingresso no Programa de Assistência Estudantil, ou seja, os bolsistas que estão participando a mais tempo do Auxílio de Formação Profissional. O tempo decorrente permitiu a análise da situação pesquisada de forma mais abrangente.

Inicialmente foi sugerida a realização de uma reunião com os estudantes bolsistas do Auxílio de Formação Profissional que cursam a modalidade Ensino Médio Integrado, os quais estivessem na condição de bolsista há mais de um processo seletivo.

No entanto, devido à finalização do calendário acadêmico, que se encerraria dia 22 de fevereiro de 2014, e tendo em vista que muitos estudantes findariam o vínculo com a instituição por estarem concluindo seus cursos, não houve tempo hábil para realizar a reunião conforme planejado. Assim, foi necessário modificar a proposta inicial e a estratégia utilizada foi à abordagem individual a todos os estudantes bolsistas que procuravam o setor ao final do mês de janeiro para entregar folha de frequência cobrada mensalmente.

Essa sistemática de trabalho adotada serve para que, a partir da entrega da folha de frequência, ou seja, da comprovação de desenvolvimento das atividades, seja encaminhado memorando de pagamento da bolsa e assim foi importante para que houvesse essa abordagem individual com todos os estudantes acerca do projeto de pesquisa desenvolvido.



Aqueles que estavam na condição de bolsista a mais de um ano foram abordados para que, de acordo com a possibilidade de cada um, voltassem ao setor individualmente para uma conversa acerca da pesquisa que estava sendo realizada. A conversa individual promoveu uma maior interação com os sujeitos de pesquisa, possibilitando a explicação dos objetivos da pesquisa e também a sensibilização de tais estudantes quanto à importância da participação nas entrevistas, conforme havia sido colocado como objetivo da reunião.

Por meio de atendimento individual, houve a explanação a respeito do estudo, ouviu-se o posicionamento de cada estudante, sobre o que acharam do projeto e, sobre a disponibilidade de concederem, ou não, as entrevistas, estabelecendo uma conversa no intuito de constituir vínculos e conhecer melhor os sujeitos de pesquisa, pois “são importantes às condições de personalidade do informante e a disposição do cientista para tratá-lo como ser humano, como pessoa” (TRIVINÕS, 2008, p. 149).

A interação com os sujeitos de pesquisa, a possibilidade de ouvi-los a respeito do projeto de pesquisa, bem como a percepção da vontade de participação auxiliaram no desenvolvimento do trabalho, uma vez que:

Quando se tem alcançado esse nível de simpatia recíproca, de confiança mútua, entre informante e pesquisador, podemos dizer que os dados fornecidos pelo entrevistado são vitais para a pesquisa, porque o informante marca presença também com o verdadeiro interesse, isto é, está participando ativamente no desenrolar da investigação (TRIVINÕS, 2008, p. 150).

De todos os estudantes abordados, oito aceitaram participar da entrevista, tendo em vista que a abordagem individual ocorreu com aproximadamente 50 estudantes dos 150 que estavam na situação de bolsistas, justificado pelo fato de estar há mais de um ano no programa.

A previsão era entrevistar somente cinco estudantes bolsistas. No entanto oito deles aceitaram conceder as entrevistas, refletiu-se que diante da disponibilidade de todos não havia como excluir alguns e manter somente o número previsto. Sendo assim, oito estudantes concederam entrevistas.

Dessa forma, foram agendados previamente os dias e horários em que as entrevistas poderiam ocorrer, tendo em vista o horário de aula e das atividades de todos os bolsistas. Além disso, foi escolhido o local mais apropriado para a realização da mesma. De tal modo que os entrevistados puderam preparar-se em

relação às ideias apresentadas e se sentir à vontade para responder aos questionamentos no momento da entrevista.

As entrevistas ocorreram de forma individual na sala do Setor de Serviço Social nos períodos noturnos, a partir das 18h em sua maior parte, e matutino, tendo em vista a privacidade e o horário de disponibilidade dos sujeitos de pesquisa, respeitando o horário de aula e de atividades nos setores. As entrevistas foram realizadas entre os períodos de 12 a 22 de fevereiro 2014, pois o calendário letivo referente ao ano de 2013 encerrava-se dia 22 de fevereiro.

As entrevistas ocorreram após a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido. Foram gravadas, posteriormente transcritas e analisadas. Triviños (2008) acrescenta que a entrevista semiestruturada evidencia a participação do pesquisador e, ao mesmo tempo, permite que o entrevistado tenha liberdade e espontaneidade nas suas respostas. Tal modelo de entrevista possui perguntas básicas/guias, no entanto, não se restringe a elas.

Concluída a aplicação dos instrumentos de coleta de dados, foi executada a análise de dados fundamentada na vertente materialista histórico-dialética. Vale ressaltar que “o materialismo histórico dialético é a base filosófica do marxismo e como tal realiza a tentativa de buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento” (TRIVIÑOS, 2008, p. 51).

Ainda, sobre a análise dos dados baseada na vertente histórico dialética considera-se que:

Não é possível, porém para o pesquisador, imbuído de uma concepção marxista da realidade, realizar uma investigação no campo social, e especificamente na área educacional, se não tem ideia clara dos conceitos capitais do materialismo histórico: estrutura das formações sócio-econômicas, modos de produção, força e relações de produção, classes sociais, ideologia, o que é sociedade, base e superestrutura da sociedade, história da sociedade como sucessão das formações sócio-econômicas, consciência social e consciência individual, cultura como fenômeno social, progresso social, concepção de homem, ideia da personalidade, da educação, etc. (TRIVIÑOS, 2008, p. 73).

Após a coleta, os dados foram transformados para sistematização, análise e interpretação das categorias por meio da proposta teórica- metodológica de análise de conteúdo. Minayo (2003, p. 74) enfatiza que:

[...] a análise de conteúdo visa verificar hipóteses e ou descobrir o que está por trás de cada conteúdo manifesto [...] o que está escrito, falado,

mapeado, figurativamente desenhado e/ou simbolicamente explicitado sempre será o ponto de partida para a identificação do conteúdo manifesto (seja ele explícito e/ou latente).

Segundo Bardin (2011, p. 15) a análise de conteúdo:

é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. Segundo a autora, a função primordial da análise do conteúdo é o desvendar crítico. A análise do conteúdo é definida como um método empírico.

De acordo com Bardin (2011, p. 49) “a análise de conteúdo leva em consideração as significações (conteúdo), eventualmente a sua forma e a distribuição desses conteúdos e formas (índices formais e análise de ocorrência)”.

Bardin (2011) indica que a utilização da análise de conteúdo prevê três fases fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados a inferência e a interpretação. Ainda de acordo com Bardin (2011), as categorias podem ser criadas *a priori* ou *a posteriori*, isto é, a partir apenas da teoria ou após a coleta de dados.

Sobre a fundamentação de análise da realidade em que se pretende estudar, destaca-se que as fases da análise de conteúdo organizam-se em torno de três polos, conforme Bardin (2011, p. 125):

1. A pré-análise; 2. A exploração do material; e, por fim, 3. O tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação. A referida autora afirma que análise se concretiza na medida em que se estabelecem as categorias para discorrer sobre os dados.

Dessa forma, houve, portanto, subsídios para realização da pesquisa, oportunizando um conhecimento aprofundado da realidade econômica e social a qual estão inseridos os estudantes do Ensino Médio Integrado e verificando se o Auxílio de Formação Profissional propicia a permanência e o sucesso na conclusão dos cursos pelos estudantes na instituição.

A metodologia proposta e executada permitiu a avaliação do Auxílio de Formação Profissional e sua importância para a permanência dos estudantes bolsistas na instituição, tendo em vista a melhoria dos serviços prestados aos estudantes do IFTO – *Campus* Palmas.



### **3 AS TRANSFORMAÇÕES MUNDIAIS E SEUS REFLEXOS PARA AS POLÍTICAS SOCIAIS**

Este capítulo tem por objetivo analisar como as políticas sociais podem garantir o direito à educação dos estudantes, considerando a redução das desigualdades sociais em suas vidas.

Vive-se em um mundo marcado por transformações em todas as áreas: econômica, política, social, cultural, dentre outras. As mudanças ocorrem como efeito dominó, impactando todas essas áreas concomitantemente. Assim, sente-se os reflexos dessas às mudanças provocadas seja em nosso país, seja em outros continentes.

Dessa forma, Silva (2002) aponta que, a partir dos anos de 1980, a direção da política macroeconômica adotada nos âmbitos nacional e internacional pelo Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização Mundial do Comércio (OMC) arruinou as instituições estatais do país, o que acarretou o crescimento da dívida interna e externa dos países e o empobrecimento regional e social.

Os sistemas políticos e econômicos passaram a ditar as regras de mercado e da vida em sociedade e, nesse ínterim, foram criados sistemas de proteção social, do qual originaram as políticas sociais.

Para entender a crise mundial e o surgimento das políticas públicas para inclusão social, tendo em vista a inclusão no aspecto educacional, faz-se imprescindível regressar à crise dos modos de produção capitalista, compreendendo suas origens e seus efeitos.

A compreensão da crise do capital permitirá uma melhor análise da sociedade atual e da realidade enfrentada pelos estudantes que buscam na assistência estudantil uma garantia de direitos, para que estes possam superar a vulnerabilidade social e econômica, deixando de fazer parte da parcela marginalizada da população que não tem acesso à educação. Dessa forma, poderão permanecer na instituição e concluir seus cursos com sucesso.

### 3.1 Capitalismo: origens e efeitos

O capitalismo tem seu início na Europa, com a transferência do centro da vida econômica, social e política do feudo para as cidades, em um processo de transferência da sociedade rural para a sociedade urbana.

A definição resulta em uma explicação voltada para a divisão de classes sociais – a dos proprietários dos meios de produção e a dos não proprietários – gerando assim uma relação de subordinação dos trabalhadores em relação aos donos dos meios de produção, uma classe vive por meio da sujeição e da exploração para que a outra classe adquira capital e se tornem cada vez mais detentora do poder. Em uma definição mais limitada, corresponde à acumulação de recursos financeiros e materiais. O cerne do capitalismo é:

A corrida generalizada atrás do dinheiro, é a competição cega das empresas no mercado, é a invenção de novos produtos, é a caça, pelos consumidores, do que “vai ser moda”, é a incessante mudança de processos e o sucateamento precoce de homens e máquinas. É o trabalho alienado de muitos subordinados às ordens do capital agindo às cegas e que, ao agir assim, ora cria progresso, ora crise, ambos inadvertidamente (SINGER, 1987, p. 11).

O capitalismo teve impulso com a Revolução Industrial e inspirou o liberalismo, o qual visava uma estrutura dinâmica e igualdade de competição, invadindo os setores econômicos. Nesse sentido, o capitalismo inspirado pelos ideais liberais passou a defender que o mercado tem o papel de orientar a economia. O mercado seria a fronteira de interferência do Estado, posto que é visto, nessa ótica liberal, como uma entidade capaz de se autorregular.

Destaca-se que a intervenção estatal no mercado não é permitida na política liberal, pois o mercado, na visão liberal, não necessita de proteção para acender e competir. A liberdade passa a torna-se uma característica marcante, levando ao indivíduo a ideia de que cada um dispõe do direito de produzir e consumir, ou seja, cada indivíduo é responsável pela sua manutenção e também pela sua própria organização social.

O pressuposto do capitalismo não está centrado no conceito em que Estado deva garantir o bem-estar do cidadão, ao contrário, é o indivíduo que precisa, através do mercado, procurar meios que garantam sua sobrevivência. Conforme a

ótica liberal, o indivíduo não deve esperar do Estado a responsabilidade de financiá-lo, por meio de seus recursos e intervenções, na esfera social. O indivíduo deve ser regido pelo seu esforço pessoal, competindo livremente em razão de sua sobrevivência.

Apesar de o capitalismo ter legitimado seu poderio econômico ao longo de décadas, é preciso ressaltar que o mesmo passa por diversas crises no seu padrão de acumulação, embora mantenha características do início do século XX.

A instabilidade é uma característica própria do capitalismo, sendo suscetível a crises. Para exemplificar, resalta-se que, seguida à fase da prosperidade, surge, no início do século XX, uma crise. Nesse período, houve a falência de muitas empresas e a crise financeira, atingiu, também bancos e, conseqüentemente, seus depositantes.

O que aconteceu de fato foi uma superacumulação do capital, que teve como consequência direta essa crise. A não superação da crise acabou culminando na Grande Depressão de 1929. Essa foi uma das piores da história do capitalismo, visto que as taxas de lucro se encontravam em baixíssimo nível, houve um crescimento acelerado de desemprego e do subconsumo, além da super capitalização. Assim:

A problemática crucial de ordem político-econômica e social da crise dos anos 1930 manifestava-se tanto no desemprego em massa, quanto na queda brutal das taxas de acumulação. Ambos incidiam na reprodução da força de trabalho [...] o resultado deste processo de intensa acumulação, particularmente nos países capitalistas centrais, foi um profundo revolucionamento da base técnica do processo produtivo (Terceira Revolução Industrial), com impactos, positivos e negativos sobre o trabalho humano (FRIGOTTO, 2010, p. 64).

No período de 1945 -1970, ocorreu a fase de maior desenvolvimento da economia capitalista. Vários países tornaram-se industrializados. O temor pela volta da fase de depressão foi interrompido por um crescimento da economia, devido a uma redistribuição de renda e do desenvolvimento de novos produtos.

A fase alta do pós-guerra caracterizou-se, nos países industrializados, pelo crescimento simultâneo dos lucros e salários. O capitalismo, portanto, cria condições para a constante expansão do mercado em países desenvolvidos.

No entanto, esse lado positivo não se verifica nos países poucos desenvolvidos, mas sim se percebe o aparecimento de crises financeiras, emergindo também várias questões sociais como a fome, a miséria, o desemprego. A era da industrialização visa somente o lucro advindo da modernização das fábricas:

Um corolário frequente das revoluções produtivas no capitalismo é o sucateamento não só do maquinário, mas também da mão de obra. O gasto a mais em equipamento é mais compensador para o capital, pela economia de salários, à medida que o novo processo permite obter maior volume de produtos por unidade de trabalho (SINGER, 1987, p. 10).

No final dos anos 60 do século XX, especialmente na Grã-Bretanha, houve uma redução da produtividade, devido a grande insatisfação dos operários com as condições de trabalho, inconformados com as tarefas cansativas do sistema fordista e com os salários. A respeito dessa crise econômica, explica-se que:

A rigor já nos finais da década de 60, as economias centrais começam a apresentar sinais de declínio do crescimento, evidenciando o início da saturação daquele padrão de acumulação. A queda das taxas de lucro, as variações na produtividade, o endividamento internacional e o desemprego são indícios daquele processo (MOTA, 1995, p. 49).

Nesse período, final da década de 60, a política keynesiana ganha força, o Estado teria, de acordo com a lógica keynesiana, capacidade para promover o equilíbrio e a estabilidade do sistema econômico. Essa medida deveria ser feita através da manutenção do pleno emprego.

Keynes rompe com a tradição do liberalismo ao afirmar que não existe equilíbrio natural e automático no capitalismo. Assim, surgem o Keynesianismo e o Estado de Bem Estar Social, como sistema de intervenção do Estado.

O Estado de Bem Estar consolidou-se após a Segunda Guerra Mundial. Foi estimulado pela teoria keynesiana de ação reguladora do Estado, através de estratégias anticrise. Silva (2002) ressalta que John Maynard Keynes defendia que os mecanismos espontâneos do mercado não bastavam para que se chegasse aos objetivos importantes como o pleno emprego, crescimento econômico com recursos existentes e ausência de crises de superprodução. Portanto:

Após a Segunda Guerra Mundial, a teoria keynesiana executada pela CEPAL propunha um Estado interventor que manejasse políticas macroeconômicas capazes de planificação e de investimentos na produção e que, desse modo, através de uma ação liberada, coibisse os efeitos desastrosos das flutuações do capital (SILVA, 2002, p. 19).

Na ótica keynesiana, o Estado deve impulsionar a economia, sem substituir a iniciativa privada, aceitando, dessa maneira, um intervencionismo estatal. O pensamento keynesiano resulta na consolidação do Estado do Bem Estar, podendo ser entendido como um conjunto de ações públicas que visavam garantir a todos um acesso mínimo aos serviços que melhorem suas condições de vida.



O Estado de Bem Estar Social surgiu como crítica ao papel do estado mínimo e com intuito de corrigir as desigualdades criadas pelo mercado. Foi uma forma particular de regulação social, que se expressaram a partir da necessidade imediata de sistemas estatalmente regulados de educação, saúde, previdência social, emprego, assistência social, habitação, dentre outros. Destarte:

Os serviços sociais, antes vistos como necessários, mas lamentáveis, agora passam a ser tidos como parte constitutiva da ordem capitalista, o que se deu em razão do quadro de dificuldade em grande escala gerado pela guerra [...] fazendo surgir uma onda de críticas à liberdade do mercado, pelo que o papel do Estado como organizador da vida econômica fortaleceu-se e ampliou-se (MAURIEL, 2010, p. 56).

A regulação do Estado e a consolidação dos serviços de proteção social pública se estenderam não somente aos trabalhadores, mas a todos que necessitariam ter suas condições de vida satisfeitas.

No entanto, a dinâmica do capital não conseguiu estar em consonância com os modelos de produção do Estado, gerando mais uma crise, com repercussão em todos os aspectos da sociedade. Silva (2002) reflete que os desequilíbrios da economia e o colapso do exemplo de produção industrial constituído na permuta de importações já se faziam claros, mas foi após o embate do petróleo (1973-1979) que se anteciparam as ofensivas aos princípios keynesianos, acendendo a abertura para os defensores do mercado aberto. De tal modo:

[...] é necessário dizer que a teoria keynesiana fundada na planificação conservadora, através de políticas deliberadas e assumidas pelos governos latino-americanos, institucionalizou as medidas para a concentração de renda; mostrou-se incapaz de estender os direitos sociais aos trabalhadores e de combater o desemprego; abastardou a oferta da educação básica pública; manteve-se intransigente quanto ao monopólio da terra nas mãos da oligárquica agrária e conviveu com o analfabetismo. O esgotamento desse projeto de desenvolvimento econômico adquiriu proporções preocupantes: o agigantamento estatal, as subvenções aos setores médios em detrimento dos pobres, os empréstimos externos, o favorecimento e benesses à elites nacionais, a ineficiência burocrática, o aumento da dívida externa, as ditaduras ou regimes presidenciais com traços autoritários e os pactos políticos partidários que puderam em marcha os ataques contra o Estado Nacional-desenvolvimentista e abriram as fronteiras para o pouso neoliberal (SILVA, 2002, p. 22).

As sucessivas crises não foram semelhantes às ocorridas antes da Segunda Guerra Mundial, pois resultaram de políticas deliberadamente recessivas, impostas aos governos pelo grande capital internacionalizado. Assim, o Estado passou a transferir recursos e responsabilidades à sociedade civil, principalmente as

responsabilidades de proteção social, bem como passou a se preocupar com o comércio e o capital transnacional.

Dessa forma, entende-se que a crise do capitalismo contemporâneo é decorrente, principalmente, da ruína do sistema de regulação das economias capitalistas. Frigotto (2010) faz refletir que a crise que perdurou os anos 70 até os anos 90 não foi novidade, pois se configura como caráter estrutural que é própria do sistema capitalista.

Em relação à temática deste estudo que trata sobre a política de assistência estudantil no contexto educacional na atualidade, observou-se que os governos se ajustaram às políticas neoliberais que buscavam a ampliação da economia e a retração dos direitos sociais.

Várias instituições foram criadas com o objetivo de instituir instrumentos de intervenção nas decisões da economia, dentre elas: Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização Mundial do Comércio (OMC). Deste modo:

as políticas destinadas à educação básica pública são resultantes das imposições estabelecidas pelas instituições internacionais, em especial o Banco Mundial, não exclusivamente pela condição financeira de que dispõe, mas pela capacidade de gerenciar o consentimento dos governados” (SILVA, 2002, p. 05).

A história da financeirização do capitalismo esteve presente no Brasil desde seu princípio. Primeiramente o país formou componente significativa da demanda por crédito que ensaiou a primeira bolha global de ativos do capitalismo financeirizado, iniciando assim a crise das dívidas latino-americanas da primeira metade dos anos 1980.

Posteriormente, mais precisamente na metade dos anos 1990, se desenvolveu como força financeira emergente, realizando assim algumas reformas estruturais indispensáveis da estabilização monetária à abertura financeira incondicional, da reforma da previdência às mudanças na lei de falências. O Brasil sentiu os primeiros impactos da crise sobre a economia, relacionados ao próprio setor financeiro.

As diversas crises no sistema capitalista provocaram também mudanças no mundo do trabalho no mundo inteiro, as quais serão trazidas para discussão a seguir. A discussão que se acompanhou é primordial para compreensão de como o

mercado de trabalho, principalmente no âmbito nacional, adaptou-se para atender a demanda, que necessitava de mão de obra especializada.

Pode-se perceber que os estudantes que procuravam o IFTO, para estudarem e concluírem seus cursos, eram oriundos de famílias com baixo poder aquisitivo e, de certa forma, sem níveis de instrução mais elevados. O que se quer abordar deve-se ao fato de que os estudantes que buscam cursos profissionalizantes querem se tornar profissionais especializados para atender não somente aos anseios pessoais de mobilidade social, mas, também, atender uma demanda imposta pelo mercado de trabalho.

O que os estudantes esperam da instituição é que esta possa contribuir na sua permanência, por meio de auxílios e incentivos financeiros, para que possam ter uma melhoria na qualidade de ensino e, conseqüentemente, poderem concluir seus cursos e buscar essa ascensão social por meio do ingresso no mercado de trabalho.

Por sua vez, o mercado de trabalho é dinâmico e acompanha as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais que ocorrem no mundo e os indivíduos, principalmente oriundos de classes menos favorecidas economicamente, muitas vezes, são excluídos, por conta dos padrões impostos pelo mundo do trabalho. A seguir, pode-se acompanhar como essas mudanças no mundo do trabalho ocorreram e quais são seus impactos para sociedade e para a educação.

Após a Revolução Industrial, a sociedade modificou-se. Novas formas de relações surgiram e visavam sempre o progresso industrial e urbano. Houve uma aceleração na produção de tecnologias, fazendo emergir transformações sociais e também no processo de trabalho.

O que se tenta explicar é que o ritmo das máquinas impôs um ritmo e um tempo diferente para cada ser humano, pois este estava acostumado a viver de manufatura, artesanato, pesca, agricultura, e outros serviços autônomos e, de repente, se viu em meio a uma nova sociedade, a qual se transformava à medida que a industrialização e a urbanização acendiam.

O capitalismo monopolista do século XX trouxe a agregação de trabalhadores nas organizações, posto que um número considerável da massa de trabalhadores deixou seu trabalho autônomo e passou a ser incorporado pelas organizações. Começaram, assim, a exercer seu trabalho em grandes fábricas e empresas.

As transformações econômicas e sociais propiciaram as condições necessárias para a expansão da industrialização e para um desenvolvimento urbano mais acelerado. O mercado de trabalho moderno e a vida urbana acabaram atraindo os trabalhadores do campo. Houve um movimento migratório do campo e das pequenas cidades para as grandes cidades, em busca de um trabalho que propiciasse um sustento. Isso gerou também maior demanda e reivindicações por educação.

Os novos processos técnicos acabaram dominando o processo de trabalho, exigindo o aprendizado de tecnologias e desenvolvendo um trabalho extremamente repetitivo e desgastante. As mudanças nas condições de trabalho, trazidas pela política capitalista para a da classe trabalhadora, fizeram surgir o exército industrial de reserva, “a precarização das condições de trabalho e o aumento do exército industrial de reserva são rebatimentos do processo de reestruturação capitalista” (PEREIRA, 2000, p. 22).

Os trabalhadores não eram absorvidos pelas empresas, principalmente por não possuírem qualificações impostas pelo mercado de trabalho. Nesse contexto, acabaram constituindo-se em uma massa de excluídos, tornando-se mendigos, biscateiros, o que implicou em uma série de problemas sociais.

O desemprego é um dos principais problemas da atualidade, sendo caracterizado como a exclusão em massa de trabalhadores do mercado de trabalho, em que a oferta não acompanha a demanda de mão de obra. O emprego estável aos poucos está sendo substituído pela informalidade e terceirização.

As fábricas e empresas que detinham capital suficiente para se atualizarem, investiram na aquisição de novas tecnologias, descartando muitos trabalhadores dos seus postos de trabalho, já que a máquina invadiu os espaços ocupados por eles, principalmente em setores de indústria e serviços.

O barateamento da mão de obra, as condições precárias de trabalho e a desregulamentação do emprego, além de serem fatores geradores de desigualdades, determinaram, também, a expectativa negativa da falta de perspectiva em relação às condições de se viver dignamente com o salário recebido.

Diante das incertezas em relação ao futuro, o trabalhador se sente pressionado, surgindo o medo de ficar sem trabalho, em situação de desemprego. O desemprego é uma preocupação da maior parte da população, pois é um fator de limitação social, tornando o indivíduo ainda mais dependente do sistema.

Nessa ótica de individualismo, quando a inserção no mercado de trabalho não acontece, a responsabilidade é repassada ao indivíduo, pois este foi “incapaz”, segundo a lógica capitalista de se autogerir, de tornar-se apto para o mercado de trabalho. Enquanto muitos trabalhadores ficam fora do mercado de trabalho, os que conseguem ultrapassar as barreiras do desemprego lutam pela manutenção de seus empregos e pela garantia dos poucos direitos ainda em vigor, segundo a legislação trabalhista, já que o contexto vem provocando uma desestabilização dos direitos sociais.

O agravamento da pobreza e da exclusão social, provocada pela industrialização e urbanização, fez surgir à necessidade da criação de um sistema de proteção social e, conseqüentemente, das políticas sociais.

Para se iniciar a discussão sobre o surgimento das políticas sociais e como estas foram moldadas devido às influências das transformações mundiais, faz-se necessário analisar os fenômenos que provocaram tais transformações, como é o caso da globalização.

### **3.2 Globalização: fenômeno de integração ou segregação?**

O cenário mundial atual passa por um processo de redefinição política, econômica, social e cultural. Essa redefinição possui dimensões que se estreitaram em um processo de interdependência proveniente da globalização dos mercados e do avanço da política neoliberal.

A globalização é o fenômeno responsável pela transformação na ordem política e economia mundial nas últimas décadas. Ocorre uma integração dos mercados internacionais: os Estados tentam diminuir os tributos e proteger seus produtos da concorrência estrangeira, pois, com a economia livre, o comércio internacional é favorecido através da circulação cada vez maior de produtos e serviços.

É possível afirmar ainda que, com a globalização, surgem efeitos negativos em nações que se distanciam tecnologicamente e cientificamente de outras, criando um abismo em nível e conhecimento e de padrão de vida entre os países ricos e pobres. Essas divisões e diferenciações também são visualizadas nos processos de

domínio político e econômico, os quais se desenvolvem, atualmente, onde países pobres se tornam cada vez mais dependentes e submissos aos países ricos. Assim:

As novas tecnologias poderiam nos permitir produzir mais em menos tempo para que todos vivessem melhor. Mas não o permitem, ou não o permitem as relações sociais que dão sentido e coerência para este desenvolvimento; especialmente no hemisfério sul, na América Latina, África e Ásia, territórios barbarizados por uma globalização excludente e subordinada aos interesses neocoloniais dos novos senhores da humanidade (GENTILI; ALENCAR, 2012, p. 13).

Ressalta-se ainda que o termo “globalização” é largamente empregado no sentido ideológico, ligado ao progresso do neoliberalismo; este é caracterizado pelo imperialismo dos interesses financeiros, pela desregulamentação dos mercados, pelas privatizações das empresas estatais e pelo abandono do estado de bem-estar social, em que provocou uma polarização da sociedade observada através de contrastes de classes. A globalização torna o processo de formulação de políticas públicas mais complexo, por estarem em jogo, agora, em cada país, interesses internacionais representados por forças sociais com um forte poder de interferência nas decisões quando essas não são diretamente ditadas por organismos multilaterais, como afirma Teixeira (2002, p. 04).

Essa dicotomia que permeia a sociedade faz da globalização um meio radical de segregação social, uma vez que se vivencia o crescimento do processo de exclusão social, por meio da expansão dos níveis de pobreza, e, ao mesmo tempo, concentração de riquezas e estímulo ao consumo desenfreado.

As modificações incidem, sobretudo, no mundo do trabalho, emergindo assim o desemprego e os modelos modernos de organização e estruturação do trabalho. O processo de trabalho, sendo atingido pelas transformações, reagiu negativamente, através da extinção de postos de trabalho como exclusão da mão de obra do mercado de trabalho, e com a crescente crise advinda principalmente do desemprego. Dessa forma:

A grande maioria dos que trabalham enfrentam penúrias. Todavia, os que não trabalham estão ainda pior. O desemprego se transformou em um atributo estrutural do capitalismo contemporâneo. A promessa do pleno emprego se desintegrou mais rápido do que qualquer economista podia imaginar alguma décadas atrás. Os explorados deixaram lugar aos “ em condições de exploração” (os sem emprego) que, por sua vez, estão deixando lugar “aos que nunca terão sequer a sorte de aspirar a serem explorados”: os impregáveis” (GENTILI; ALENCAR, 2012, p. 13).

Esse contexto de globalização, de modernização, de tecnologia e de competitividade de mercado enfatiza a exclusão, no qual as massas são destituídas de seus direitos, e se sentem inseguras e desprotegidas em meio às políticas fragmentadas, clientelistas e seletistas do Estado. Assim:

Com a falência do Estado protetor e o agravamento da crise social, o neoliberalismo, responsabilizando a política de intervencionismo pela estagnação econômica e pelo parasitismo social, propõe um ajuste estrutural, visando principalmente o equilíbrio financeiro, com uma drástica redução dos gastos sociais, uma política social seletiva e emergencial (TEIXEIRA, 2002, p. 04.).

O foco seletivo e emergencial como uma das medidas do Estado para controle de gastos é uma forma de intervenção conflita com os objetivos da equidade. Esses fenômenos afetam e fragilizam a mobilidade social e a distribuição de renda, dificultando a mudança de classes sociais. Nessa conjuntura surgem as políticas públicas que:

[...] visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. Essas demandas são interpretadas por aqueles que ocupam o poder, mas influenciadas por uma agenda que se cria na sociedade civil através da pressão e mobilização social (TEIXEIRA, 2002, p. 03).

Vale ressaltar que as políticas públicas voltadas para a inclusão social, após a conjuntura de globalização, podem ser diferenciadas, tendo em vista à natureza ou grau de intervenção do Estado. Destaca-se, ainda, que “possuem caráter estrutural quando buscam interferir em relações estruturais como renda, emprego, propriedade etc. ou emergencial quando objetivam amainar uma situação temporária, imediata (TEIXEIRA, 2002, p. 03).

Nesse sentido, essa problemática discutida acerca do contexto de globalização incide diretamente no cotidiano dos estudantes atendidos pelo programa de Assistência Estudantil, que fazem parte do grupo social destituídos de seus direitos e das condições mínimas de acesso às políticas sociais, principalmente no acesso e na permanência na política de educação. Sendo assim, é possível visualizar de forma mais evidente os efeitos da globalização na vida dos indivíduos, e mais especificamente na vida dos sujeitos de pesquisa, que sentem mais bruscamente os efeitos da crise mundial e são impedidos, por falta de condições favoráveis permanecer na escola e concluir seus cursos.

O estudo em questão, que trata sobre a política de Assistência Estudantil, mostra a importância de se entender o contexto social e econômico da sociedade que conseqüentemente atinge grande parte da população brasileira. Assim, os estudantes recorrem aos auxílios/bolsas/benefícios para permanecerem nas instituições de ensino e terem sucesso na conclusão dos seus cursos, uma vez que as políticas públicas de educação dentro do sistema de proteção social, na atualidade, tentam contemplar a parcela da população excluída da oportunidade de acesso à educação.

Dessa forma, é importante que se entenda como esses sistemas de proteção social surgiram e como a política de Assistência Estudantil está inserida nesse contexto, tendo em vista a necessidade de inserção e permanência dos estudantes menos favorecidos na educação, pois todas as transformações mundiais influenciam as relações sociais, culturais, econômicas e dessa forma causam impacto nas políticas educacionais.

### **3.3 Políticas Sociais: alívio da pobreza ou necessidade de classes?**

Os sistemas de proteção social, os novos e os antigos, surgiram com o intuito de proteger os cidadãos contra riscos e imprevistos. A proteção social contra os riscos, tais como: velhice, doença, invalidez, exclusão social, dentre outros, foi criada por famílias, associações religiosas e filantrópicas.

Com o passar do tempo, os sistemas de proteção social deixaram a marca de solidariedade e passaram a ser de responsabilidade do Estado, assim “[...] as políticas voltadas para a questão social são expressões de um tipo específico de intervenção estatal [...]” (MAURIEL, 2010, p. 51). A tentativa de amenizar os problemas sociais resultou na institucionalização da proteção social.

Muitos problemas sociais foram provocados pelos processos de industrialização e urbanização, assim, as condições de vida foram associando-se às péssimas condições de moradia para aqueles que trocavam o campo pela cidade, exploração no trabalho, desempregos, acidentes laborais e doenças. Em relação ao processo de industrialização, destaca-se que:



O processo de industrialização trouxe problemas ligados à própria natureza do trabalho industrial, distinta dos processos de trabalho dominantes anteriormente- como o agrícola e o artesanal. A introdução de técnicas mecanizadas em substituição às atividades manuais faria com que os riscos de acidentes aumentassem demais, expondo os acidentados à invalidez e, conseqüentemente, ao desemprego, sem esquecer que, simultaneamente, a acelerada concentração urbana aumentou, no final do século 19, o agravamento dos problemas urbanos [...] (MAURIEL, 2010, p. 52).

A modernização das condições de vida e de trabalho provocou o surgimento de questões sociais e, para sanar esses problemas, as políticas tradicionais de proteção social passaram a ser substituídas por um conjunto de medidas estatais adequadas. Ao mesmo tempo, os movimentos sociais organizavam-se, a classe trabalhadora se mobilizava, em razão da estruturação de uma dimensão política, sendo necessária para amenizar a pobreza e reconhecer as necessidades da classe trabalhadora. As reivindicações das massas e a preocupação com o alívio da pobreza foram essenciais para a construção dos primeiros instrumentos de políticas sociais.

Já no século XIX, sinalizava-se um novo paradigma de proteção social, sendo instituído de fato somente no século XX com a consolidação do *Welfare State* ou Estado de Bem Estar Social. Este se caracteriza por um tipo de Estado pensando respectivamente com as ideias de políticas sociais que procuravam melhorar a vida da classe trabalhadora e da população desprovida de sistemas de regulação estatal que garantissem educação, saúde, moradia, assistência social, previdência social, emprego, dentre outros.

O *Welfare State* é, assim, uma forma de intervenção do Estado com a pretensão de corrigir, até certo limite, as desigualdades criadas pelo mercado. As políticas sociais, em trabalho complementar e interdependente, geram proteção social, e, ao mesmo tempo, funcionam como um meio de distribuição ou redistribuição de bens materiais e culturais, com vistas a permitir a integração social no âmbito nacional [...] (MAURIEL, 2010, p. 57).

Dessa forma, a intervenção do Estado se deu a partir da garantia de uma proteção social em relação à seguridade social, do equilíbrio produtivo e financeiro na esfera e da tentativa de construção de um padrão de regulação social.

A construção da seguridade social teve como marco a instauração da seguridade social, a qual se manifesta primeiramente com a criação dos primeiros seguros sociais destinados ao atendimento da vulnerabilidade dos trabalhadores assalariados. Sobre a finalidade da cobertura de riscos para a classe trabalhadora é importante destacar que:

Pelo salário indireto, não ocorre apenas um complemento na renda do trabalhador, mas se dá também uma incorporação jurídica na própria estrutura do salário, resultante de um processo de conquista da classe trabalhadora: um direito adquirido. Assim, as relações entre empregadores e assalariados foram progressivamente sendo mediadas pelas instituições sociais (MAURIEL, 2010, p. 58).

Diante disso, a intervenção estatal e a construção da seguridade social estabeleceram uma correlação entre as esferas econômicas, políticas e sociais. A regulação do Estado tornou-se responsável pela promoção da sociedade e pela regulação da economia de forma que suas funções políticas imbricassem com as econômicas.

A política keynesiana, ligada ao *Welfare State*, fez com que o fundo público passasse a financiar a acumulação do capital e a reprodução da força de trabalho, mantendo assim a economia capitalista, pois os bens sociais destinados na forma de auxílios e seguros atuavam como salário indireto que acabavam nutrindo o consumo das massas. De tal modo:

[...] pode-se afirmar que realmente existiu uma poderosa sinergia entre o crescimento econômico, o quase pleno emprego e o desenvolvimento dos direitos do trabalho e da proteção social, no sentido de promover crescentemente a integração social pelo aumento do consumo numa sociedade industrial (MAURIEL, 2010, p. 60).

A criação dos sistemas de proteção social, em vários países do mundo, teve como referência o *Welfare State*, inspirando uma forma de desenvolvimento social. Em relação ao sistema de proteção social enfatiza-se que:

As políticas públicas têm o papel regulador das relações econômico-sociais, são constituídos fundos públicos para serem utilizados em investimentos em áreas estratégicas para o desenvolvimento e em programas sociais. Essa concepção foi traduzida no sistema do chamado Estado de Bem Estar Social, cujo aparato cresceu muito, levando a uma relativa distribuição de renda e ao reconhecimento de uma série de direitos sociais, mas também a um controle político burocrático da vida dos cidadãos, considerados como objetos, como meros consumidores de bens públicos. A partir dos anos 70, esse modelo entra em crise devido às mudanças no processo de acumulação, com novas tecnologias, novos padrões de relações de trabalho, provocando o esgotamento das possibilidades de atendimento às necessidades crescentes da população, o burocratismo, a ineficiência do aparelho governamental (TEIXEIRA, 2002, p. 04).

Em um contexto de desestabilização dos direitos sociais no Brasil, as políticas sociais de caráter público são remanejadas para fundos privados. Na educação, por exemplo, observa-se a utilização de créditos educativos para acesso a uma universidade. Os serviços públicos não contemplam as necessidades da população

usuária. Sobre essa questão, aborda-se que “os direitos sociais são demolidos, a solidariedade social desmantelada e o mercado é que define poderosamente as condições de existência e os meios de vida. A política social está mudando seu eixo de sustentação” (FALEIROS, 1999, p. 70).

Em relação às políticas educacionais no Brasil, estas ao longo do tempo têm se constituído como um marco regulador e reforçador da educação balizada pela divisão social de classes. Entretanto, a lógica que se impõe pelos diferentes governos no Brasil, isto é, o Estado em atuação, assinala para a necessidade de acompanhamento e reforma no campo da educação, à luz do que acontece em nível internacional, num esforço de superação das diferenças de classes e inclusão social aos bens e patrimônios que historicamente se restringiam às classes dominantes.

Essa diretriz será encoberta pelo Estado brasileiro a partir da segunda metade da década de 1980. Já no final dos de 1990, as ideias neoliberais são incorporadas como um caminho que defende o crescimento econômico, influenciando a orientação das políticas educacionais e dos demais direitos sociais.

Nos países de economia frágil, não são fornecidas condições no espaço político-social de universalização de direitos, cujo limite de expansão é reduzido. Embora, no Brasil, os direitos sociais sejam constitucionais, eles são desrespeitados, mantendo-se distante das ideias de bem estar, de justiça e de igualdade.

Em todas as Constituições que vigoraram em nosso país os direitos sociais estiveram presentes, de forma mais ou menos intensa. Os direitos sociais não têm como escopo somente a proteção dos trabalhadores explorados, mas também das minorias excluídas, devendo assim o Estado atuar de forma a atenuar os problemas sociais, propiciando a melhoria de condições de vida aos necessitados.

Para se entender o motivo da desestabilização na esfera dos direitos sociais no Brasil, é preciso se reportar para a década de 80. Nesta, em países industrializados, experimentou-se um processo de reestruturação em que houve o surgimento de conglomerados industriais, financeiros e comerciais.

Desde o final dos anos 70, ainda na Inglaterra, houve uma restauração liberal-conservadora, em que foi proposto reinstaurar projetos políticos e também financeiros das elites internacionais com base no viés liberal e, portanto, busca-se a privatização das empresas estatais, diminuição das políticas sociais, controle do déficit público, dentre outros aspectos.

Essa restauração liberal combatia as medidas do Estado do Bem-Estar Social que insistia no pleno emprego, no crescimento econômico e na extensão dos direitos sociais, mas prescrevia como política macroeconômica a estabilidade econômica, a abertura comercial, a desestatização, a competitividade e o estímulo ao setor privado na oferta dos serviços públicos. Esses princípios difundiram-se por todos os Estados da América Latina que se submeteram às exigências do Banco Mundial e do Fundo Monetário para efetuarem o pagamento de suas dívidas externas [...] Acrescente-se, ainda, a crise estrutural do modo de produção capitalista acompanhada do descompasso entre os países desenvolvidos e os países consumidores dos produtos industrializados e a pouca expressividade dos sistemas de proteção ao trabalhador e dos direitos sociais universais (SILVA, 2002, p. 11).

Ressalta-se que essas mudanças resultaram em uma posição do Estado frente às questões econômicas e sociais, um posicionamento reformador e liberal que visava uma economia livre de interferências do poder estatal. Os prejuízos que ocorreram para os direitos sociais foram os ajustes econômicos, que buscavam reduzir os gastos sociais, e repassar uma parcela de serviços, até então públicos, para o setor privado.

Desse modo, as mudanças nos sistemas de seguridade social ganham destaque no conjunto das reformas, de cunho liberal, surgidas nos anos 80 e 90, tendo como principais formuladores os organismos financeiros internacionais, os empresários vinculados ao grande capital e a burocracia estatal a eles associada (MOTA, 1995, p. 119).

Na seguridade social, reformas foram realizadas no intuito de alcançar esses objetivos de redução de despesas. Desde a década de 70, a seguridade social vem apresentando sinais de ônus cada vez mais custosos para os governos por causa, principalmente, do crescimento das taxas de desemprego e do fenômeno de envelhecimento da população que ocorre em escala mundial.

Nesse sentido, tendo como base Mota (1995), percebe-se que o desenvolvimento das reformas é fruto de uma argumentação que aponta como aspectos influenciadores da reforma, os déficits orçamentários de previdência social, nos quais estão incluídas as aposentadorias, as pensões e o seguro desemprego.

A seguridade social foi criada para assegurar direitos e também como forma de minimizar a pobreza e a marginalização da população. No entanto, o que aconteceu foi uma retração dos sistemas de proteção social e propostas de corte nos gastos sociais. Uma dessas propostas é a focalização, em que foram instituídos apenas programas de emergência, tais programas foram direcionados para os

usuários de maior necessidade, através de critérios de seleção, sendo chamados assim de programas seletistas e focalizadores.

A focalização das propostas governamentais, principalmente no âmbito da assistência social, foi destinada somente aos indivíduos que mais necessitam, dentro dos critérios de pobreza. Essas medidas de inclusão tornaram-se medidas excludentes.

No momento em que se escolhe um público alvo para receber benefícios assistenciais, é desenvolvido um padrão de pobreza, para não dizer de miséria, dentre os pobres ou, até mesmo, miseráveis. Além dessa medida, existem ainda outras formas de diminuição dos gastos, dentre elas estão: a redução da universalização do grau de cobertura de programas sociais e as privatizações.

Desse modo, com a crise econômica durante os anos 90, ocorreu uma crise na esfera da seguridade social, mas tal crise relaciona-se também a outros aspectos que surgiram na sociedade brasileira. No que diz respeito a esse contexto de crise:

A problematização da seguridade social não se resume, portanto, a uma relação mecânica entre crise econômica e crise na seguridade, o que lhe imprimiria um corte economicista. Aqui o essencial é apreender a seguridade em tempos de crise. É historicizar e politizar a seguridade social, discutindo-a no contexto das medidas de enfrentamento da crise, como é o caso das mudanças do mundo do trabalho e no redirecionamento dos mecanismos de regulação social, enquanto iniciativas políticas de classe. Isso porque os sistemas de seguridade são determinados por um conjunto de necessidades que nascem do mundo da produção *stricto sensu*, mas não se encerram ali o seu sentido (MOTA, 1995, p. 122).

Ainda em relação à crise na seguridade social, ressalta-se que a política neoliberal fez com que o Estado transferisse sua responsabilidade para iniciativas privadas, filantrópicas e organizações sociais. Nesse sentido, no Brasil, observa-se a retração do poder estatal no que diz respeito às políticas sociais.

As políticas públicas podem ter as seguintes abrangências como aponta Teixeira (2002, p. 03):

- a) universais – para todos os cidadãos;
- b) segmentais – para um segmento da população, caracterizado por um fator determinado (idade, condição física, gênero etc.) e;
- c) fragmentadas – destinadas a grupos sociais dentro de cada segmento.

Quanto aos impactos que podem causar aos beneficiários, ou ao seu papel nas relações sociais:

- a) distributivas – visam distribuir benefícios individuais; costumam ser instrumentalizadas pelo clientelismo;
- b) redistributivas – visam redistribuir recursos entre os grupos sociais: buscando certa equidade, retiram recursos de um grupo para beneficiar outros, o que provoca conflitos e;
- c) regulatória – visam definir regras e procedimentos que regulem comportamento dos atores para atender interesses gerais da sociedade; não visariam benefícios imediatos para qualquer grupo.

O caráter das políticas se modifica de acordo com a predominância do neoliberalismo. “Uma política pública requer a intervenção do Estado em várias áreas de atuação dos indivíduos e, para o neoliberalismo, o equilíbrio social é resultante do livre funcionamento do mercado, com um mínimo de ação do Estado” (TEIXEIRA, 2002, p. 03).

Com a redução da responsabilidade do Estado, os governos acabam por desconsiderar as políticas sociais, fazendo crescer a massa de excluídos por conta das desigualdades sociais. Quando não existir o mínimo de regulamentação possível, as políticas distributivas não conseguem compensar desequilíbrios mais graves e, por conseguinte, passam a ter o caráter cada vez mais seletivo e não universalizante, assim “A visão liberal opõe-se à universalidade dos benefícios de uma política social. Para ela, as desigualdades sociais são resultado de decisões individuais, cabendo à política social um papel residual no ajuste de seus efeitos” (TEIXEIRA, 2002, p. 04).

A economia do Brasil apresentou um crescimento considerável nos últimos anos, contudo os níveis de pobreza e de desigualdades não foram erradicados, apenas reduzidos. As políticas públicas de enfrentamento à pobreza conseguiram somente uma pequena redução do problema, tratando-se assim de um enfrentamento parcial, principalmente em relação à pobreza material, pois outras áreas também são de extrema importância para o desenvolvimento de um país, como é o caso, por exemplo, das políticas educacionais.

Em relação ao contexto atual das políticas públicas educacionais no Brasil, ressalta-se que o mesmo é marcado pela escassez de recursos e pela falta de investimento em estrutura e em profissionais. Isso porque:

São vários os fatores externos e internos que contribuem para os problemas educacionais brasileiros, tais como: políticas públicas focalizadas e

verticalizadas: gestão educacional pouco democrática; febre consumista; processo neocolonizador da globalização; influências neoliberais na educação e demais políticas sociais, com a redução de verbas para esses setores; pobreza; desigualdade social; sociedade que exige pouco do Estado educação pública de qualidade; famílias ausentes do contexto escolar; alunos oriundos de escolas abandonadas; gestão antidemocrática e até mesmo os resquícios de longos anos de ditadura militar (GUIMARÃES-IOSIF, 2009, p. 25).

A crise estrutural, provocada principalmente pela visão economicista das políticas neoliberais na sociedade, desencadeou mudanças sociais e estas influenciaram o desenvolvimento das políticas públicas e, mais especificamente, o da política educacional. Dessa forma, a educação não recebeu a devida valorização.

A educação pública sempre esteve em papel secundário na lista de prioridades dos governos brasileiros, em que não há valorização e incentivo à formação permanente dos professores, os salários são baixos e as condições de trabalho são precárias, etc.

Além disso, as expressões das questões sociais na esfera educacional surgem como entrave no processo de permanência dos estudantes na educação. Em relação à temática proposta para estudo, que envolve o contexto educacional, pode-se afirmar que as concepções educacionais são ligadas as políticas e estratégias do Banco Mundial, a intervenção externa guia as ações das políticas educacionais. Dessa forma, “repensar as condições históricas é compreender que a sociedade capitalista é formada por grupos de interesse contrários e que a educação que se desenvolve ela tende a atender as necessidades de determinados grupos. Portanto, a educação é parte deste todo complexo e plural” (SILVA, 2002, p. 03).

Ainda sobre as políticas educacionais, afirma-se que a partir dos anos 80 o Banco Mundial adotou posse na direção das políticas e táticas que guiaram a área social e educacional. Segundo a visão do Banco Mundial os serviços públicos ofertados a população como saúde, educação e previdência e o sistema de proteção social aumentam os gastos públicos. Assim:

[...] o fato de o governo federal e parte dos estaduais submeterem-se às condições estabelecidas pelo Banco Mundial permite antecipar algumas considerações: existe uma intervenção sistemática e direta do Banco Mundial na redefinição das políticas para a educação pública a que se associa o consentimento do governo federal e de parte dos estaduais; as elites dirigentes conservadoras nacionais, em conluio com os diretores das instituições financeiras, instituíram uma configuração jurídico- legal e institucional que permite redução de investimentos públicos para os serviços essenciais e restringe direitos sociais (SILVA, 2002, p. 04).

Diante de tal situação, procuram-se formas de driblar os problemas enfrentados na educação do país, principalmente no que diz respeito às condições de permanências dos estudantes, pois não é satisfatório apenas o fato do país possuir legislações que reforçam o direito à educação. Garantir a permanência na educação seria um desafio maior, visto que as questões sociais emergentes afastam os indivíduos do processo educacional.

A educação, enquanto política social e parte de um serviço público, passa por reformas e ampliações no sentido de normas, regulamentos, ações e atividades práticas voltadas para a melhoria das instituições e dos serviços ofertados, e a política de Assistência Estudantil surge como um direito para que o estudante possa permanecer e ter sucesso na conclusão de seus cursos.

A política de Assistência Estudantil incide sobre as realidades dos estudantes que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica, garantindo o direito à educação de uma forma mais completa. A Assistência Estudantil, enquanto política social, colabora com a permanência dos estudantes nas instituições.

Nesse sentido, tais estudantes poderão ter um outro nível de aproveitamento de aprendizagem o que provocará um melhor índice de rendimento acadêmico, e sucesso da conclusão dos cursos. Sendo assim, após a conclusão dos cursos, os estudantes terão mais oportunidade no acesso ao mercado de trabalho, tendo em vista que estarão mais qualificados e com melhores condições de igualdade para competirem por uma vaga de emprego.

A realidade socioeconômica desses estudantes poderá ser transformada, mesmo diante do enfretamento das questões sociais advindas da sociedade regida pelo sistema de economia capitalista e pela implantação da política neoliberal. A conquista de políticas de proteção social poderá contribuir para que os estudantes consigam, por meio da educação, modificar a realidade de exclusão em que vivem.



## **4 CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO ATUAL**

Antes de iniciar as discussões sobre a inserção e as condições de permanência na educação, realizou-se uma breve descrição sobre a história da educação no Brasil, com o intuito de compreender as circunstâncias que causaram a exclusão social e que, por consequência, deram origem ao sistema educacional.

O objetivo deste capítulo é identificar as condições de permanência na educação sob os reflexos das questões sociais e como essas condições podem contribuir para o sucesso dos estudantes, tendo em vista o histórico de exclusão social na educação semeada secularmente pela elite dominante.

Será possível compreender também o descaso com a educação, enquanto política social, e o porquê da emersão de tantas questões sociais na esfera educacional, as quais acabam distanciando ainda mais o indivíduo do direito à educação, já que as dificuldades econômicas e sociais enfrentadas pelos indivíduos constituem-se como entraves para as condições de permanência.

### **4.1 Educação: histórico de exclusão**

A história da educação no Brasil pode ser brevemente periodizada desde a colonização até os dias atuais. Iniciou quando os portugueses invadiram o território ocupado pelos indígenas e estes compartilhavam o saber respeitando a hierarquia, em que os mais novos aprendiam com os mais velhos. Essa forma de ensino, sem fins econômicos e políticos, terminara com a desvalorização da cultura nativa. A cultura indígena foi substituída pela cultura letrada a qual impôs aos índios a cultura e os modelos de educação ocidental.

O modelo de educação implantada era de cunho religioso e instrucionista, que tinha por objetivo doutrinar os indígenas com princípios da fé católica e oferecer uma educação apenas para “os filhos dos homens” pertencentes à elite portuguesa que viviam no Brasil. Com o passar do tempo, os jesuítas se interessaram mais em

educar os filhos dos colonos e pouco a pouco foram abandonando a educação dos indígenas. Desde o início é nítido o caráter seletivo da educação, como no caso da:

[...] escravidão, os negros não eram considerados seres humanos pela Igreja e nem cidadão pelo Estado - ficavam à margem de qualquer direito, ainda mais no direito à educação. As mulheres, quando pertencentes às famílias abastadas, recebiam educação em casa ou em conventos. Aos índios restavam duas opções: ou se entregavam às missões jesuíticas para receber a formação cristã ou viveriam fugindo para não serem escravizados pelos colonos para trabalhar em suas fazendas (GUIMARÃES-IOSIF, 2009, p. 41).

A obra jesuítica favoreceu uma estrutura de poder representada pela família patriarcal, que importaram um modelo de educação e de ideias dominantes da cultura medieval europeia, as quais privilegiavam apenas um seleto grupo que poderiam ter direito à educação:

As condições objetivas que, portanto favoreceram essa ação educativa foram, de um lado, a organização social e, de outro, o conteúdo cultural que foi transportado para a Colônia, através da formação mesma dos padres da Companhia de Jesus. A primeira condição consistia na predominância de uma minoria de donos de terra e senhores de engenho sobre uma massa de agregados e escravos. Apenas àqueles cabia o direito à educação e, mesmo assim, em número restrito, porquanto deveriam estar excluídos dessa minoria as mulheres e os filhos primogênitos, aos quais se reservava direção futura dos negócios paternos. Destarte, a escola era frequentada somente pelos filhos homens que não eram os primogênitos. Estes recebiam apenas, além de uma rudimentar educação escolar, a preparação para assumir a direção do clã, da família e dos negócios, no futuro. Era, portanto, a um limitado grupo de pessoas pertencentes à classe dominante que estava destinada a educação escolarizada (ROMANELLI, 2009, p. 33).

A educação era voltada para a manutenção da economia baseada na agricultura familiar e no trabalho escravo. Tal modelo não contribuiu para o desenvolvimento da vida social e econômica da Colônia, que se bastava pela educação com filosofias dogmáticas, sendo livres de anseios artísticos e científicos. Nesse sentido, os:

Humanistas por excelência e os maiores do seu tempo, concentravam todo seu esforço, do ponto de vista intelectual, em desenvolver nos seus discípulos, as atividades literárias e acadêmicas, que correspondiam, de resto, aos ideais de "homem culto" em Portugal, onde, como em toda península ibérica, se encastelava o espírito da Idade Média [...] o apego ao dogma e à autoridade, a tradição escolástica e literária, o desinteresse quase total pela ciência e a repugnância pelas atividades técnicas e artísticas tinham forçosamente de caracterizar, na Colônia, toda a educação modelada pela Metrópole, que se manteve fechada e irredutível ao espírito crítico de análise, à pesquisa e a experimentação (ROMANELLI, 2009, p. 34).

A partir de 1759, o Marquês de Pombal iniciou uma série de reformas com o intuito de acelerar o desenvolvimento econômico da Colônia e de se aproximar da Inglaterra, que já dava grandes saltos na questão do desenvolvimento industrial e científico. As chamadas reformas pombalinas tiraram a responsabilidade educacional das mãos dos jesuítas, por meio da expulsão e confiscação dos bens, e a deixou nas mãos da Coroa.

Ressalta-se que esse fato é a primeira experiência do poder estatal em relação à educação, pois Pombal queria um sistema educacional sem influência da religião. Ainda que de modo precário, iniciam-se as aulas régias, as quais eram ministradas por professores oriundos da Europa e de famílias aristocráticas, mas os métodos pedagógicos não mudaram o bastante para haver um desenvolvimento na educação, as aulas eram fragmentadas e sem conexão umas com as outras. Destarte:

Inúmeras foram as dificuldades daí decorrentes para o sistema educacional. Da expulsão até as primeiras providências para a substituição dos educadores e do sistema jesuítico transcorreu um lapso de 13 anos. Com a expulsão, desmantelou-se toda uma estrutura administrativa de ensino. A uniformidade da ação pedagógica, a perfeita transição de um nível escolar para o outro, a graduação, foram substituídas pela diversificação das disciplinas isoladas. Leigos começaram a ser introduzidos no ensino e o Estado, assumiu pela primeira vez, os encargos da educação (ROMANELLI, 2009, p. 36).

Nesse período, a descoberta do ouro impulsionou a exploração em terras brasileiras, criando assim uma classe social intermediária, a qual tinha como atividade a mineração, artesanato e pequenos comércios. Diante disso, houve uma transformação na vida social e produtiva das cidades, “foi nesta camada intermediária que se recrutaram os indivíduos ligados ao jornalismo, às letras e principalmente à política” (ROMANELLI, 2009, p. 37).

Torna-se relevante, nesse período, a diversificação da demanda escolar, já que uma parte da população que não era oriunda da classe oligárquica rural buscava a educação como instrumento de ascensão social, o que caracterizava:

Desde muito antes, [que] o título de Doutor valia tanto quanto o de proprietário de terras, como garantia para a conquista de prestígio social e de poder político. Era compreensível, portanto, que, desprovida de terras, fosse para o título que essa pequena burguesia iria apelar, a fim de firma-se como classe e assegurar-se o *status* a que aspirava (ROMANELLI, 2009, p. 37).

Apesar de uma nova classe ter acesso à educação, outra camada social continuava submissa à escravidão e à servidão, sem perspectiva de ascensão social. A característica dominante do ensino brasileiro serviu para distinguir os tipos de trabalho os quais cada classe deveria desenvolver: como o trabalho físico, atividades burocráticas, funções administrativas e intelectuais. As classes dominadas apenas tinham a função de servir às classes dominantes, a educação era destinada às elites rurais e intelectuais. A classe emergente também se beneficiava da ideologia burguesa à medida que dela se aproximava.

Com a chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, houve algumas mudanças no quadro da educação, sendo uma das principais a criação de cursos superiores. A qualificação educacional da elite aristocrática era primordial nesse período, a preocupação com o ensino superior acabou tornando secundários os outros níveis de ensino.

Em relação à educação, no período citado, ressalta-se que “estava abandonada e a educação média era meramente propedêutica, pode-se ajuizar do quanto a educação foi minimizada” (ROMANELLI, 2009, p. 41). O abandono da educação básica deixou a população pobre mais distante ainda da escolarização, além de legitimar o modelo de sociedade escravista, a qual não oferecia espaço para uma educação do povo.

A primeira legislação brasileira, Carta Magna, em 1824, já cita a educação como responsabilidade do governo. O Art. 179 desta lei proferia que a "instrução primária é gratuita para todos os cidadãos". Mas a educação não era vista em uma perspectiva política e social, ou seja, não havia ainda uma transformação significativa do contexto educacional, já que não amplia o direito a educação a todos os membros da sociedade. Assim:

A proclamação da Independência do Brasil não trouxe os avanços necessários para a educação. A primeira Constituição, de 1824, apesar de contar com um artigo referente à educação, também deixa muito a desejar em termos de políticas educacionais: determina a instrução primária gratuita para todos os cidadãos, porém, não assim considera os negros e os pobres (GUIMARÃES-IOSIF, 2009, p. 45).

Em 1827, criou-se a primeira lei voltada para a educação nacional, considerada a primeira LDB. “A Lei determinava que todas as cidades, vilas e lugarejos mais populosos tivessem escolas primárias, fixando até mesmo normas

para as metodologias de ensino e formação de professores” (GUIMARÃES-IOSIF, 2009, p. 45).

Em 1834, as províncias passaram a ser responsáveis pela administração do ensino primário e secundário conforme Ato Adicional à Constituição. Devido a esse ato, em 1835, surgiu a primeira Escola Normal. No entanto, tendo como base Guimarães-Iosif (2009) e Romanelli (2009), destaca-se que a educação no país não obteve os resultados esperados. Até 1889, período da Proclamação da República, não houve fatos concretos na educação do Brasil, nem a criação de um sistema educacional.

A Constituição da República, criada em 1891, institui o sistema de ensino, descentralizando-o, delegando ao poder estatal a responsabilidade da educação primária. A educação recebe, nesse período, influência da filosofia positivista, havendo várias reformas, dentre elas a Reforma de Benjamin Constant, a qual defendia a liberdade e laicidade do ensino, além da gratuidade da escola primária Guimarães-Iosif (2009). Ressalta-se que estes princípios abraçavam a orientação da Constituição Brasileira.

A década de 30 consolida-se como referencial para a entrada do Brasil no mundo capitalista de produção. O país passou a investir na produção industrial, exigindo uma mão de obra especializada e, para tal, era preciso investir na educação. Sendo assim, em 1930, foi instituído o Ministério da Educação.

A educação passa a ser reconhecida como direito público regulamentado pelo Estado, mas a Constituição vigente na época ainda não a assegurava de maneira integral. A acumulação de capital, do período anterior, permitiu que o Brasil pudesse investir no mercado interno e na produção industrial. A nova realidade brasileira passou a exigir uma mão de obra especializada e, para isso, era preciso investir na educação.

O governo tentou determinar a padronização do ensino e conter o problema do acesso a partir de alternativas que tinham por finalidade nivelar a educação, mas o nivelamento acabou por privilegiar a classe média, pois a escola pública, voltada para a classe citada, possuía conteúdos mais sólidos, enquanto que a escola pública para a classe pobre era apresentada de forma rápida e condensada por meio da modalidade do ensino supletivo, o qual objetivava alfabetizar e prover informações básicas, muitas vezes superficiais. O governo preocupou-se em instruir o indivíduo

para a iniciação ao trabalho, sem levar em consideração uma formação voltada para a cidadania.

A nova Constituição de 1937 baliza e oficializa uma diferenciação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, o primeiro era destinado às classes favorecidas economicamente e o segundo destinava-se a classe pobre, pois tinha como objetivo o ensino profissional.

O fim do Estado Novo incidiu na adoção de uma nova Constituição de caráter liberal e democrático. A nova Constituição voltava-se para o princípio de que a educação é direito de todos. Além disso, determinou a obrigatoriedade do ensino primário e deu jurisdição à União para ordenar sobre diretrizes e bases da educação nacional.

Em 1961, o Ministério da Educação e Cultura deu início a uma campanha de alfabetização, cuja didática, criada pelo pernambucano Paulo Freire, tinha como proposta a alfabetizar em 40 horas os adultos analfabetos. Tendo como base Guimarães-Iosif (2009), Ressalta-se que em 1962, foi instituído o Plano Nacional de Educação e também o Programa Nacional de Alfabetização, pelo Ministério da Educação e Cultura, inspirado no Método Paulo Freire.

Em 1964, aconteceu o golpe militar. As ações que tentaram revolucionar a educação brasileira foram abolidas, sob as ameaças de que as ideias advindas da esfera educacional eram subversivas. Nesse período, houve a grande expansão das universidades no Brasil.

Na década de 50 e início da década de 60, esboçou-se, na sociedade brasileira, em todos os âmbitos, um movimento que apontava para as reformas de base e para a implantação de uma sociedade menos submissa ao grande capital transnacional, às oligarquias e, portanto, mais democrática[...] procurava romper com a relação de submissão unilateral ao capital transnacional. Esse processo foi abruptamente interrompido pelo golpe civil-militar de 1964 (FRIGOTTO, 2010, p. 41).

Em 1968 houve uma Reforma Universitária trazendo fundamentações que objetivaram modernizar e ampliar as instituições públicas. Por um lado houve a modernização ao tempo que alteraram currículos e articularam atividades de ensino e de pesquisa. Por outro lado, abriu portas para a criação do ensino privado, esse sistema de ensino tinha o objetivo de lucro financeiro.

Em relação à história da educação no Brasil, Frigotto (2010) destaca que nos anos 90 teve início um aumento de pesquisas na área da educação em que se

buscava discutir pela efetiva democratização da sociedade, tais estudos foram tanto de cunho teórico quanto político organizativo.

Muitas reformas e mudanças foram efetuadas até os dias atuais na educação brasileira, no entanto a educação persiste em ter as mesmas características estabelecidas em outros países do mundo, que é mais a de manter o *status quo*, para aqueles que frequentam a escola. Dessa forma:

Poucas vezes os sistemas educacionais latino-americanos experimentaram uma variedade tão ampla e ambiciosa de reformas em tão pouco tempo. Não obstante, ainda que medir a euforia e a decepção seja um assunto sociologicamente arriscado, um sentimento parece difundir-se: de maneira geral, são poucos os que confiam que estas reformas sirvam para produzir a tão ansiada mudança (GENTILI; ALENCAR, 2012, p. 18).

A evolução da educação brasileira se deu por meio do modelo de cultura letrada, em que os detentores do poder político, nas terras brasileiras, necessitavam de uma camada sem instrução escolar, para que, assim, continuassem a exercer seu poderio. Desse modo:

A necessidade de manter os desníveis sociais teve, desde então, na educação escolar um instrumento de reforço das desigualdades. Neste sentido, a função da escola foi a de ajudar a manter privilégios de classe, apresentado se ela mesma como uma forma de privilégio, quando se utilizou mecanismos de seleção escolar e de um conteúdo cultural que não foi capaz de propiciar às diversas camadas sociais sequer uma preparação eficaz para o trabalho (ROMANELLI, 2009, p. 24).

A educação, nesse sentido, foi provida apenas para uma camada mais abastada da população brasileira, que a utilizava para manter o *status*, tornando-se elitista e conservadora. A educação não servia somente para repassar cultura, mas para impô-la. Foi assim imposta de forma conservadora, sendo um sistema arcaico, seletivo e aristocrático. Frigotto (2010) alega que, no caso do Brasil, o atraso universalização da escola básica causou descompasso no discurso da modernidade, pois a educação básica de qualidade era garantia somente das elites. Tal aspecto dificultou a modernização e a industrialização.

No entanto, a educação passou a ser vista como parte importante do sistema, à medida que os processos de urbanização e industrialização se iniciam. De tal modo que passa a ser uma demanda para aumentar os níveis de escolarização e de qualificação profissionais, atendendo assim aos anseios do sistema capitalista. A Constituição de 1989 e a LDB embasaram o direito á educação no Brasil

assegurando a educação como direito do cidadão e dever do Estado, mas buscando sua qualificação para o trabalho.

Dessa forma, a demanda por educação se associa aos aspectos sociais, econômicos, industriais e políticos, aspectos estes que serão tratados na sequência, tendo em vista as variadas mudanças globais que influenciam diretamente as relações sociais, culturais, econômicas e políticas, causando assim impacto nas políticas educacionais.

## 4.2 Demanda por educação escolarizada

A expansão da industrialização e da urbanização exigiu escolarização da população. A educação, por sua vez, buscou renovar-se para que não se tornasse um entrave ao sistema econômico. A pressão econômica, juntamente com a globalização, provocou uma procura pela educação, uma busca por escolaridade no intuito de qualificação profissional e, conseqüentemente, inserção no mercado de trabalho, pois havia a necessidade de mão de obra qualificada.

A demanda social por educação cresce em razão da necessidade do desenvolvimento da sociedade nos níveis econômico, industrial e tecnológico. Sobre a globalização econômica e seus efeitos na educação, ela:

[...] relaciona-se com a preparação distante ou próxima para o mundo do trabalho, a globalização econômica tem efeitos sobre a distribuição da atividade produtiva entre países e regiões do planeta, à margem de fronteiras nacionais, e sobre os sistemas escolares (GIMENO SACRISTÁN, 2002, p. 92).

Nessa direção, pode-se perceber que as demandas emergem a partir da necessidade do mercado, implicando numa redefinição também da educação.

A revolução capitalista influenciou diretamente o sistema educacional, pois o processo de industrialização e urbanização forçou mudanças no campo educacional para atender uma nova demanda. Assim:

A educação e a formação humana terão como sujeito definidor as necessidades, as demandas do processo de acumulação de capital, sob as diversas formas históricas de sociabilidade que assumir. O seja, reguladas pela esfera privada, e a sua reprodução (FRIGOTTO, 2010, p. 33).



No entanto, a demanda de educação cresceu mais que a oferta do ponto de vista qualitativo. O sistema de ensino lutava para atender às necessidades sociais do desenvolvimento, visto que as lacunas deixadas pelo ensino tradicional não contemplavam a crescente exigência por mão de obra escolarizada e qualificada para atender às demandas da sociedade capitalista, em que se necessitava de vários perfis de trabalhadores. Frigotto (2010) ressalta que o ensino estava subordinado à qualificação das classes trabalhadoras para que estas fizesse o tipo de trabalho mais árduo, enquanto que os filhos das classes mais favorecidas economicamente estudavam para ter preparo para governarem a administrarem as empresas e indústrias que surgiam na esfera capitalista. Dessa forma:

Na medida, todavia, em que o sistema capitalista se solidificou e os sistemas educacionais se estruturaram, assume nitidez a defesa da universalização dualista, segmentada: escola disciplinadora e adestradora para os filhos dos trabalhadores e escola formativa para os filhos das classes dirigentes (FRIGOTTO, 2010, p. 36).

A expansão da demanda escolar é também afetada pela crise mundial, ocasionando desequilíbrios entre as necessidades sociais do desenvolvimento, a demanda social e a oferta de ensino. A demanda social por educação teve aumento, sobretudo após a II Guerra Mundial e os sistemas escolares foram obrigados a oferecerem meios que suprissem essa demanda. Com a expansão do sistema capitalista na economia houve uma pressão para que os países criassem sistemas econômicos que fossem compatíveis com seus níveis de desenvolvimento industrial e, conseqüentemente, esse fato teve forte influência no contexto educacional.

O ensino técnico e profissionalizante foi uma demanda crescente, sobretudo no século XX que, de certa forma, surgiu para atender aos anseios do viés capitalista e desenvolvimentista do país, que crescia a partir da estruturação industrial. Dessa forma, “o caráter subordinado das práticas educativas aos interesses do capital historicamente toma formas e conteúdos diversos, no capitalismo nascente, no capitalismo transnacional ou na economia globalizada” (FRIGOTTO, 2010, p. 35).

Em relação ao ensino técnico no Brasil, Frigotto (2010) ressalta que a educação técnica foi proposta para atender às estruturas unidas a classe empresarial, mesmo que direta ou indiretamente. A classe dominante batalhava para

que tivesse também o controle privado de instituições de ensino técnico que estavam subordinadas ao Estado.

Se recorrer à história da educação profissional no país em documento produzido pelo MEC como homenagem ao centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, ver-se-á que ainda no século XIX foram criados os Centros de Aprendizagem de Ofícios nos Arsenais da Marinha no Brasil, os quais traziam operários especializados de Portugal e recrutavam pessoas, até durante a noite, pelas ruas ou recorriam aos chefes de polícia para que enviassem presos que tivessem alguma condição de produzir.

A história da educação profissional no Brasil tem várias experiências registradas nos anos de 1800 com a adoção do modelo de aprendizagem dos ofícios manufatureiros que se destinava ao “amparo” da camada menos privilegiada da sociedade brasileira. As crianças e os jovens eram encaminhados para casas onde, além da instrução primária, aprendiam ofícios de tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, entre outros.

Ainda de acordo com o documento datado em 2009 sobre o Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, em 1889, ao final do período imperial e um ano após a abolição legal do trabalho escravo no país, o número total de fábricas instaladas era de 636 estabelecimentos, com um total de aproximadamente 54 mil trabalhadores, para uma população total de 14 milhões de habitantes, com uma economia acentuadamente agrário-exportadora, com predominância de relações de trabalho rurais pré-capitalistas.

O Presidente do Estado do Rio de Janeiro (como eram chamados os governadores na época), Nilo Peçanha, iniciou no Brasil o ensino técnico por meio do decreto nº 787, de 11 de setembro de 1906, criando quatro escolas profissionais naquela unidade federativa: Campos, Petrópolis, Niterói, e Paraíba do Sul, sendo as três primeiras destinadas ao ensino de ofícios e a última à aprendizagem agrícola (BRASIL, 2009).

O ano de 1906 foi marcado pela consolidação do ensino técnico-industrial no Brasil pela realização do “Congresso de Instrução” que apresentou ao Congresso Nacional um projeto de promoção do ensino prático industrial, agrícola e comercial, a ser mantido com o apoio conjunto do Governo da União e dos Estados.

O projeto previa a criação de campos e oficinas escolares onde os alunos dos ginásios seriam habilitados, como aprendizes, no manuseio de instrumentos de

trabalho. A Comissão de Finanças do Senado aumentou a dotação orçamentária para os Estados instituírem escolas técnicas e profissionais elementares sendo criada, na Estrada de Ferro Central do Brasil, a Escola Prática de Aprendizizes das Oficinas do Engenho de Dentro no Rio de Janeiro (BRASIL, 2009).

De acordo com o documento sobre Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação de 2009, a Declaração do Presidente da República, Afonso Pena, em seu discurso de posse, no dia 15 de novembro de 1906 citou que “A criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres e operários instruídos e hábeis” (BRASIL, 2009).

Nilo Peçanha assume a Presidência do Brasil e assina, em 23 de setembro de 1909, o Decreto nº 7.566, criando, inicialmente em diferentes unidades federativas sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, dezenove “Escolas de Aprendizizes Artífices”, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito. Com a criação, em 14 de novembro de 1930, do Ministério da Educação e Saúde Pública foi estruturada a Inspeção do Ensino Profissional Técnico, que passava a supervisionar as Escolas de Aprendizizes Artífices, antes ligadas ao Ministério da Agricultura.

Essa Inspeção foi transformada, em 1934, em Superintendência do Ensino Profissional. Foi um período de grande expansão do ensino industrial, impulsionada por uma política de criação de novas escolas industriais e introdução de novas especializações nas escolas existentes.

A Constituição Brasileira de 1937 foi a primeira a tratar especificamente de ensino técnico, profissional e industrial, estabelecendo no artigo 129:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público (BRASIL, 2009).

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) traz a marca do aprofundamento da relação entre Estado e economia. Nesse período, a indústria automobilística surge como o grande ícone da consolidação da indústria nacional. O Plano de Metas do Governo JK nesses cinco anos prevê investimentos maciços nas áreas de infraestrutura (à produção de energia e ao transporte são conferidos 73% do total dos investimentos).

O documento disponibilizado pelo MEC acerca do centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica destaca que, pela primeira vez, contempla-se o setor de educação com 3,4% do total de investimentos previstos. O objetivo era a formação de profissionais orientados para as metas de desenvolvimento do país. No ano de 1959, as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais. As instituições ganham autonomia didática e de gestão. Com isso, intensifica a formação de técnicos, mão de obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização.

No entanto, no Brasil, essa expansão do sistema educacional foi experimentada de forma diferenciada, havendo assim desequilíbrios entre educação e desenvolvimento social e econômico, o que provocou o surgimento de questões sociais e, conseqüentemente, de entraves para as condições de permanência. Ressalta-se que as transformações mundiais influenciaram as relações sociais, culturais, econômicas e políticas, implicando assim em uma série de impacto nas políticas educacionais.

#### **4.3 Condições de permanência sob os reflexos das questões sociais**

Observa-se, na atualidade, que, no campo educacional brasileiro, há uma grande dicotomia entre as classes sociais que adentram nas instituições de ensino, apesar do discurso oficial o qual trata educação como direito constitucional, pois educação foi considerada privilégio para poucos por muito tempo. A educação sofre diretamente os impactos das políticas mundiais e das crises econômicas, uma vez que:

O campo educacional, como não poderia deixar de ser, sofre também a invasão do desencanto. De uma forma ou de outra, todos parecem concordar que as coisas, dentro da escola, não vão bem. Aqueles que defendem a escola pública dizem, com bastante razão, que ela se encontra ameaçada pelas políticas de ajuste e privatização promovidas pelos governos neoliberais. Sustentam que tais políticas reforçam as tendências antidemocráticas que historicamente caracterizam o desenvolvimento dos sistemas educacionais (GENTILI; ALENCAR, 2012, p. 13).

A escola, no Brasil, configurou-se como instrumento de manutenção de desníveis sociais, uma vez que a educação era privilégio somente da classe dominante e, por isso, era um processo excludente à medida que selecionava a classe dominante e deixava de lado o direito à educação da classe explorada. Nessa perspectiva:

A educação no Brasil caminhou por veredas tortuosas desde o início, reservada a uma elite dominante e totalmente exploradora, sempre esteve voltada a estratificação e dominação social. Esteve arraigada por diversos séculos em nossa sociedade a concepção de dominação cultural de uma parte minúscula da mesma, configurando-se na ideia básica de que o ensino era apenas para alguns, e por isso os demais não precisariam aprender (ROMANELLI, 2002, p. 28).

De acordo com Almeida (2000), a crise estrutural do sistema educacional brasileiro não permite a universalização do ingresso na educação escolarizada. Em razão das condições objetivas da luta pela sobrevivência, que obriga grande parte da população a optar pelo trabalho.

A política educacional do país mostra-se atravessada por um forte traço assistencial com programas focados nos diferentes segmentos das classes subalternizadas. Além disso, o sistema educacional se apresenta insuficiente para atender as demandas, seja em termos qualitativos ou quantitativos. Assim:

Uma alternativa para a política de educação a mobilização dos movimentos sociais devido à importância estratégica que tem a educação, inclusive para a concretização de outros direitos e para atingir um mínimo de equidade social, pois mesmo quando a população conseguem vagas na rede pública de ensino, várias questões dificultam o êxito e a permanência escolar como, por exemplo, questões sociais e econômicas (TEIXEIRA, 2002, p. 08).

Esses aspectos apontam para uma dimensão de desigualdade, pois a polarização da sociedade brasileira baliza duas realidades distintas: a sociedade de elite e a de sociedade periférica. A periférica vive em uma estrutura que remete à desigualdade, caso se considere as desigualdades de raça, de renda, de moradia, de educação, de emprego, de acesso aos bens culturais. Nessa perspectiva, a

diferenciação na estrutura de classes, relacionadas não só com a desigualdade de renda, mas também de oportunidades que estão intrínsecas à história de vida dos indivíduos.

Estudantes oriundos de famílias pobres têm menos acesso às condições de trabalho, de vida, de escolarização e de permanência na educação, “a condição familiar de renda e de escolaridade tem mais influência na trajetória dos jovens que as suas opções pessoais e as escolhas ficam limitadas pelas relações estruturais e reduzem a mobilidade social” (FALEIROS, 2008, p. 09).

Muitos estudantes não possuem boas condições de vida e acabam, por sua vez, com a perspectiva pessimista em relação ao futuro, já que não conseguem almejar a mobilidade social por meio da permanência na educação, buscam a sobrevivência, visto que seus familiares não possuem condições para, nem mesmo, suprir as necessidades básicas. Há, assim, dificuldade em relação às condições de permanência na educação, em razão das condições econômicas precárias.

Na contemporaneidade existem muitos empecilhos estruturais, sociais e econômicos para que os estudantes permaneçam nas escolas e universidades e, por fim, concluam seus cursos. Várias são as dificuldades que excluem os indivíduos do acesso e permanência no sistema educacional, “é preciso garantir e efetivar as conquistas da Constituinte, sobretudo a gratuidade do ensino, a valorização do profissional do ensino, a garantia do padrão de qualidade, gestão democrática e vinculação de recursos” (TEIXEIRA, 2002, p. 08).

No mundo globalizado, a educação também pode ser um mecanismo de exclusão social, pois a sociedade moderna do conhecimento abarca poucos. Sendo assim, as desigualdades de educação são transferidas também para questões ligadas à cidadania, pois as pessoas que obtêm menos conhecimento poderão ter dificuldade de acesso aos meios sociais ou, até mesmo, poderão ser excluídos. Pois:

A desigualdade implica distância entre uns e outros, a exclusão supõe um distanciamento irrecuperável, a degradação do excluído, que passa à categoria de negado. Ser mais ou menos educado, ter usufruído ou não da escolarização, é um problema de poder ser, estar, sentir-se como sujeito que se sabe ator na sociedade, necessário e importante para alguém. Não ter tido essa possibilidade não só é um motivo de diferenciação social, como também de afastamento do mundo, com impossibilidade de entendê-lo, de ser alguém dentro dele e de ter algum papel em sua transformação. Para os excluídos sem educação, chegam a faltar possibilidades para sair deste estado; mal podem reclamar da injustiça de sua condição (GIMENO SACRISTÁN, 2002, p. 154).

Ainda discutindo sobre a política da educação como direito social para inclusão, reconhece-se que:

Os direitos sociais - fundamentalmente a educação - não são somente requisitos para o exercício da cidadania democrática, mas também condições indispensáveis para a mais elementar e básica inclusão social dos indivíduos nas sociedades complexas, nas quais sem educação, não se pode ser um indivíduo considerado como sujeito “que conta”, nem participa de nenhuma faceta pública: como ser político, como pessoa ou como agente, produtivo. A educação em si mesma é instrumento “gerador” de cidadania nas condições de sociedade moderna (GIMENO SACRISTÁN, 2002, p. 152).

A educação é uma condição de inclusão social à medida que desperta a consciência, o nível crítico e a participação do cidadão na sociedade. O nível educativo dos sujeitos pode facilitar a compreensão das transformações societárias, das relações interpessoais, manuseio de tecnologias e inserção no mundo do trabalho.

A educação, para se tornar direito de todos, assim como prevê a Constituição Federal de 1988, necessita se adequar às novas transformações societárias, focalizando, sobretudo as desigualdades sociais e econômicas que se permeiam entre os estudantes e dificultam a permanência na educação. Para entender a educação na contemporaneidade é necessário pensar de forma totalitária, agregando diferentes análises como, por exemplo: a análise social, econômica, cultural.

As diferentes análises são importantes para a compreensão das mudanças que ocorreram no mundo e na sociedade contemporânea. Dessa forma, poderão ser criados mecanismos de permanência na educação, como é o caso das políticas de assistência estudantil as quais surgem no cenário educacional como garantia de direitos de permanência e sucesso na conclusão dos cursos por meio de estudantes que necessitam receber um suporte financeiro.

Os efeitos das melhorias nas condições de permanência e a conclusão dos cursos podem propiciar aumento da renda familiar e, conseqüentemente, condições dignas de sobrevivência, pois muitos estudantes são oriundos de uma realidade de exclusão, em que seus direitos básicos de sobrevivência são ceifados. Já que as transformações globais de ordem social, econômica, cultural controla as relações sociais, culturais, econômicas, originando assim um nas políticas sociais educacionais.





## 5 PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO ALTERNATIVAS DE INCLUSÃO SOCIAL

Este capítulo visa compreender como ocorre a inclusão social por meio da educação, tendo em vista os programas de assistência estudantil do IFTO, contextualizando a instituição em níveis local, regional e nacional em aspectos sociais, econômicos, políticos, educacionais, dentre outros.

As políticas públicas se entrelaçam para responder às necessidades que se desenvolvem na sociedade. Necessidades essas que se remetem às desigualdades sociais. Nessa perspectiva, a política educacional tenta contemplar as demandas sociais e econômicas no momento que se une a outras políticas e tenta elucidar questões sociais.

Para se elucidar os efeitos das desigualdades sociais e, por conseguinte, das questões sociais traz-se à tona uma questão muito significativa nos dias atuais: a perspectiva de inclusão que pode ser assim pensada em uma concepção de cidadania, de pessoas que necessitam de direitos:

A noção de cidadania que persiste nos dias atuais, e que conserva uma proximidade com a noção do ser incluído/a, é aquela associada aos direitos constitucionais. Em outras palavras, o entendimento do social a partir de uma concepção do dentro e do fora pode ter origem, antes de tudo, na noção de cidadania, ou de cidadão, a pessoa que estivesse “incluída” numa sociedade racional, numa sociedade de direito, numa sociedade de Estado (sociedade- contratual) (BONETI, 2006, p. 190).

A inclusão está ligada a uma classe que foi excluída diante da degradação das estruturas da sociedade salarial, trata-se de uma problemática social. Sobre a questão da inclusão e suas relações, explica-se a seguir a existência de pontos desfavoráveis. Assim:

O conceito de inclusão carrega consigo dois pesos desfavoráveis: o primeiro deles diz respeito à herança teórica e metodológica utilizada para a sua formulação, o da dicotomização do dentro e do fora, coisa que a sua palavra-mãe, a exclusão, já superou ou, no mínimo, está em processo, conforme visto em páginas anteriores neste trabalho. O segundo relaciona-se à agregação de ingredientes conservadores da Sociologia política, associando a inclusão à cidadania, como condição de estar incluída no “contrato” social e assim, usufruir de direitos. Ambas as situações fazem com que a palavra inclusão assuma uma significação da existência de um único projeto político de sociedade, o da classe dominante, reservando-se a esta classe o monopólio do controle do acesso aos serviços públicos, aos

bens sociais, aos saberes, aos conhecimentos tecnológicos, à cultura, etc. (BONETI, 2006, p. 191).

As pessoas excluídas socialmente geralmente são aquelas que se encontram fora da ordem social, tais como os indigentes, os marginais, as pessoas com problemas mentais, ou seja, aqueles considerados incapazes de produzir se segundo a ótica capitalista. Explica-se que:

“Excluídos” há e por todos os lados: pobres, desempregados, “inempregáveis”, sem-teto, mulheres, sem-terra, idoso (as), negro (as), pessoas com necessidades especiais, imigrantes, analfabetos (as), índios (as), meninos (as) de rua [...] a soma das minorias acaba sendo a imensa maioria (GENTILI; ALENCAR, 2012, p. 32).

A inclusão vem justamente para dar oportunidade para os que não possuem direitos básicos. Ainda sobre a perspectiva de inclusão e na sociedade capitalista entende-se que:

Com o advento da sociedade industrial e a complexidade inerente à urbanização, avolumou-se a dependência da sociedade civil diante das políticas sociais do Estado, quando esta interpretação dual de sociedade, entre os “incluídos” no contrato social e os “excluídos” dele, se ampliou ainda mais. Nesta perspectiva a pessoa “incluída” seria aquela juridicamente cidadã, isto é, com direitos e deveres perante o contrato social, com direitos e deveres de votar e ser votada e usufruir dos direitos sociais básicos (BONETI, 2006, p. 191).

Por ser a educação considerada um direito e um bem socialmente produzido torna-se significativo atentar para o fato de que nas sociedades de classes o acesso a este direito e bem encara ressalvas infligidas pela própria formação histórica: é nesse contexto que os indivíduos são excluídos desse direito básico. Em relação às condicionalidades de acesso à educação nas sociedades de classes “O primeiro condicionante do acesso, o que se pode definir como o primeiro fator de produção das desigualdades, ocorre por ocasião do nascimento do indivíduo, no que se refere ao gênero, à raça e à condição socioeconômica” (BONETI, 2006, p. 199). Assim nascem os padrões da sociedade capitalista, os quais ditam quem pode pertencer a uma classe social e fazer parte do círculo de indivíduos que terão acesso aos direitos e bens produzidos.

Os padrões da sociedade capitalista são regidos também pela instabilidade econômica. Esta, por sua vez, se expressa na direção imposta pelas reformas institucionais, o que reflete diretamente na concepção de educação e na implantação da política educacional, pois a política de crédito do Banco Mundial tem

por trás do viés de cooperação, de assistência técnica, de ajuda financeira, condicionalidades e acordos que devem ser seguidos em consonância às leis de mercado. No que se refere à educação nesse contexto de políticas regulatórias, destaca-se:

[...] os créditos concedidos à educação são frações de créditos econômicos e parte deles deve ser destinada aos projetos educacionais aprovados segundo critérios do próprio Banco. Nesse contexto, o governo federal e os estaduais enfrentam a tarefa de reorganizar a educação básica pública com o propósito de ajustá-la não só às novas demandas sociais, mas, sobretudo, à realidade político-econômica ditada por esses órgãos dirigentes (SILVA, 2002, p. 12).

O que ocorre é um confronto entre sociedade civil e a política-econômica nacional e internacional e assim geram-se receitas a serem seguidas pela educação pública no país. Essa orientação para a educação que parte do governo federal e dos estaduais se configura pela redução e controle de investimentos no setor. Ressalta-se que:

Entre 1985 e 1996, as políticas do Banco Mundial e do Fundo Monetário dirigidas à sustentação da política macroeconômica estendiam-se às políticas sociais. No campo educacional, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96 e da Emenda Constitucional n.14/96, que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), regulamentada pela lei n. 9.131/95, que criou o Conselho Nacional de Educação; o decreto-lei n.2.208/97 e o sistema de avaliação institucional colocam a educação pública no país em consonância com as políticas e estratégias do Banco Mundial (SILVA, 2002, p. 15).

Diante disso, percebe-se que a educação no país segue os passos ditados pela estratégia da política neoliberal do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, gerando assim uma política de exclusão social, uma vez que muitos indivíduos não conseguem ter acesso aos direitos básicos, como é o caso do direito à educação. Dessa forma, tenta-se criar mecanismos de inclusão social de tais indivíduos no âmbito educacional.

Em meio às questões relativas à inclusão social dentro desse contexto de regulamentação econômica por parte de organismos internacionais, ressalta-se que a política educacional percorre sua trajetória no cenário atual e busca uma redefinição no campo das políticas sociais, no momento em que busca elaborar programas e projetos que reivindiquem e concretizem melhorias nas condições de

permanência dos estudantes e legitimação de direitos já existentes. Para isso, surgiu a política de assistência estudantil.

A política de assistência estudantil ainda é um espaço de poucas pesquisas e discussões, apesar de, há mais de décadas, fazer parte do ensino superior no Brasil. Consolida-se como direito, por meio da legislação vigente que pode ser considerada jovem, e vem se desenvolvendo por meio de ações com intuito de prover recursos necessários aos estudantes de baixa condição social e econômica.

O caminho percorrido pela política de assistência estudantil é concomitante ao da política de assistência social, tendo como uma das características semelhantes a origem nos movimentos sociais, que tinham como deliberação central o fim da opressão dos governos militares e a criação de uma nova constituição.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) é um marco fundamental no processo de reconhecimento de direitos. A política de assistência social, enquanto direito constitucional e unida à saúde e à previdência como parte tripé da seguridade social, faz com que os usuários dos serviços passem a ser vistos como cidadãos.

A educação também passa a ser reconhecida como direito social a partir da constituinte, pois, antes, o estado não tinha obrigação de garantir a educação de qualidade a todos. O ensino era visto como uma questão assistencial às classes menos favorecidas. Após a Constituição Federal de 1988, o Estado passa a ser responsável pela educação fundamental pública, quando:

A educação passa a ser um direito público que deve ser dirigido a todas as classes sociais e a todos os níveis de idade, sem qualquer tipo de discriminação, devendo o Estado proporcionar condições para que todos tenham acesso de modo igualitário a esse direito (VASCONCELOS, 2010, p. 606).

Assim, com a Constituição de 1988 e a luta de movimentos sociais, o Estado começa a garantir ações direcionadas à sociedade civil que atendessem suas demandas em todos os níveis. Desse modo:

A partir dessa nova concepção de Educação e Assistência Social, iniciou-se um período de reflexões e mudanças, inaugurando um novo padrão de proteção social afirmativo de direitos superando as práticas assistencialistas e clientelistas (VASCONCELOS, 2010, p. 606).

A assistência estudantil emergiu como questão significativa de discussão na esfera educacional em 1987, a partir de duas frentes políticas: o FONAPRACE-Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis e a

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. Esses dois segmentos educacionais defendiam a integração regional e nacional das instituições de ensino superior com o objetivo de garantir a igualdade de oportunidades dos estudantes de instituições federais de nível superior e relação aos direitos sociais, visando proporcionar condições básicas para a permanência (VASCONCELOS, 2010).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, consolidam-se os direitos sociais e políticos dos cidadãos e assim surge uma nova concepção de educação e assistência social, concedendo parâmetros de proteção social aos sujeitos que, até então, não eram vistos como cidadãos, e sim, como pessoas marginalizadas, por viverem em situação de risco e de vulnerabilidade.

Quando a educação, assim como a seguridade social, passou a se tornar um direito social e não mais um privilégio de classes, o Estado, por sua vez, passa a adotar legislações que assegurem os direitos dos usuários de tais políticas.

A educação pública está integrada à construção dos direitos sociais e humanos. A história mostra que os movimentos da sociedade exigiram a ampliação do atendimento educacional e a criação de condições de oferta da educação pública, tendo como concepção de educação de qualidade o direito social.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, (LDB) (BRASIL, 1996), Lei n. 9.394, contém dispositivos que amparam a assistência estudantil, entre os quais se destaca: “Art. 3º O ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola [...]”. A LDB (BRASIL, 1996), no seu art. 1º, parágrafos 2º e 3º, inciso XI, determina ainda que “a educação deve englobar os processos formativos e que o ensino será ministrado com base no princípio da vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais”.

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei n. 10.172, aprovado em 10/01/2001, (BRASIL, 2001) determina várias diretrizes para a educação:

I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV - melhoria da qualidade da educação; V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno

Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX - valorização dos (as) profissionais da educação; X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2001).

Na proposta do PNE 2011-2020, Lei n. 10.172, foram anexadas somente vinte metas, pode-se dizer que foi um número bastante compresso se for confrontada com o anterior e se fizeram acompanhar das estratégias imperiosas a sua materialização. As estratégias delineadas almejam abranger as dimensões necessárias ao desenvolvimento de uma política nacional, tais como: a normatização necessária à devida orientação dos sistemas de ensino para estruturação da constituição de condições de assistência aos estudantes jovens e adultos trabalhadores em articulação com as políticas de desenvolvimento, em especial as de geração de trabalho e renda, e de distribuição de renda.

O atual PNE, Lei n. 10.172, prevê “a adoção de programas de assistência estudantil tais como bolsa trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico” (BRASIL, 2001). Algumas metas são traçadas no PNE, dentre elas destaca-se a meta que trata sobre Educação Profissional: triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público. Em 2012, houve 1.362.200 matrículas nesta modalidade de ensino. A meta é atingir o número de 4.086.600 de alunos matriculados.

A partir do PNE, foi construído o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), Decreto n. 7.234, de 19/07/2010 (BRASIL, 2010), o qual apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFEs). O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.

Objetiva também viabilizar a concessão de auxílio financeiro (bolsas) aos estudantes matriculados nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino, com a finalidade de minimizar desigualdades sociais vivenciadas por aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, evitando, dessa forma, a evasão escolar. “Daí o conjunto de ações assistenciais que foram construídas para mudar esse quadro, inclusive na esfera da educação superior, onde são extremamente elevados os índices de evasão” (ALMEIDA, 2000, p. 73).

A assistência estudantil é uma política que perpassa várias outras políticas, pois a articulação é necessária para que se possa propor aos usuários dos serviços melhoria das condições de renda, alimentação, transporte, moradia, entre outras. Além de proporcionar encaminhamentos e ações em conjunto com a área pedagógica e psicossocial.

A inserção dos estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica em programas de assistência estudantil pode contribuir na permanência e êxito deles nas instituições de educação no Brasil, tendo em vista as atividades escolares que demandam recursos financeiros, tais como: custeio de vale-transporte, alimentação, material didático, fotocópias, taxas de inscrições de cursos e participação em eventos escolares, entre outras.

O levantamento das dificuldades e necessidades dos estudantes por meio do diagnóstico do contexto social o qual estão inseridos torna-se primordial para a intervenção social e a articulação e execução de programas e projetos.

Os fatores sociais, culturais e econômicos influenciam no campo educacional e refletem em questões como evasão escolar, baixo rendimento, desinteresse pelo aprendizado, entre outros.

As questões sociais expressadas no âmbito educacional são enfrentadas a partir de alternativas que proponham o acesso e a permanência na escola para que haja assim a continuidade dos estudos.

O processo de acesso, permanência e conclusão qualifica-se como uma garantia do direito à educação. O direito à educação, sendo dever do poder público, é garantido à medida que são criados mecanismos concretos de efetivação desse direito. Os serviços assistenciais, a partir de ações e programas, destinados aos estudantes, podem contribuir na garantia de acesso e permanência.

Portanto, são necessárias ações que garantam e ampliem os direitos dos estudantes, contribuindo para uma educação pública de qualidade. Ações essas que visem à preparação do exercício pleno da cidadania presente no processo ensino-aprendizagem.

Para explicar melhor far-se-á, em seguida, um breve histórico da educação profissional no Brasil e se contextualizará o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO dentro da política de educação em níveis local, regional e nacional.

## 5.1 Contextualização do IFTO em níveis local, regional e nacional

O Sistema de Educação Profissional no Brasil vem efetuando reformas significativas de natureza estrutural no intuito de compatibilizar sua função social às demandas contextuais e ao avanço científico e tecnológico.

Nessa perspectiva, o IFTO já adotou um modelo pedagógico de formação profissional ágil e flexível, no qual a Instituição executa ações estratégicas, eficientes e eficazes no ensino, na pesquisa e na extensão, sendo, inclusive, um parceiro importante no desenvolvimento sustentável do Estado do Tocantins, mediante assinatura e execução de cláusulas convencionais e de outros instrumentos legais, principalmente nos setores produtivos da indústria e serviços.

Em 23 de setembro de 1909, o Presidente Nilo Peçanha criou no Brasil a Escola de Aprendizes Artífices, por meio do Decreto nº 7.566, destacando-se, ao longo do tempo, no contexto educacional brasileiro, como ilhas de excelência na qualidade de formação profissional, e deram origem às antigas Escolas Técnicas Federais, Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica, hoje majoritariamente Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Em 29 de dezembro de 2008 foi sancionada a Lei nº 11.892, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Em seu Art. 5º determina “Ficam criados os seguintes Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: XXXVIII - Instituto Federal do Tocantins, mediante integração da Escola Técnica Federal de Palmas e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins” (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, 2013). A Escola Agrotécnica Federal de Araguatins foi criada pelo Decreto nº. 91.673 em 20 de setembro de 1985, sendo designada a funcionar o 1º e 2º graus profissionalizantes com habilitação em Agropecuária, Agricultura e Economia Doméstica, tendo sido inaugurada em 23 de março de 1988.

A instalação da Escola Agrotécnica Federal foi feita em cooperação com o Ministério de Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), por intermédio do Grupo Executivo das Terras de Araguaia-Tocantins (GETAT). O GETAT foi autorizado a adotar providências necessárias junto ao Ministério da Fazenda para aceitação, pela União, da doação de uma área de 561,84 hectares de terras férteis



banhadas pelo rio Taquari em 8 km de extensão, no município de Araguatins, de que trata a Lei Municipal nº 321, de 08 de outubro de 1984, para a instalação da Escola Agrotécnica Federal. Em 16 de novembro de 1993 (Lei nº 8.731) a Escola foi convertida em uma Autarquia Federal, oferecendo os cursos de Ensino Médio e cursos de Técnico Agrícola nas Habilitações de Agricultura, Agroindústria e Zootecnia.

A Escola Técnica Federal de Palmas, criada com a publicação da Lei nº 8.670 (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, 2013) de 30.06.1993, e, após longo período de procedimentos para a sua construção, veio a funcionar a partir do dia 10.03.2003, com três cursos técnicos: Edificações, Eletrotécnica e Informática. Pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, 2013), a Reitoria do IFTO se localiza em Palmas-TO.

Além dos campi de Araguatins e Palmas, que deram origem ao Instituto Federal do Tocantins, que ainda é composto pelos campi de Araguaína, Gurupi, Paraíso do Tocantins, Colinas, Dianópolis e Porto Nacional.

O IFTO, na esfera das ofertas educacionais, tem a sua estrutura organizada através da formação inicial e continuada, voltada para a Educação Profissional, seja técnica de nível médio (Proeja, Subsequente, Integrado), ou cursos de graduações (Licenciatura, Tecnologia e Bacharelado) e cursos de pós-graduações. Mas, trata-se de uma autonomia interligada com metas e compromissos, pois, mesmo sendo uma instituição autônoma em criar e extinguir cursos, deve garantir, em cada exercício, o mínimo de 50% de suas vagas para educação profissional técnica de nível médio e 20% para cursos de licenciatura, programas de formação pedagógica para professores da Educação Básica (BRASIL, 2008).

Antes de se iniciar a discussão sobre a missão e finalidade do IFTO em seus aspectos, faz-se necessário centralizar a instituição dentro do contexto local e regional. Para isso far-se-á uma breve contextualização em variados aspectos acerca do Estado do Tocantins e de sua capital Palmas.

Em 5 de outubro de 1988, o norte de Goiás finalmente foi emancipado, passando a se chamar Tocantins, inserido na Região Norte. Em 1º de janeiro de 1989, o novo estado foi oficialmente instalado, sendo o seu mais novo estado brasileiro.

Localizado no Centro Geodésico do Brasil, o estado do Tocantins situa-se entre os paralelos 5º e 13º de latitude sul e entre os meridianos 45º e 50º de longitude oeste. Com uma população estimada em 1.383.445 habitantes, 78,8% desse total equivale à população urbana, enquanto 21,2% desses habitantes vivem no campo. Constituído por 139 municípios, o estado possui uma área de 277.720,520km. Essa extensão territorial corresponde a 3,3% do território nacional e a 7,2% da região norte. Os estados limítrofes são: Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Piauí (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, 2013).

Por se localizar em uma área de transição, o Tocantins apresenta características climáticas e físicas tanto da Amazônia Legal quanto da Zona Central do Brasil: a vegetação exibe desde o cerrado, campos limpos ou rupestres à floresta equatorial de transição, encontrável sob a forma de mata de galeria. O cerrado ocupa uma área superior a 60% da superfície total do estado (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, 2013).

O clima é tropical, com temperatura média anual variando entre 31°C e 32°C. Opulento em recursos hídricos, as principais bacias que cortam o estado são as do Rio Tocantins, do Rio Araguaia, do Rio Sono, do Rio das Balsas, do Rio Paranã e do Rio Manuel Alves. O relevo é formado, predominantemente, por depressões, por planaltos a Sul e Nordeste, e planícies na região central. O ponto mais elevado é a Serra Traíras ou também conhecida como Serra das Palmas, com 1.340 metros, localizada na divisa com Goiás. Exuberante em belezas naturais, o Tocantins foi agraciado por paragens como: a Ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do mundo (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, 2013).

O Tocantins é dividido em duas mesorregiões e oito microrregiões. Tendo uma população total de 1.383.453,199 habitantes, dividida em 139 municípios. A hidrografia do estado do Tocantins é delimitada a oeste pelo Rio Araguaia e ao centro pelo Rio Tocantins. Os estados limítrofes são: Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Piauí (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, 2013).

Do ponto de vista econômico, mesmo sendo o estado mais jovem do país, o Tocantins teve um bom desempenho em 2010, quando apresentou um crescimento

real de 14,2% do Produto Interno Bruto (PIB), superior a todas as Unidades da Federação, ao crescimento da região Norte (9,9%) e do Brasil (7,5%). O Produto Interno Bruto (PIB) do Tocantins ocupa o 24º lugar no ranking nacional, representando 0,5% do PIB brasileiro. O PIB per capita de 2010 foi R\$12.462,00 contra R\$11.278,00 em 2009, ganhando uma posição no ranking nacional de 2010, passando da 16ª para a 15ª posição dentre todas as Unidades da Federação. O setor econômico que se destaca no PIB do Tocantins é o de prestação de serviços, que participa com 56,5% do total, seguido pela indústria, que contribui com 25,4%, e atividades agropecuárias, com 18,1%. Dentre as 12 atividades que compõem o Valor Adicionado (VA) do Tocantins, as quatro de maior peso foram: Administração, Saúde e Educação Públicas; Agropecuária; Construção Civil e Comércio (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, 2013).

No setor agropecuário, fundamental para a economia tocantinense, as principais atividades são a produção de grãos, a pecuária bovina de corte e a fruticultura, sendo esta última atividade responsável pela geração de grande número de empregos diretos e indiretos. Na pauta das exportações, a soja é o carro-chefe, seguida pela exportação de carnes e derivados e pelo abacaxi. Outra atividade que se desponta no estado é a produção de biocombustíveis, principalmente a partir da extração dos potenciais energéticos de culturas como a do babaçu, a da soja e a do pinhão-manso. A agroindústria demonstra, igualmente, grande potencial econômico no estado. Foram implantados cinco distritos agroindustriais nos municípios de Palmas, Porto Nacional, Gurupi, Araguaína e Paraíso do Tocantins, que contribuem não só com a geração de divisas para o estado, como também com a geração de renda para as populações locais (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, 2013).

Esse foi o contexto socioeconômico o qual o IFTO foi inserido a partir de sua criação em dezembro de 2008, por meio da Lei Federal nº 11.892,

O IFTO tem como missão proporcionar desenvolvimento educacional, científico e tecnológico no Estado do Tocantins por meio da formação pessoal e qualificação profissional. A visão de futuro da instituição é ser referência no ensino, pesquisa e extensão, com ênfase na inovação tecnológica de produtos e serviços, proporcionando o desenvolvimento regional sustentável.

A finalidade tem como fundamento a lei a qual estabelece que “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (art. 2º da Lei nº 9.394, de 20.12.96) (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, 2007).

O IFTO trabalha com a perspectiva de atingir metas para que haja avanços e melhorias do contexto educacional institucional e O Plano de Desenvolvimento de Metas (PDI). Assim, O IFTO, conforme PDI 2010-2014, possui vários objetivos, dentre os quais:

- Atuar como agentes colaboradores na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades e representações locais e regionais, significado maior da articulação com os arranjos produtivos, sociais e culturais;
  - Buscar a verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão sempre em benefício da sociedade, a eficácia nas respostas de formação profissional, a construção, a difusão e a democratização do conhecimento científico e tecnológico, suporte e interação com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, fundamentos estruturantes dos Institutos Federais;
  - Reduzir as barreiras educativas com a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e de eficiências específicas;
  - Democratizar o acesso e a permanência nos processos formativos;
- (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, 2013).

O IFTO preocupa-se com a melhoria da qualidade do ensino e da formação profissional, o plano de metas visa fomentar e reforçar no IFTO a inovação, a formação do cidadão crítico, ético, criativo e socialmente comprometido com o meio ambiente, capaz de produzir, organizar e difundir o conhecimento, favorecendo a inclusão das minorias. Para isso, entre vários outros aspectos a serem considerados, serão prioritários:

- Melhorar os resultados da aprendizagem;
  - Reduzir o índice de abandono e/ou evasão dos alunos nos seus cursos;
  - Minimizar as desigualdades nas condições de acesso discente aos seus cursos;
  - Reduzir a desigualdade quanto à qualidade do desempenho escolar no interior da instituição;
  - Viabilizar a integração efetiva da comunidade ao cotidiano acadêmico.
- (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, 2007).

Estes são apontamentos que irão estruturar no IFTO ações que amenizem os efeitos da desigualdade social, principal fator responsável pela exclusão educacional e, desse modo, garantir o direito de permanência e conclusão de seus cursos por meio da Assistência Estudantil.

No entanto, esse é discurso um discurso do Estado, pois existem algumas críticas em relação à expansão da Rede Federal de Educação. Mancebo (1996) fala que as reformas foram pretendidas pelas políticas neoliberais, tendo em vista que as instituições de educação superior transformaram-se em meros agentes da racionalidade técnica ou dos meios, a serviço dos interesses políticos.

Mancebo (1996) explana que cuidados necessitam ser tomados em relação às políticas públicas quanto ao acesso:

A expansão deve ser postulada no pólo público da educação superior, o que implica afirmar-se, por um lado, que os recursos dos Estados para manutenção desse nível de ensino devem ser ampliados, para contemplar a expansão e interiorização da rede. [...] No entanto, o aumento de recursos orçamentários deve pressupor gastos com a entrada de novos alunos, mas também deve prever a recuperação da remuneração da força de trabalho docente, bastante deteriorada, bem como a assistência estudantil em moldes consistentes com políticas agressivas de inclusão social (MANEBO, 2008, p. 59).

É imperativo, nesse momento, pensar criticamente que a expansão do ensino superior e das redes federais continua favorecendo o setor privado e podem implicar na perda da qualidade do ensino, apesar do discurso de inclusão do Estado.

A abertura de mais de quatro dezenas de novos *campi* e a criação de dez novas universidades federais, sem a necessária contrapartida da área econômica configuram um quadro de expansão que enfoca unicamente o ensino e que traz consigo sérios riscos de perdas irreparáveis na qualidade da formação, pelo menos, se prevalecera ideia de promover a expansão à custa de um incremento significativo na relação alunos/docente (MANEBO, 2008, p. 64).

Assim, a expansão da formação profissional proporcionada pela Rede Federal também se configura como uma resposta estratégia aos problemas trazidos pela globalização e política econômica e, também, pelas transformações oriundas das mudanças no mundo do trabalho, a exemplo de desemprego. Desta forma, em meio ao discurso oficial do Estado e às críticas sobre a expansão da rede de educação, a Assistência Estudantil vem sendo construída como forma de garantir o direito de permanência dos estudantes e conclusão de seus cursos.

## 5.2 Assistência estudantil no IFTO-Campus Palmas

No IFTO – *Campus Palmas* – os serviços de assistência ao estudante iniciaram no ano de criação da instituição, em 2005. Atualmente a Coordenação de Assistência ao Estudante e Servidor (CAES) é composta por uma equipe multidisciplinar, voltada ao atendimento de estudantes, servidores/as e colaboradores/as (terceirizados) do IFTO, formada por Médicos, Enfermeiros, Auxiliar e Técnico de Enfermagem, Enfermeiros, Dentistas, Psicólogos, Assistentes Sociais e Nutricionista.

O elemento orientador da prática profissional, neste espaço sócio ocupacional propõe uma atuação multidisciplinar que objetiva conjugar os diferentes tipos de saberes, formando uma rede de inter-relações, buscando, assim, alcançar o atendimento pleno do indivíduo e os desafios impostos pela dinâmica da ordem do capital e do mundo do trabalho, que interferem no acesso e qualidade da política educacional.

Gradualmente, a prática e atuação dos profissionais do IFTO - *Campus Palmas* - sistematizaram-se por meio da equipe multidisciplinar, proporcionando a construção de formas e métodos de enfrentamento com um conjunto de técnicas e instrumentais que se desdobram em possibilidades na perspectiva do acesso, desempenho e permanência de estudantes, na efetivação dos direitos e formação de uma cultura pública democrática.

Destaca-se que o exercício profissional na área educacional tem como ponto focal o desenvolvimento e execução de projetos que promovam o acesso, a permanência e o melhor aproveitamento escolar dos estudantes do IFTO, os quais expressam várias questões sociais.

As expressões das questões sociais mais evidentes são: desconhecimento dos próprios direitos; dificuldade de acesso às políticas públicas e/ou sociais e aos benefícios; reiteração de faltas injustificadas e evasão escolar; elevados níveis de repetência; dificuldade de permanência, devido a questões econômicas; desemprego; renda per capita insuficiente para suprir necessidades básicas; problemas de saúde; uso de drogas; gravidez na adolescência; violência escolar e doméstica. As situações de risco e vulnerabilidade socioeconômicas apresentadas são reflexos das questões sociais que perpassam a seara educacional.

Para mediar e enfrentar as questões sociais no IFTO – *Campus Palmas* – surgiu uma série de instrumentais, estratégias e mecanismos, os quais buscam a apreensão das particularidades da realidade social do/a usuário e a viabilização de uma intervenção efetiva, no intuito de minimizar os impactos das expressões das questões sociais na vida dos estudantes, materializados por meio do Regulamento do Programa de Assistência Estudantil.

Por meio do Regulamento do Programa de Assistência Estudantil instituído, em maio de 2011, foi implantada a política de assistência estudantil no âmbito institucional. No referido ano, criou-se um conjunto de ações, por meio da concessão de auxílios, voltadas ao atendimento de estudantes que se enquadram nos critérios estabelecidos, ou seja, os que possuem renda per capita familiar de até um salário mínimo e meio e que estejam regularmente matriculados em cursos oferecidos pelo IFTO - *Campus Palmas*.

O IFTO aprovou por meio da Resolução nº 04/2011/CONSUP/IFTO, de 30 de junho de 2011 e alterado pela Resolução nº 22/2014/CONSUP/IFTO, de 8 de agosto de 2014 o regulamento do programa de assistência estudantil, será apontado a seguir alguns artigos significantes do regulamento citado (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, 2011).

O Programa de Assistência Estudantil do IFTO, em consonância com os princípios estabelecidos no artigo 2º e seus incisos, tem por objetivos:

- I – Promover a formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade social, objetivando o desenvolvimento sustentável do país;
- II – Promover o acesso, a permanência e o êxito acadêmico dos estudantes do IFTO;
- III – Assegurar aos estudantes igualdade de oportunidade no exercício das atividades acadêmicas;
- IV – Contribuir para a promoção do bem-estar biopsicossocial dos estudantes;
- V – Reduzir as taxas de evasão e retenção;
- VI – Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais;
- VII – Promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando e desenvolvendo a criatividade, a reflexão crítica e atividades e intercâmbios culturais, esportivos, artísticos, políticos, científicos e tecnológicos (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, 2011).

A Política de Assistência Estudantil do IFTO (2011) está dividida em dois eixos:

I – Eixo Universal: destina-se a todo e qualquer estudante regularmente matriculado no IFTO, de forma universal ou por meritocracia;  
II – Eixo de Assistência e Apoio ao Estudante: destina-se prioritariamente a estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio com comprovada situação de vulnerabilidade social, tendo como obrigatória a participação em processo de seleção socioeconômica (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, 2011).

No Eixo Universal serão desenvolvidas ações para todos os estudantes contemplados pela Política de Assistência Estudantil do IFTO, por meio de projetos. A participação dos estudantes no Eixo Universal não estará condicionada a questões socioeconômicas (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, 2011). O Eixo Universal da Política de Assistência Estudantil do IFTO é constituído pelos seguintes programas:

I - Programa de acompanhamento pedagógico; II - Programa de acompanhamento social; III - Programa de acompanhamento psicológico; IV - Programa de assistência à saúde; V - Programa de assistência a viagens; VI - Programa de mobilidade acadêmica; VII - Programa de incentivo ao esporte e lazer; VIII - Programa de incentivo à arte e cultura; IX - Programa de incentivo à formação cidadã; X - Programa de educação para a diversidade; XI - Programa de apoio a pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação; e XII - Programa de inclusão digital INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, 2011).

Outros programas são dispostos para a comunidade discente a exemplo do Programa de acompanhamento pedagógico tem como objetivo subsidiar o processo ensino-aprendizagem por meio de estratégias institucionais que viabilizem a aprendizagem dos estudantes.

Outra ação é o Programa de Acompanhamento Social que prevê ações voltadas à atenção social, atentando-se para os riscos pessoais e sociais que podem acometer os estudantes, visando à qualidade da sua formação acadêmica e cidadã.

Além disso, existe o Programa de acompanhamento psicológico que visa à promoção do bem-estar biopsicossocial dos estudantes, por meio de ações de natureza preventiva e interventiva, que respeitem a ética e os direitos humanos e priorizem a interdisciplinaridade.

As ações do Programa de Acompanhamento Psicológico têm como objetivo, sobretudo, a prevenção em caráter educativo, e não o tratamento ou a cura de transtornos psicológicos, comportamentais e de aprendizagem, os quais serão



encaminhados para atendimento especializado em instituições para esta finalidade, quando identificados.

A seguir serão caracterizados todos os programas previstos no Programa de Assistência Estudantil do IFTO conforme seu regulamento (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, 2011).

O Programa de Assistência à Saúde é o primeiro de todos os que serão apresentados e tem por objetivo promover a assistência à saúde em regime ambulatorial, incluindo prevenção, tratamento e vigilância à saúde da comunidade discente.

O Programa de Assistência a Viagens também faz parte da política de assistência estudantil e objetiva auxiliar no custeio de viagens para congressos científicos, seminários, simpósios, workshops, exposições e outros eventos.

Outro Programa é o de Mobilidade Acadêmica Nacional e Internacional que objetiva atender a participação de estudantes regularmente matriculados na instituição em programas de mobilidade acadêmica nacional e internacional devidamente instituídos no âmbito do IFTO (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, 2011).

O IFTO prevê, também, o Programa de Incentivo ao Esporte e Lazer que tem como objetivo promover ações esportivas e de lazer, contribuindo para a formação e desenvolvimento físico e para a inclusão educacional e social dos estudantes.

Em relação à cultura e lazer existe o Programa de Incentivo à Arte e Cultura objetiva promover o acesso a bens culturais e colaborar para o desenvolvimento das dimensões artísticas e culturais da formação humana (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, 2011).

O Programa de Incentivo à Formação Cidadã tem como objetivo fomentar espaços de discussão e reflexão do estudante como sujeito político e crítico, contribuindo para a construção de sua autonomia e sua participação ativa no ambiente acadêmico e na sociedade.

E, por fim, o Programa de Educação para a Diversidade que tem como objetivo viabilizar ações que possibilitem reflexões e mudanças de atitudes sobre diversidade, considerando etnia/cor, gênero, religião, orientação sexual, idade entre outros aspectos.

O capítulo VI do Regulamento trata sobre o eixo de Assistência e Apoio ao Estudante para que sejam desenvolvidas ações dentro desse eixo. O Eixo de

Assistência e Apoio ao Estudante atenderá prioritariamente estudantes com comprovada situação de vulnerabilidade social, tendo como obrigatória a participação em processo de seleção socioeconômica. O Eixo de Assistência e Apoio ao Estudante IFTO é composto pelos seguintes benefícios I – Auxílio-Transporte; II – Auxílio-Alimentação; III – Auxílio-Moradia; IV – Auxílio-Material Didático; V – Auxílio-Uniforme; VI –Bolsa-Formação Profissional; VII –Auxílio-Emergencial; VIII -Auxílio aos Pais Estudantes; e IX – Bolsa-Alela (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, 2011).

A seleção do Programa de Assistência Estudantil é realizada por meio de edital com critérios e normas estabelecidos por comissão, tais como renda per capita familiar máxima exigida de até um salário mínimo e meio. O processo de seleção possui várias etapas, realizado no início do ano letivo e quando há demanda e recurso financeiro disponível, também, no segundo semestre do ano letivo.

Na tabela abaixo contam dados do Programa de Assistência Estudantil do IFTO – *Campus* Palmas, de acordo com o Edital 014/2013/IFTO, referentes ao ano de 2013:

<b>Tipo de bolsas</b>	<b>Quantidade de vagas</b>	<b>Descrição do Auxílio</b>
Auxílio Formação Profissional	150	- Consiste na inserção do estudante em atividades nas dependências do IFTO <i>Campus</i> Palmas, visando à integração social, cultural e aperfeiçoamento profissional, de modo a proporcionar a complementação do processo de aprendizagem por meio do desenvolvimento de atividades orientadas; - A carga horária será de 12 horas semanais; - O valor do benefício será de até 50% do salário mínimo; - A bolsa será ofertada durante o ano letivo.
Auxílio Alimentação	350	- Consiste na concessão de isenção total da refeição diária no refeitório do <i>Campus</i> Palmas, durante o semestre letivo para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.
Auxílio Creche	10	- Consiste em auxílio financeiro aos pais-estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com crianças entre quatro meses e seis anos de idade. Este auxílio visa minimizar situações estressoras e de desgaste emocional dos estudantes, que durante o horário de aula necessitam deixar seus filhos aos cuidados de outras pessoas; - O valor do benefício será de 30%, correspondente ao salário mínimo; - Este benefício deverá ser pago por um período de 04 meses.
Auxílio Moradia	10	- Destina-se a despesas com aluguel de imóvel, enquanto no <i>Campus</i> não houver alojamento ou quando não houver

Tipo de bolsas	Quantidade de vagas	Descrição do Auxílio
		alojamento suficiente para todos. Este benefício será repassado aos estudantes de outros municípios ou estados que não possuam familiares diretos (pai, mãe, irmão) ou responsáveis legais na região onde estudam; - O valor do benefício será de até 30%, correspondente ao salário mínimo; - Este benefício deverá ser pago por um período de 04 meses.
Auxílio Transporte Rural e Intermunicipal	15	- Consiste no auxílio para o pagamento de transporte aos alunos residentes em área rural ou em outros municípios que não disponham de transporte próprio ou fornecido pelos municípios de domicílio; - O valor do benefício será de até 20%, correspondente ao salário mínimo.
Auxílio Transporte Urbano	200	- Caracteriza-se no repasse mensal de auxílio financeiro ao valor gasto com o vale transporte estudantil durante os dias letivos; - O valor do benefício será de até 10%, correspondente ao salário mínimo.
Auxílio Emergencial	Indeterminadas	- Consiste na concessão de recurso financeiro concedido aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que não foram beneficiados com outros auxílios e que passam por situações emergenciais; - O benefício será oferecido uma única vez no ano; - O benefício se constitui de repasse financeiro no valor de até 30% (trinta por cento) do salário mínimo vigente; - Este benefício deverá ser solicitado diretamente pelo estudante ao Setor de Serviço Social do IFTO - <i>Campus</i> Palmas.
Auxílio Uniforme	Compreende até 02 (duas) camisetas para cada estudante.	- Consiste na concessão de duas camisetas padrão do IFTO ao estudante do <i>Campus</i> Palmas. O benefício será destinado aos estudantes do Ensino Médio Integrado, que se encontra em situação de vulnerabilidade socioeconômica; - O auxílio que trata este item propõe a identificação do discente nos ambientes intra e extraescolares; - O auxílio uniforme objetiva minimizar a distinção entre classes sociais no âmbito escolar, bem como reduzir gastos no orçamento doméstico.
Auxílio Material Didático	107	- Caracteriza-se pela oferta de material didático, conforme a necessidade do estudante que se encontra em situação de vulnerabilidade socioeconômica; - O auxílio visa reforçar a prática educativa em sala de aula com o fim de propiciar maior eficiência no processo ensino-aprendizagem, bem como contribuir para o comprometimento do estudante em sala de aula, auxiliando assim, no desenvolvimento de habilidades e construção de novos saberes; - O auxílio material didático será concedido no início de cada semestre letivo e atenderá aos estudantes de acordo com as necessidades específicas de cada curso; - O benefício se constitui de repasse financeiro no valor de até 15% do salário mínimo vigente.

Quadro 1 – Benefícios do programa de assistência estudantil - IFTO

Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (2013).

Dentre todos os auxílios elencados acima, constatou-se, por meio do número de inscrições, que o auxílio mais procurado do Programa de Assistência Estudantil é de Formação Profissional e a demanda é crescente a cada ano letivo.

Observa-se também que grande parte dos estudantes que cursam a modalidade Ensino Médio Integrado, atendidos pelo Programa de Assistência Estudantil, mais especificamente pelo Auxílio de Formação Profissional, está em situação de vulnerabilidade econômica e social, tendo em vista a o declínio da renda per capita familiar e das condições para suprir as necessidades básicas, mais de 50% dos estudantes que procuram o benefício cursam o Ensino Médio Integrado e necessitam do benefício para a permanência e o sucesso na conclusão de seus cursos.

Os estudantes do IFTO – *Campus* Palmas – muitas vezes não possuem conhecimento dos seus direitos. Sofrem com dificuldade de acesso às políticas públicas, elevados índices de repetência e evasão escolar e outras situações de risco que perpassam o ambiente escolar tais como: desemprego, conflitos familiares, violência doméstica, drogas, etc.

A necessidade dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica atendidos pelo Auxílio de Formação Profissional do Programa de Assistência Estudantil do IFTO – *Campus* Palmas – perpassa o ambiente escolar.

A realidade dos estudantes que buscam o auxílio é de uma renda *per capita* insuficiente para suprir algumas necessidades básicas no seio familiar a exemplo de: pagamento de aluguel, alimentação, compra de medicamentos, entre outros. Os níveis de renda *per capita* são indicativos para o repasse do benefício. Dessa forma, o Auxílio de Formação Profissional almeja também evitar a evasão escolar e contribuir para a permanência do estudante na instituição até a conclusão de seus cursos.

Observou-se uma demanda significativamente maior do número de inscritos no Programa de Formação Profissional de estudantes que cursam a modalidade Ensino Médio Integrado.

Ressalta-se que o Auxílio de Formação Profissional consiste na inserção do estudante em setores da administração do IFTO, visando à integração social e ao aperfeiçoamento profissional e cultural, proporcionando a complementação do processo de ensino-aprendizagem por meio do desenvolvimento de atividades orientadas e vinculadas, prioritariamente, à área de formação do estudante. O

programa iniciou em 2005 juntamente com a criação do setor de Serviço Social. Inicialmente eram oito estudantes e a demanda foi crescendo a cada ano, chegando a 150 estudantes bolsistas em 2013.

Essa demanda expressiva pode ser entendida por meio de análise de questões observadas e salientadas pelos próprios estudantes no cotidiano escolar.

Sendo assim, compreende-se que os estudantes vinculados ao Ensino Médio Integrado possuem dificuldades para se inserirem no mercado de trabalho, devido a vários aspectos, dentre os quais se destacam: o período em que o curso é ofertado, idade e falta de experiência profissional.

O curso, tradicionalmente, era oferecido no período vespertino. No entanto, a partir de 2013, houve alteração no horário de aula e os estudantes da modalidade Ensino Médio Integrado do IFTO – *Campus Palmas* – passaram a frequentar a instituição em horário integral (períodos matutino e vespertino), não possuindo assim tempo disponível para desenvolver nenhuma outra atividade remunerada.

Em relação ao desenvolvimento de atividade remunerada, outro ponto relevante é o fato de muitas empresas e órgãos públicos não oferecerem vagas de emprego/estágio para jovens com idade inferior a 16 anos, nem mesmo programa para jovem aprendiz. A falta de experiência profissional, também, pode ser elencada como dificuldade de inserção no mercado de trabalho, fazendo com que a Programa de Formação Profissional seja um dos auxílios mais significativos para tais jovens.

De acordo com os critérios de seleção utilizados pelo serviço social do IFTO – *Campus Palmas*, o Auxílio de Formação Profissional do Programa de Assistência Estudantil objetiva também: oportunizar ao estudante conhecer as atividades do IFTO - *Campus Palmas*; proporcionar a socialização junto aos servidores e a comunidade estudantil; contribuir para um bom funcionamento dos setores; contribuir para a melhoria da renda familiar; favorecer a aquisição de passe estudantil, uniforme, lanche e material escolar; despertar, no cotidiano do estudante bolsista, valores referentes à responsabilidade, à ética e ao respeito.

Dessa forma, a política de Assistência Estudantil executada no IFTO - *Campus Palmas* busca atender toda a demanda estudantil, com ênfase aos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que almejam por meio da permanência da educação, concluírem seus cursos com sucesso se tornar profissionais qualificados e que ingressem no mercado de trabalho para que dessa forma tenham oportunidade de mobilidade social, tendo em

vista as transformações mundiais que influenciaram as relações sociais, culturais, econômicas e dessa forma causaram um impacto direto nas políticas educacionais.

## 6 RESULTADOS DA PESQUISA

Para analisar as possíveis contribuições do Auxílio de Formação Profissional do Programa de Assistência Estudantil para a permanência e sucesso na conclusão dos cursos dos estudantes na instituição. Realizou-se pesquisa com oito estudantes da modalidade Ensino Médio Integrado, beneficiários do Programa de Assistência Estudantil.

A coleta de dados foi executada por meio de três fontes: observação, entrevista semiestruturada e análise dos documentos do setor de serviço social, por meio da ficha social. Realizou-se a técnica de análise de conteúdo das transcrições de oito entrevistas, tal técnica trabalha com mensagens (comunicações), Bardin (2011) afirma que não existe o pronto a vestir em análise de conteúdo, tem que ser reinventada a cada momento, podendo ser uma análise dos significados.

A observação faz parte do instrumento de trabalho do Serviço Social para um melhor acompanhamento dos estudantes assistidos pelo Programa de Assistência Estudantil. Esse acompanhamento é realizado pela equipe de Assistentes Sociais, psicólogos e pedagogos e é realizado durante todo o ano letivo por meio de conversas informais, atendimentos, abordagens técnicas, reuniões, dentre outras.

Durante o período letivo e de vigência ao Auxílio de Formação Profissional, foi possível observar junto aos estudantes, e mais especificamente juntos aos sujeitos de pesquisa, questões trazidas que demandavam uma análise e atenção por parte da equipe.

Inicialmente muitos bolsistas, sujeitos de pesquisa, procuravam o setor de Serviço Social buscando informações acerca das bolsas, queriam saber como eram realizadas as inscrições e o processo de análise. Muitos bolsistas relatavam de imediato às condições de vulnerabilidade social e econômica familiar, preocupavam-se com conflitos familiares e com a dificuldade de continuar os estudos. Os sujeitos de pesquisa mostravam-se angustiados e apreensivos quanto a essas questões. Essa procura era principalmente no final e início de ano letivo, período em que o contrato do Auxílio de Formação Profissional findava-se.

Outra procura frequente junto ao setor é em relação à autorização concedida para que possam se retirar no horário de atividade da bolsa e realizarem

atendimentos ou tirarem dúvidas de disciplinas com os professores que estão disponíveis em determinados horários para auxiliar os estudantes. Ressalta-se que é direito do estudante bolsista participar de todas as atividades no âmbito institucional ou fora, desde que relacionadas à educação, esporte e cultura. A autorização concedida serve para justificar e, conseqüentemente, abonar as faltas.

Na ocasião em que os estudantes procuravam o setor em busca dessa autorização, foi o momento pertinente para fazer abordagens em relação ao desenvolvimento escolar, ao contexto familiar e demais questões importantes para a permanência e conclusão dos cursos na instituição.

Por meio da observação podem-se fazer intervenções e encaminhamentos aos demais setores da instituição ou para a rede sócio assistencial. Vale ressaltar que a parceria entre a equipe multiprofissional foi essencial para o acompanhamento e resolução de questões.

Inclusive por meio de observações, a equipe técnica, principalmente o setores de serviço social e de psicologia puderam discutir sobre os casos e fomentar alternativas de abordagem e auxílio. Grande parte dos sujeitos de pesquisa entrevistados observados foram encaminhados ao setor de psicologia por tratar de questões inerentes ao acompanhamento psicoterápico. Tais bolsistas traziam demandas que necessitavam de um acompanhamento não somente social e pedagógico, mas de cunho psicológico.

Muitos sujeitos de pesquisa relatavam durante os atendimentos que a família não possuía recursos financeiros suficientes para manter as despesas básicas. Outras questões observadas referem-se a problemas como desemprego, violência doméstica, alcoolismo, problemas de saúde de familiares e dos próprios bolsistas entrevistados. Houve situações em que alguns bolsistas entrevistados desencadearam quadros de síndrome do pânico, depressão, dentre outros transtornos. O acompanhamento foi realizado pelos setores de Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Enfermaria e equipe médica do IFTO - *Campus* Palmas. Alguns foram encaminhados para o serviço de saúde externo.

Como já foi relatado, observou-se que havia sempre uma preocupação, angústia e apreensão por parte dos estudantes entrevistados, quando se findava o ano letivo, pois até a próxima seleção de bolsas gerava-se uma incerteza. Tais bolsistas traziam consigo sentimentos de indefinição quanto ao futuro e quanto à



expectativa de permanecerem no Auxílio de Formação Profissional e conseqüentemente na instituição.

Observou-se que todas as problemáticas trazidas pelos bolsistas influenciavam diretamente no desenvolvimento educacional e sem o apoio da equipe técnica e dos programas de Assistência Estudantil, muitos estudantes já teriam abandonado seus cursos e assim teriam buscado formas de inserção no mercado de trabalho, repetindo assim a história de vida dos familiares, relatadas tantas vezes pelos próprios bolsistas.

Em cada observação, atendimento e escuta, foi construindo-se um elo entre o profissional e o bolsista, esse elemento constitui-se como fator importante em um momento de necessidade de intervenção. Os gestos, as falas, as posturas, as maneira como se colocam, os olhares, as expressões corporais muitas vezes falam pelo sujeito, e esses aspectos ficam ainda mais evidentes quando o estudante assistido passa a confiar no profissional. A observação do comportamento e das falas possibilitou uma tradução de questões trazidas pelo bolsista. Tais sujeitos de pesquisa carregam suas vivências e experiências em meio às dificuldades sociais e econômicas.

No período de seleção socioeconômica para os benefícios do Programa de Assistência Estudantil do IFTO - *Campus* Palmas, observou-se uma frequência maior no setor por parte de alguns sujeitos de pesquisa. Tais estudantes questionavam sobre o Edital (cronograma, prazos, documentação necessária), perguntavam também sobre a entrevista e sobre a possibilidade da realização de visita domiciliar, muitos chegam a solicitar a visita domiciliar para que se concluísse que realmente necessitam do benefício. Como a seleção socioeconômica é realizada anualmente, no primeiro semestre do ano letivo, e dependendo da questão orçamentária no segundo semestre, os estudantes necessitam se inscrever a cada edital, tendo em vista que a realidade social e econômica é mutável.

No período de entrevistas sociais observou-se que os estudantes ficam ainda mais apreensivos e ansiosos. Quando o profissional chegava ao setor no horário de expediente, já encontrava centenas de estudantes organizados em filas para concluírem o mais rápido possível esta etapa de seleção, principalmente os sujeitos de pesquisa. Estes demonstraram grande interesse em participar da entrevista nos primeiros dias do prazo do cronograma. No momento da entrevista, os sujeitos de pesquisa se colocaram a inteira disposição em responder todas as perguntas e

relataram todas as problemáticas vividas em seu cotidiano e as dificuldades de permanecerem na instituição e concluírem seus cursos.

Após a análise da ficha social e documental e entrevista social, foram divulgados os resultados com o nome dos estudantes contemplados com os benefícios do Programa de Assistência Estudantil. Os estudantes contemplados com os benefícios, mais especificamente com o Auxílio de Formação Profissional, continuavam a procura do setor de serviço social no intuito de buscarem informações a respeito do pagamento do auxílio. Várias vezes perguntaram se o pagamento poderia ser feito adiantado, tendo em vista as dificuldades em custear transporte, alimentação e demais despesas do curso.

No final de cada mês de atividade o estudante bolsista entrega no Setor de Serviço Social sua frequência, para que seja encaminhado memorando de pagamento. Essa dinâmica mensal também é uma oportunidade de se conversar com o estudante, perguntar sobre notas, assiduidade, questões familiares, dentre outros.

Essas observações resultaram em reuniões entre a equipe técnica, Diretoria de Administração e Diretoria Geral do IFTO - *Campus* Palmas para discussão a respeito dessa demanda. Assim, o pagamento do Auxílio de Formação Profissional passou a ser antecipado no primeiro mês, em virtude das dificuldades trazidas pelos estudantes que refletiam diretamente na permanência dos mesmos na instituição.

Alguns estudantes tinham receio de expor a real situação socioeconômica na ficha social e muitas vezes somente na ocasião da entrevista era o momento em que o estudante desabafava sobre o real contexto em que estava inserido. Muitas vezes as situações expostas nas entrevistas sociais e nos atendimentos individuais eram muito mais difíceis do que a situação relatada na ficha social. Mostrando, assim, a importância que a junção dos vários instrumentais de trabalhos ajuda o profissional a analisar melhor as situações apresentadas pelos estudantes.

Antes de se iniciar a análise das entrevistas, será realizada uma breve caracterização dos sujeitos de pesquisa, tendo como base as informações contidas na ficha social. Tais informações são referentes às questões sociais, econômicas, familiares, situação de moradia, dados de saúde, dentre outros. A identificação de cada um dos sujeitos de pesquisa foi resguardada, sendo escolhidas as seguintes denominações fictícias: Helena, João, Mário, Paulo, Miguel, Pedro, Daniel e Maria.

O primeiro sujeito de pesquisa, Helena, possui 19 anos, cursa o III ano de Informática, já foi bolsista nos anos de 2012 e 2013. Mora com a família, que é composta por quatro pessoas, em cedida por familiares. A renda per capita é de R\$ 181,00. A renda familiar é oriunda do trabalho da mãe como auxiliar de serviços gerais e recebe um salário mínimo. Os gastos mensais com todas as despesas domésticas chegam a aproximadamente R\$ 585,00.

Os pais da estudante são separados, mas não judicialmente, portanto, os filhos não recebem pensão alimentícia. Além do dinheiro da bolsa, a única ajuda que recebe é da mãe. A estudante utiliza transporte público e gasta aproximadamente 1h30min para se locomover da sua residência para o IFTO.

A estudante possui problemas de saúde, principalmente referentes a problemas respiratórios (bronquite asmática), já se submeteu a cirurgia para retirada de amígdala e não possui plano de saúde. Consta uma reprovação na ficha social da estudante, ocasionada por motivos de saúde. Com saúde frágil, a estudante foi encaminhada algumas vezes para a enfermaria, para a equipe médica e para atendimento psicológico no IFTO.

O segundo sujeito de pesquisa chama-se João, de acordo com informações prestadas na ficha social o estudante possui 19 anos, cursa Informática, está no IV ano do curso, referente ao último ano. A família é composta por cinco pessoas e a renda familiar é oriunda do trabalho do pai do estudante como operário.

A família mora em casa própria no interior e os dois irmãos que estudam em Palmas moram em quitinete alugada. A família não possui plano de saúde e os gastos familiares com as despesas básicas chegam a R\$ 750,00. Dependente da ajuda dos familiares.

Pode-se identificar alguns aspectos importantes segundo a ficha social do estudante Pedro que foi o terceiro sujeito de pesquisa. O mesmo possui 18 anos, cursa o III ano de Eletrotécnica. Foi bolsista por três anos consecutivos (2011, 2012 e 2013). A primeira opção de auxílio solicitado foi o Auxílio de Formação Profissional.

A família é composta por quatro pessoas. Os pais são separados e o estudante não recebe pensão alimentícia. A mãe e os irmãos residem em uma cidade do interior do Estado do Tocantins e o estudante mora em Palmas- TO, de favor, na casa de familiares e não contribui nas despesas domésticas dessa família que o acolheu por falta de condições financeiras.

A renda per capita é de R\$ 250,00. Somente a mãe do estudante trabalha. O estudante depende financeiramente da mãe e da ajuda de outros parentes. Os gastos com despesas básicas giram em torno de R\$ 830,00. O estudante bolsista utiliza transporte coletivo.

O sujeito de pesquisa nº 04, Miguel, citou em sua ficha social as seguintes informações: o mesmo possui 17 anos, cursa Agronegócio III ano. O estudante foi bolsista por dois anos consecutivos (2012 e 2013).

A família é composta por três pessoas, sendo dois idosos. Os pais moram em uma cidade do interior do Tocantins e o estudante mora em Palmas em uma quitinete alugada no valor de R\$ 400,00, dividindo as despesas com amigos. No núcleo familiar há casos de doenças graves e crônicas, por serem idosos e possuírem gastos mensais com medicamentos. Os gastos da família chegam a R\$ 600,00 por mês.

Daniel foi o quinto sujeito de pesquisa, na ficha social do estudante foi possível observar que ele possui 18 anos, cursa o III ano de Informática.

Daniel citou que o pai é falecido e a família não possui pensão por morte. A mãe casou-se novamente, veio com toda família do Pará para o Tocantins. A família recebe ajuda de parentes para suprir as despesas básicas. O mesmo mora em Palmas com amigos em uma quitinete, dividindo aluguel. Já foi bolsista anteriormente. O mesmo citou que não utiliza transporte público, vai a pé para a IFTO.

O sujeito de pesquisa chamado Paulo, foi o sexto pesquisado em sua ficha social visualizou-se as seguintes informações: o mesmo possui 17 anos, cursa Edificações, III ano. Foi bolsista contínuo nos anos de 2012 e 2013.

A família do estudante supracitado é composta por três pessoas e é beneficiária do Programa Social Bolsa Família e possui renda per capita muito baixa no valor de R\$ 58,33. A família mora em casa própria quitada. O pai faleceu em 2013.

O sujeito de pesquisa nº 07 é o Mário. O estudante relatou em sua ficha social que estuda o terceiro ano de Eletrotécnica, possui 18 anos é proveniente do interior do estado. A família é composta por cinco pessoas. A renda per capita familiar é de R\$ 160,00. Mora com o irmão mais velho em casa alugada no valor de R\$ 250,00.

No núcleo familiar há existência de doença grave e crônica, pois o pai possui diabetes. Por isso, o pai recebe pensão previdenciária. O tratamento é realizado

pela rede pública. Os gastos familiares chegam a R\$ 724,00. Para custear as despesas o estudante chegou a trabalhar como auxiliar de eletricista e ajudante de pedreiro. Utiliza bicicleta para se locomover.

O último sujeito de pesquisa se chama Maria, por meio da análise da sua ficha social pode-se constatar que a mesma possui 18 anos e cursa o IV ano de Eletrotécnica, já foi bolsista continuamente nos anos de 2011, 2012 e 2013.

O valor da renda per capita familiar é de R\$ 300,00. A estudante mora com toda família, que é composta por cinco pessoas, em casa própria quitada. Os pais trabalham informalmente com vendas de água de coco em paradas de ônibus da capital. Utiliza transporte coletivo para se locomover.

Cada sujeito de pesquisa foi entrevistado individualmente, com data e horário agendado, de forma que não interferisse na rotina de estudos e atividades dos mesmos. Foi explicado, no momento da abordagem aos oito sujeitos de pesquisa, que as entrevistas seriam gravadas, para posteriormente serem transcritas no intuito de facilitar e objetivar o desenvolvimento do trabalho, no momento da entrevista essa explicação foi reforçada.

Após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido as entrevistas foram realizadas na sala do serviço social, nos períodos matutino e noturno. A identidade dos sujeitos de pesquisa foi preservada uma vez que foram escolhidos nomes fictícios que são os seguintes: Helena, João, Mário, Paulo, Miguel, Pedro, Daniel e Maria. Em todo o processo de construção de categorias, preservou-se na íntegra a fala dos entrevistados.

As categorias de análise passaram pelas palavras chaves: Políticas Públicas Sociais; Condições de Permanência; Inclusão Social e Assistência Estudantil. Os capítulos se desenvolveram a partir dessas categorias e resultaram em tópicos e sub tópicos que trataram sobre as políticas sociais: alívio da pobreza e necessidade de classes; condições de permanência na educação no contexto atual e programas de assistência estudantil como alternativas de inclusão social.

No momento da entrevista foi solicitado para que o sujeito de pesquisa descrevesse um pouco da sua história e do contexto o qual está inserido, pediu-se que relatasse sobre sua origem, naturalidade também de seus familiares. A seguir, a bolsista relata brevemente sobre sua história de vida.

Eu moro com minha mãe e com meu irmão, meus pais eram casados há 25 anos e aí se divorciaram depois disso. Meu pai hoje ele está numa clínica

de reabilitação para tratamento de dependência de drogas e basicamente quem sustenta a casa é minha mãe. Meu irmão era casado, hoje ele está divorciado, na verdade a gente mora com ele e hoje o filho dele também está morando com a gente [...] aí minha mãe, hoje ela começou a trabalhar, porque ela sempre trabalhou com contrato, ela mexia com contrato em colégios na área de serviços gerais, aí hoje ela conseguiu porque o contrato vence no fim do ano e ela foi despedida, aí ela conseguiu trabalhar num jardim como se fosse gari, mas aí fica só no jardim, não vai para a rua, mas é no sol do mesmo jeito (Helena - Quadro 01).

Helena relatou que a mãe é a única responsável pelo sustento da família, caracterizando a situação de muitas famílias hoje no Brasil, em que a renda familiar é oriunda de uma única fonte. A mãe de Helena acabou assumindo a responsabilidade por custear as despesas da família:

Ela é responsável por mim. Na verdade ela sempre dividiu o dinheiro dela comigo e com as despesas de casa, porque ela tinha que me sustentar, isso antes de eu começar com o auxílio, a gente sempre tirava aquele valor para poder pagar ônibus para vir para cá, almoço, porque sempre vinha estudar de manhã e eu faço ensino médio a tarde e ia embora depois. Eu passava o dia inteiro aqui, eu saía de casa umas sete e meia da manhã, chegava quase nove e ficava o dia todo, aí ela pagava almoço para mim e o ônibus (Helena - Quadro 01).

João também narrou sua trajetória de vida e as dificuldades durante o período em que chegou em Palmas -TO:

Eu vim de uma cidade do interior do Tocantins. Vim primeiro em 2010 para estudar. Passei aqui no IFTO, corri atrás, me virei. Minha mãe me ajudou um pouco, mas foi mérito meu. Não conhecia nada aqui, aí conheci vindo para cá fazer a prova um rapaz, manteve contato com ele e ele falou “os primeiros meses aqui em Palmas -TO se você passar pode ficar aqui em casa”. Eu vim, liguei para ele, falei para ele que eu tinha passado, eu fiquei os primeiros três meses na casa dele até eu arrumar uma quitinete para morar. Chamei outro amigo meu que passou também e a gente morou 01 ano juntos, aí meu irmão veio e a gente alugou uma quitinete para nós dois, ele estuda no militar. Quando meu irmão veio no ano seguinte, meus pais começaram a apertar a situação, porque eles tinham um pequeno comércio e a venda caiu muito. E aí foi onde eu fiquei sabendo e tive a oportunidade de recorrer ao auxílio para ajudar nas despesas tanto aqui, quanto lá também, pois às vezes minha mãe precisava de alguma coisa como um gás, aí eu tinha um dinheiro guardado e mandava para ela, mas aqui o dinheiro basicamente servia para pagar água, luz, energia e alguma outra despesa a mais que aparecesse, pois meu pai disse que fazia questão de pagar a compra e o aluguel, ele disse que se virava. Então água, energia, gás e outra coisinha a mais que viesse era por conta da bolsa. Era só eu e meu irmão, o rapaz ficou com a gente os seis primeiros meses, ele estava se formando, aí ele arrumou um emprego e saiu (João - Quadro 01).

Em relação à situação de origem do terceiro sujeito de pesquisa entrevistado, Pedro fala sobre a situação de moradia e como foi a vinda para a capital para dar início aos estudos no IFTO:

Eu sou de Dianópolis - TO, aí eu fiz um vestibular pra cá pro ensino médio e passei, porque o ensino médio lá era fraco, aí eu vim pra cá. Eu tô morando na casa de minha tia e minha mãe não tem condições de pagar aluguel e me sustentar aqui né? Então eu tô morando na casa de minha tia e aí ela não tem condição de me sustentar aqui em Palmas, nem pagar passagem de ônibus e despesa pessoal [...] minha mãe não paga aluguel, não paga alimentação, energia, água, é tudo por conta de minha tia (Pedro - Quadro 01).

Perguntou-se se o pai o ajuda financeiramente, respondeu: “Meu pai ajuda sim, mas é pouco. É um acordo sem ser judicial, só R\$ 300,00 por mês para os dois, mas ele tem mais condições de ajudar, ele é autônomo. [...] eles não chegaram nem a casar. Foi um namoro, que teve eu e meu irmão” (Pedro - Quadro 01).

O estudante Miguel contou seu início de vida quando chegou em Palmas -TO e falou das diversas dificuldades que enfrentou ao chegar na capital:

Eu cheguei a Palmas-TO em 2012, consegui passar. Com quinze anos. Aí eu vim morar só. Consegui uma quitinete e estava morando lá. Aí eu cheguei e fui informado pelo programa por um amigo que até hoje estuda aqui, ele era bolsista também, aí ele me informou porque nós dois tínhamos a mesma necessidade. Eu cheguei aqui poderia, dizer que sem nada. Eu morava numa quitinete de um quarto e banheiro sem nada, sem geladeira, sem televisão, só a cama, só uma cômoda, panela e fogão, eu mesmo faço a comida. Aí depois que meu amigo me informou eu preenchi a ficha e consegui aí o dinheiro que eu fui pegando até hoje fui comprando minhas coisas. Não posso deixar de falar que a mãe sempre me ajuda né? Porque eles também precisam lá, pra manter aqui e manter lá é muito caro (Miguel - Quadro 01).

Sobre as questões sociais e econômicas da família, o estudante relata a situação em que vivem seus os pais e sobre o que conseguiu adquirir após a inserção no auxílio. Mas, apesar dos benefícios do Auxílio de Formação Profissional, a família continua vivendo em um contexto de exclusão social.

Meus pais são aposentados, são mais de idade estão com sessenta e poucos anos. Meu pai tem 63 e mãe também a mesma idade. Aí ficava muito apertado pagar aluguel, água e energia, porque lá também eles tem a casa, a casa é própria, mas tem os gastos. Aí eu consegui o auxílio, fui comprando minhas coisinhas e me ajeitando, sempre cuidando mais de mim, aí quando eu podia até ajudava minha mãe, mandava algum dinheiro quando sobrava, eu não gastava tudo e fui me ajeitando. Depois consegui ganhar novamente, aí faltaram umas coisas, que eu sempre comprava parcelado, eu comprei meu guarda-roupa, cama, armário, tanquinho, televisão, geladeira, esses “trem” de casa, tirando a parte de calçado e roupa. Me ajudou, muito principalmente para me manter e eu conseguir minhas coisinhas dentro de casa (Miguel - Quadro 01).

A seguir o estudante Daniel descreve de forma breve sua origem, sua história de vida e seu cotidiano enquanto estudante do IFTO, o mesmo relata a dificuldade de ir e vir devido ao transporte público por morar em região periférica:

Eu vim do Pará, atualmente estou morando com minha mãe, dois irmãos e meu padrasto que é casado com minha mãe. Moro no Aurenny III que é bem longe aqui do instituto. Para vir eu utilizo transporte coletivo, utilizo num total de 06 ônibus por dia para chegar e pra ir embora. Eu sempre almoço no instituto, porque não dá tempo de voltar em casa para almoçar. Eu venho muito aqui de manhã para estudar, fazer trabalhos, pesquisas, usar biblioteca, coisas do tipo (Daniel - Quadro 01).

Paulo narra sua trajetória de vida de forma bem “real” e, ao mesmo tempo, comovente, relatando inclusive sobre o episódio da doença e falecimento do pai:

Eu nasci aqui em Palmas - TO mesmo, desde pequeno moro com meu pai e minha mãe. Meu pai sempre viajou muito, sempre morou com a gente aqui em Palmas, mas sempre trabalhava fora. Trabalhava em uma empresa e sempre essa empresa fazia obra em todo o Tocantins. Ele viajava muito. Ele era eletricitista. Ele foi muito ausente. Ele foi morar em Araguaína -TO, se distanciou da minha mãe e foi trabalhar em Araguaína -TO. Em 2012 ele voltou para Palmas -TO, voltou para casa e para minha mãe. Eles passaram uns tempos separados e ele adoeceu. Ele parou de trabalhar, nesse tempo ele trabalhava de autônomo. Foi um período bastante crítico, porque a gente pedia muito dinheiro emprestado para outros familiares. Eu já trabalhava aqui, ajudou bastante o dinheiro daqui também. Aí quando foi no ano passado (2013) em setembro ele faleceu. Desde o ano passado ele tinha um problema no esôfago, varizes no esôfago, ele vomitava, tinha umas crises e as veias do esôfago dele estouravam, ele vomitava muito sangue. De dois em dois meses ele tinha crises, quando foi duas semanas antes ele faleceu, ele teve uma crise, vomitou muito sangue, foi para o hospital e passou uma semana lá. Na sexta-feira a noite ele teve já alta, mas os médicos decidiram que ele passasse a noite lá em observação, aí quando foi a noite, de madrugada, ele teve outra crise e vomitou sangue. Ele não resistiu e faleceu. Antes de falecer ele passou 05 meses pagando INSS, então a partir disso minha mãe entrou na justiça e quando foi no mês passado ela começou a receber o dinheiro da pensão dele.[...] tenho 03 irmãos, eles são mais novos do que eu. Um de 13 (anos), um de 12 (anos) e a menina é a mais nova tem 05 anos (Paulo - Quadro 01).

Mário descreveu sua história de vida, de onde veio, como foi sua chegada em Palmas - TO e como foi seu ingresso no IFTO - *Campus* Palmas.

Meu pai é autônomo lá no interior e minha mãe não tem estudo, ela é dona de casa. Lá em Paraíso (Paraíso do Tocantins - TO) tem um *Campus* do IFTO e meu irmão passou. Todo dia ele ia para Paraíso, ia e voltava para Nova Rosalândia - TO a 50km de Paraíso. Aí meu irmão ia e vinha, ia e vinha com muita dificuldade do papai e da família né? Eu ainda era menor mas observava as coisas. Eu fiz a prova pra lá, mas não passei, aí no ano seguinte eu fiz a prova pra cá e passei, pois o curso que queria estava aqui que era eletrotécnica, [...] aí depois ele ficou com preocupação na cabeça “como é que eu vou levar esse menino pra lá? Agora eu vou ter que levar esse menino pra lá (Palmas)?”. Ai ele me trouxe pra Palmas, eu fiquei morando na casa de parentes, em Taquari (bairro da periferia de Palmas), é



bem longe. Eu saia daqui 18h e chegava lá as 20h, duas horas pra chegar lá. Morei lá um mês e meio, mas era muito chato ficar na casa de parentes, constrangedor, mas pra quem quer vencer na vida não vê isso não né? Lá era muito chato, porque o pessoal brigava muito, eu não tinha muita intimidade com eles. Aí meu pai arranhou uma quitinete do lado aqui na escola, bem barata, no tempo era R\$ 200,00. Meu pai arrumou as coisas lá pra mim e eu fiquei morando lá sozinho de 06 a 08 meses, tinha 15 anos. Estava muito pesado para o papai, mandar esse monte de dinheiro para mim, aí meu irmão veio pra cá, porque ele já tinha feito 18 anos. Eu veio pra cá, arrumou um serviço e começou a contribuir nas despesas, mas mesmo assim ainda continuava caro (Mário - Quadro 01).

Em relação a sua história de vida Maria relatou brevemente os seguintes fatos:

Assim lá em casa antigamente minha mãe não trabalhava, só meu pai que trabalhava, ele trabalhou em vários serviços. Ele veio no início de Palmas. Ele veio do Piauí, só que ele veio do Pará para cá. Ele encontrou minha mãe no Pará, se casaram, foi bem rápido. Aí meu pai tinha comprado um lote aqui, quando ele estava construindo minha mãe ainda estava lá no PA, depois ele casou e eles vieram para cá. Nós moramos nesse lote. Meu pai e ela agora vendem água de coco. Meu pai vende na Estação Apinajé (ônibus) e minha mãe vende no Banco do Brasil em frente aos Correios. (Maria - Quadro 01).

O que se pode considerar da análise das fichas sociais e dos relatos sobre origem é que grande parte dos bolsistas tem origens parecidas, vieram de cidades do interior do Tocantins ou de estados vizinhos. Isso mostra um pouco do retrato da situação brasileira, em que famílias se deslocam de suas regiões para buscarem trabalho e formas de sobrevivência mais digna. Os sujeitos de pesquisa moram em casa alugada ou de favor em casa de parentes, somente dois entrevistados residem com todos os familiares. As famílias migraram para Palmas - TO em busca de novas oportunidades.

Tais sujeitos de pesquisa se caracterizam como uma pequena amostra de como as transformações mundiais de ordem cultural, social e econômica podem transformar o contexto dos indivíduos. Como foi apontado por Silva (2002) no capítulo introdutório, as direções das políticas macroeconômicas incidiram mudanças causaram um empobrecimento regional e social.

O capitalismo maximizou as desigualdades sociais e de classe, fazendo com que a massa excluída migrasse para cidades com melhores perspectivas financeiras. No entanto, ao chegarem em centros urbanos maiores e com maior infraestrutura, se depararam com desemprego, condições precárias de moradia e dificuldades de sobrevivência.

A classe trabalhadora que não possui qualificação, ao chegar na cidade, se depara com trabalhos informais ou trabalhos que não pagam o suficiente para prover seus meios de subsistência. Dessa forma, a busca por melhores condições de vida não acontece, pois não usufruem a infraestrutura que a cidade pode oferecer, pois não conseguem ter acesso ao transporte público, aos serviços sociais básicos, como escolas, unidades de saúde, universidades, saneamento, iluminação pública, dentre outros.

Nesse sentido, é possível destacar a importância das **políticas sociais** para o alívio da pobreza, conforme sub item mencionado no capítulo 3 em que se trata sobre as transformações mundiais e seus reflexos para as políticas sociais. Perguntou-se sobre o que os sujeitos achavam do auxílio? Mário (Quadro 01) respondeu que “Eu penso que esse auxílio ajuda muita gente, me ajuda muito, muito mesmo a me formar profissionalmente”.

A partir do estudo dessa categoria, podem-se observar as várias questões sociais que foram trazidas pelos sujeitos de pesquisa durante a entrevista tais como: desemprego, precariedade nas condições de saúde, drogadição, falta de informações sobre direitos, dentre outras. Tais categorias são importantes para analisar as possíveis contribuições do Auxílio de Formação Profissional na permanência e sucesso na conclusão dos cursos dos estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) - *Campus* Palmas.

Nas situações em que os pais são separados, os filhos não recebem pensão alimentícia. Em relação aos aspectos de saúde, destaca-se que os familiares e até mesmo os sujeitos de pesquisa possuem problemas de saúde e fazem tratamento da rede pública de saúde, não possuem plano de saúde. Predomina o uso do transporte público para a locomoção, exceto dois bolsistas que destacaram andar de bicicleta ou a pé. O uso do sistema público de transporte se dá em razão da distância em que residem em sua grande parte nas áreas periféricas da capital, bem longe do IFTO que é localizado no Plano Diretor de Palmas -TO.

Os sujeitos entrevistados, cujas famílias são provenientes de outras cidades interioranas e de estados menos desenvolvidos, se deparam com uma realidade que é inerente ao capitalismo: a exclusão de classe. Por isso ao chegarem na cidade de Palmas-TO, acabaram sendo empurrados para a periferia da capital, pois o espaço urbano na sociedade capitalista também se torna alvo de disputa, o direito a cidade

é negligenciado, as pessoas menos favorecidas acabam por ocupar áreas em que faltam infraestrutura, urbanização e serviços básicos, a exemplo de transporte público.

Os serviços de saúde também se transformam em uma preocupação crescente, pois dependem de políticas públicas de saúde e estas muitas vezes funcionam de forma precária por falta de investimento, pois na sociedade regida pelo capitalismo e pela política neoliberal a ordem é que o próprio indivíduo procure meios responsáveis pela sua manutenção.

Outra situação analisada é em relação à renda per capita. As rendas per capita variam de R\$ 58,33 a R\$ 300,00. Grande parte das famílias dos entrevistados possui apenas um provedor. A renda per capita apontada na ficha social mostra que as famílias vivem em situação de vulnerabilidade social, muitas vezes extrema, necessitando assim de benefícios sociais para complementar a renda e suprir suas necessidades básicas.

Em relação à situação socioeconômica da família, alguns sujeitos de pesquisa falaram em como era a situação antes de receberem o benefício Auxílio de Formação Profissional. Isso relata suas **condições de permanência**, outra categoria analisada. Mário relata que seu pai enviava ajuda financeira, mas esta era insuficiente.

Ele mandava o dinheiro do aluguel, mas tinha a manutenção da gente, tem apostila, pois muita apostila que eu tirei foi na base da amizade, muita xérox que eu tirei é porque a turma era unida, eu dei sorte de ter uma turma unida, porque faltava dinheiro e tinha uns colegas que tinham condição e eles me davam R\$ 1,00, eu tirava xérox e tudo. Depois dessa bolsa, me ajudou bastante para minha estabilidade aqui, para minha segurança, porque qualquer coisa, se faltasse o dinheiro para alimentação, tinha o dinheiro da bolsa (Mário - Quadro 01).

João falou acerca da situação de desemprego familiar, em que o pai necessitou mudar de cidade para trabalhar e enviar ajuda financeira para a família que continuou residindo no Tocantins. Essa foi a alternativa encontrada para que o mesmo pudesse ter **condições de permanência** na instituição e concluir seus estudos.

Agora é que a situação está mais bem apertada mesmo, porque o comércio fechou. Na época minha mãe trabalhava com meu pai na empresa familiar, trabalhava meu pai, minha mãe e uma amiga da família. O comércio fechou e meu pai ficou bastante tempo desempregado e aí minha mãe teve que trabalhar como professora num colégio. Durante um bom período foi ela que

sustentou a casa de onde a gente mora e parte das nossas despesas aqui. Mas graças a DEUS recentemente meu pai arranhou um emprego e teve que sair de lá de Natividade -TO, eu sou de Natividade -TO, então ele teve que sair de lá e ir para Goiânia-GO procurar emprego porque lá não tava tendo. Ele sempre manda uma parte para minha mãe. Minha mãe administra, ela é melhor na questão de administração. Ela administra o dinheiro que ela ganha e o que ele ganha e distribui bem. Agora estamos nos reerguendo. Ele trabalha numa fábrica, ele é operário lá numa fábrica, mas eu não sei dizer o que ele faz especificamente (João - Quadro 01).

Alguns relataram que tiveram necessidade de trabalhar para custear as despesas, melhorar as **condições de permanência** e concluir o curso. Alguns trabalhos eram realizados até de forma ilegal, como expõe esse sujeito de pesquisa que chegou a trabalhar no ramo de construção civil:

Foi pra buscar uma estabilidade financeira para poder me formar, concluir o curso. Este é o último ano do curso já. Quando chegasse o final de semana o que é que ia fazer? Era trabalhar, fazer algum bico, trabalhar de servente de pedreiro. É ilegal um menino de 15 ou quinze anos trabalhar, eu trabalhei numa empresa como ajudante de pintor, era uma empresa aí, não vou nem falar o nome, é antiético falar não é? Aí ele perguntou qual a minha idade, eu falei 16 anos e ele ficou calado e no outro dia não quis mais saber de mim lá, porque criança não pode, tá certo. Eu arrumei uns amigos pedreiros e eles arrumavam esses bicos pra mim. Não dá certo continuar assim no final de semana. Não ia ter espaço pra mim (Mário - Quadro 01).

Em outra entrevista, Miguel relatou sobre as dificuldades que encontrava para suprir suas despesas e que necessitou desenvolver atividades em trabalhos desgastantes como servente de pedreiro, tal trabalho o atrapalhou nos estudos e dificultou suas **condições de permanência**.

Com 15 anos eu trabalhava de manhã, umas sete horas, saía de casa de bicicleta, eu ando de bicicleta até hoje. Eu me inscrevi acho que foi precisão mesmo, eu vi que eu precisava. E outra coisa quando eu cheguei eu comecei a trabalhar, eu trabalhei até de servente de pedreiro, ganhava até bem e trabalhava meio período, só que o problema é que pegava meio puxado. Era longe, eu chegava em casa meio dia, porque antes eu morava só, hoje eu moro com um amigo, então até eu chegar e fazer o almoço eu chegava aqui cansado. Eu estava magro, magro, magro, estava cansado e estava me atrapalhando. Aí a mãe falou assim “meu filho, larga isso aí, eu posso passar dificuldade aqui”. Aí graças a DEUS eu fiquei sabendo daqui e vim. Um amigo meu que é bolsista também me informou, ele era meu vizinho. Ele me informou e eu consegui (Miguel - Quadro 01).

As **condições de permanência** tiveram influência após a inserção na política de Assistência Estudantil. Em relação ao rendimento acadêmico, analisado por meio do aumento das notas escolares após a inserção no Auxílio de Formação Profissional Helena (Quadro 01) respondeu que: “Mudaram. Ficaram melhores”. João (Quadro 01) falou que “Sempre fui muito estudioso”. Em relação às notas

manteve. “O auxílio não atrapalhou nadinha”. O sujeito de pesquisa, Paulo, falou “Eu acho que melhorou, melhoraram”. Mário (Quadro 01) também falou que as notas melhoraram “As notas melhoraram. Meu rendimento escolar foi bom”. Maria falou que as notas melhoraram e que o setor onde estava lotada contribuiu para isso: “A bolsa me ajudou e não me atrapalhou em nada em questão de notas, só me ajudou. Minha nota até melhorou. No setor quando eu tinha atendimento, tinha que me ausentar, ela sempre cedia, não tinha problema em relação a isso”. Outros depoimentos abaixo também mostram um aumento nas notas após a inserção no Auxílio de Formação Profissional.

Melhoraram sim, principalmente quando eu tinha muita dúvida no conteúdo, juntava um grupo de estudos pela manhã e estudava. Como eu tinha que ficar aqui direto e já tinha o dinheiro para almoçar já era mais uma ajuda, porque eu não tinha que me preocupar em sair daqui mais cedo, pois eu ia perder tempo e nesse tempo eu ia estudar (Pedro - Quadro 01).

Eu trabalhei nesses dois anos e acho até melhor estar aqui do que estar em casa, porque como eu moro em quitinete o barulho incomoda. Aqui onde eu fico, apesar de ter que fazer alguma coisa, sempre sobra um minutinho, em que seja meia hora pra eu estudar. O lugar é calmo, os coordenadores sempre me trataram bem onde eu fiquei e eles falam que depois do horário se eu quiser ficar estudando, eles me viam com os livros. A bolsa nunca chegou a me atrapalhar nos estudos, pelo contrário. Só que para mim eu acho que ajudou. Como eu falei o local onde eu trabalho me ajuda muito, pois tenho acesso ao computador, antes eu não tinha, mas consegui comprar também. Eu fazia meus trabalhos lá e os coordenadores me deixavam imprimir minhas coisas, eu não precisava pagar. Eu acho que eu consegui melhorar um pouco (Miguel - Quadro 01).

As minhas notas de núcleo comum continuaram normais e as de núcleo técnico, que são matéria técnica, deram uma melhorada elo fato de eu estar estudando sobre informática e estar trabalhando com informática. Então isso me ajudou bastante a fixar o conteúdo. O que eu via na teoria dentro da sala de aula, eu aplicava no meu trabalho e fazia a parte prática (Daniel - Quadro 01).

Os sujeitos de pesquisa relataram que, após a inserção no auxílio, o benefício financeiro auxiliou nas despesas domésticas, aumento da renda familiar, trazendo mais segurança para as **condições de permanência** e conclusão do curso. Miguel (Quadro 01) relata que “O auxílio contribuiu bastante para a minha permanência aqui no instituto”. Outros sujeitos de pesquisa também falaram sobre esses aspectos.

Aí ficou melhor lá em casa, como a gente tinha acabado de mudar para a casa de meu irmão, ela (mãe) estava querendo construir mais uns quartos para ela e arrumar algumas coisas lá e sempre ela tirava do mês e juntava um pouquinho igual formiga, pouquinho, pouquinho, pouquinho. Aí com isso (auxílios) melhorou, ficou mais leve, ela (mãe) não tinha preocupação com o transporte nem com a alimentação, pois ela sabia que já estava garantido (Helena - Quadro 01).

Primeiro ajudou a renda familiar, comecei a ajudar minha mãe, porque só ela que trabalhava e ganhava pouco também. Quando eu entrei aqui eu

comecei a ajudar em casa, parei de dar despesas, comecei a pagar minhas coisas sozinho, comprar minhas próprias coisas (Paulo - Quadro 01).

Me ajudou demais. É difícil, a pessoa vem aqui para estudar, a pessoa vem sozinha. Minha mãe disse que ajudou demais, porque não me sobrecarrega e vai me ajudar a concluir, a ter um rendimento certo. Em relação ao meu currículo e minha formação e também minha estabilidade na cidade. É uma situação muito mais confortável, me deixou menos preocupado, meu rendimento aumentou com certeza (Mário - Quadro 01).

Olha no primeiro ano eu não participei da bolsa, eu não conhecia a escola direito e a gente tinha que vir estudar de qualquer jeito. Então aí eu tinha problemas com comida, com alimentação, com transporte. Tudo isso era difícil, para estar vindo para a escola, não tinha como eu ir e voltar, eu tinha que ficar por aqui. Às vezes a gente pegava uma comida e dividia, às vezes trazia de casa. Eu dividia com minha amiga, a gente combinava e comprava a marmitta no restaurante e era R\$ 5,00 e a gente dividia. A gente vivia assim. Depois da bolsa a gente já tinha aquele dinheiro, não precisava ficar comendo aquela comida requentada. Eu comprei meu computador juntando e isso colaborou muito, porque o computador vai me ajudar na minha vida acadêmica. Minha família acha muito bom, porque os gastos que eles iam ter com a gente eles já pagam as contas. Meu irmão mais novo é contemplado com bolsa alimentação e transporte, pois o curso dele é integral e não tem como trabalhar (Maria - Quadro 01).

Daniel expõe que os gastos com educação são elevados e que necessita do auxílio para que possa supri-los e ter **condições de permanência** na instituição, foi esse o motivo de tê-lo levado a se inscrever no auxílio.

Por eu ficar grande parte do meu tempo no instituto fazendo trabalho, eu preciso inclusive almoçar e tem a questão do transporte coletivo. Minha família não tem uma renda muito boa assim em comparação a outras pessoas aqui da instituição, aí eu pensei que esse dinheiro que vou receber do auxílio vai estar me ajudando a poder pagar meu transporte para vir ao instituto e o meu almoço, pois eu não posso ficar dependendo todo dia de R\$ 6,00 ou R\$ 7,00 para comprar alimentos. No início foi só para suprir despesas relacionadas à escola, porque aqui se gasta muito dinheiro, pra vir para a escola, pra se alimentar na escola, projetos, apostilas que os professores passam, mas nesse ano letivo de 2013 eu fiz o pedido da bolsa também para fazer meu relatório de estágio, que é um relatório necessário em todo final do ensino médio integrado (Daniel - Quadro 01).

Os estudantes pesquisados falaram de expectativas em relação ao futuro pessoal e profissional, após a melhoria das **condições de permanência** e conclusão de seus cursos. Destacaram como expectativas o ingresso no mercado de trabalho, investimento em concursos e a entrada em universidades públicas para se graduarem em cursos superiores. Helena (Quadro 01) relatou sobre a necessidade de aperfeiçoamento e a importância do auxílio para seu currículo profissional “Eu estou querendo fazer um estágio, aí o Auxílio de Formação Profissional vai ser muito bom para contribuir no meu currículo”.

Observa-se que a nova concepção de educação e assistência, caminho percorridos após a Constituição de 1989, propicia um padrão de afirmativo de direitos, fazendo com que os estudantes busquem novas alternativas e novas experiências na área educacional objetivando a inserção no mercado de trabalho.

Devido à experiência na área, Daniel (Quadro 01) relatou que pretende seguir carreira na mesma área: “Eu pretendo continuar na minha área e fazer faculdade de análises de sistema ou ciência da computação e continuar no ramo e talvez até fazer concurso aqui para o instituto federal e assumir a diretoria da parte de TI – Tecnologia da Informação aqui do IFTO”. (Daniel). Outros sujeitos de pesquisa também falaram sobre suas expectativas em relação ao futuro:

Neste último ano eu estava procurando um serviço, já estou procurando um estágio, eu andei faltando esse ano (2014), mas ano passado (2013) não. Estou quase achando esse estágio já na minha área mesmo, porque estou querendo começar a estagiar na área e virar um bom profissional, pois a área é boa. Meu sonho é ser independente e começar a dar assistência mais para meu pai, não dar mais despesas para meu pai, me formar e me concursar (Mário - Quadro 01).

Eu já estou cursando no período noturno faculdade, passei para Sistemas de Informação vou continuar na área. Ganhei bolsa integral pelo PROUNI-Programa Universidade para Todos. E lá um professor falou que estava querendo montar um grupo de pesquisa para desenvolvimento de softwares e aplicativos para dispositivos móveis. Ele explicou como ia ser o grupo de pesquisa e eu me interessei bastante, acho que vou entrar sim, já até marquei uma reunião no final da semana para ele me entrevistar e para ver se estou apto a entrar ou não no grupo dele, mas eu estou bastante interessado em entrar nesse grupo de pesquisa (João - Quadro 02).

Mas esse ano eu pretendo fazer cursinho, quero fazer vestibular para fora e esse dinheiro vai ser pra isso. Quero ir para a SFCEX - Escola de Formação Complementar do Exército. Quero seguir carreira militar e lá tem o curso superior de engenharia, quero sair de lá pelo exército como oficial de engenharia elétrica. Eu já estou juntando um dinheiro que sobre para fazer um cursinho e me preparar para o vestibular futuramente. Eu vou fazer para UNB (Universidade de Brasília), UFG (Universidade Federal de Goiás), UFT (Universidade Federal do Tocantins) e para Engenharia Elétrica do IFTO também (Pedro - Quadro 01).

Eu estou querendo fazer o ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio, meu sonho mesmo é ser engenheiro agrônomo, pois está ligado ao meu curso. Esse ano mesmo estou querendo me preparar, porque eu preciso também, não dou conta de pagar uma faculdade, estou confiando nessas bolsas (Miguel - Quadro 01).

Os estudantes relataram que a frequência nas aulas aumentou após a inserção no Auxílio de formação Profissional na política de **Assistência Estudantil**. Paulo (Quadro 01) expõe que “A inserção no Auxílio de Formação Profissional aumentou a permanência aqui na escola, não afetou a minha atenção na aula”. Pedro (Quadro 01) também foi um estudante frequente após receber a bolsa: “Sim, frequentei todas as aulas. Só perdia mesmo se estivesse doente”.

A frequência de Helena (Quadro 01) continuou igual porque, segundo a mesma, “Em relação à frequência das aulas normal, porque eu nunca fui de faltar, só por doença mesmo”. João (Quadro 01) também manteve a mesma frequência após o auxílio: “Eu sempre fui um aluno frequente então eu dificilmente falto, nem questão de doença, eu venho doente, só se não tiver como eu caminhar que eu venho. Eu sempre fui muito assíduo”. Um dos sujeitos de pesquisa declarou que, antes da inserção na bolsa, chegou a faltar devido a um trabalho desgastante que exercia:

Eu nunca fui de faltar muito, só que tinha vez, bem no comecinho quando eu cheguei por causa do outro serviço antes de ganhar a bolsa, eu chegava “quebrado” em casa, com o corpo todo doído, tinha vez que passava meio baixo. Aí eu cheguei a faltar já, só que alguma vez lá quando eu não estava me sentindo muito bem, mas depois da bolsa aí não, aí eu fiquei só focado nos estudos (Miguel - Quadro 02).

Quando questionados sobre se houve mudanças no cotidiano escolar, aumento das notas e da frequência após a inserção no auxílio da **Assistência Estudantil**, os sujeitos de pesquisa responderam que aprenderam a ter mais responsabilidade. Como se pode ver na fala de Helena (Quadro 01): “Eu acho que sim, mudou mais a minha responsabilidade sabe? Com as outras pessoas, até o jeito de falar”.

Um dos questionamentos foi em relação à situação socioeconômica dos sujeitos de pesquisa antes da inserção no Auxílio de Formação Profissional, mais especificamente em como supriam as despesas antes da bolsa de **Assistência Estudantil**. João (Quadro 01) relatou que antes de receber a bolsa ele “Era totalmente dependente dos meus pais”. Pedro (Quadro 01) falou da dificuldade financeira antes de receber a bolsa: “Aí minha mãe mandava mais dinheiro, mas era apertado”. Helena (Quadro 01) relatou que, antes de ser inserida no Auxílio de Formação Profissional, a mãe era arrimo de família e que as condições financeiras precárias refletiam na alimentação:

Antes era a minha mãe mesmo que custeava. Nessa época quando era só ela, já teve tempo de eu ter dinheiro só para vir para a escola e trazer farofa, farofa de ovo, para vir comer aqui no colégio, já aconteceu. Então para mim foi a luz, de verdade! (Helena - Quadro 01).



Outro sujeito de pesquisa relatou que aprendeu a administrar melhor o tempo para estudar e para desenvolver as atividades, além de ter contribuído para o aprendizado de conteúdos e técnicas próprias do curso.

Então eu teria um tempo para trabalhar, um tempo para estudar, foi dividindo sabe? Um tempo para estudar e um tempo para trabalhar, antes estudava quando dava para estudar, fazia as atividades quando dava para fazer, não tinha um cronograma certinho do que fazer em cada período (João - Quadro 01).

Em relação à categoria **Assistência Estudantil**, uma das sujeitas de pesquisa, chamada Helena (Quadro 01), relata que ao auxílio foi “a luz no fim do túnel” tendo em vista a situação socioeconômica da família. A mãe era o único membro do núcleo familiar que trabalhava, recebendo inclusive ajuda de parentes para a sobrevivência. Falou também sobre a questão social das drogas vivenciada pela família.

Para mim foi a luz no fim do túnel, porque nesse ano, não foi nesse ano não, mas esse ano eu consegui contato com meu pai, ele é aposentado e sempre gastava todo o dinheiro com drogas ou com alguma coisa assim e a gente só ouvia falar dele quando ele estava no hospital e aí nunca conseguia encontrar com ele. Minha mãe sempre recebeu um salário e para sustentar a casa, para comer no mês e para me sustentar estudando era muito difícil sabe? Assim não cheguei a passar fome sabe? Mas já fiquei muito aperreada, mas graças a DEUS não tenho mais isso, não acontece mais isso. Minha avó ajudava levando cesta básica. A gente teve muita ajuda do serviço social lá de Porto Nacional, cesta básica que eles davam todo mês (Helena - Quadro 01).

Observa-se que o sujeito de pesquisa, como tantos outros indivíduos na sociedade brasileira, vive em situação de exclusão, em que os ideais de cidadania são desconhecidos. As causas são históricas e estruturais e impactam as famílias que por ventura não conseguem viver em condições que propiciem dignidade e vivência da cidadania. A inserção em programas e projetos auxilia na inclusão social desses estudantes que convivem com questões sociais e situações de risco em seu contexto familiar, uma vez em que abre novas alternativas de desenvolvimento pessoal e profissional.

Ressalta-se que esse é um discurso do Estado, tendo em vista todas as contradições enfrentadas pelos sujeitos de pesquisa, pois para Mancebo (2008) é ingênua a crença de que é possível corrigir as distorções do mercado.

Um dos questionamentos foi a respeito da utilização do valor recebido por meio do Auxílio de Formação Profissional, além de servir para a manutenção dos

estudantes na instituição, para despesas pessoais como roupas, muitas vezes o auxílio oriundo da **Assistência Estudantil** contribuía também para as despesas da família, para a compra de alimentos, móveis, pagamento de contas como água e energia, entre outras necessidades básicas.

Em relação à utilização do auxílio, João (Quadro 01) explica que usa “Em parte para despesas domésticas, alimentação e transporte público”. Já o sujeito de pesquisa Pedro (Quadro 01) investe seu benefício para “compra de material escolar, transporte público, de vez em quando para alimentação aqui na escola, quando sobra assim um pouquinho eu invisto no vestuário”.

O sujeito de pesquisa Paulo (Quadro 01) relatou que utilizava o benefício para despesas escolares e familiares: “Eu coloco passe na carteirinha, eu também tiro uns R\$ 50,00 para lanche aqui na escola. O resto é para a conta e fazer a compra do mês lá de casa (supermercado)”. Mário (Quadro 01) também utiliza para as despesas pessoais: “O dinheiro que eu recebo aqui eu uso ele para a manutenção e para alimentação, meu pai está mandando muito menos agora”.

Os sujeitos de pesquisa a seguir utilizam grande parte do benefício para custear despesas domésticas tais como: supermercado, pagamento de contas, compra de móveis e utensílios domésticos, além das suas despesas pessoais e com a instituição:

Como te falei eu dividia o dinheiro com minha mãe, eu dava R\$ 200,00 para ela, o resto ficava comigo e eu comprava coisas de menina mesmo, roupa, comia, saía para sorveteria ou coisa assim. Ajudava em casa com minha mãe. Eu dava R\$ 200,00 para e ela fazia a feira e levava comida para casa, era bom não ter só o biscoito água e sal. Ajudou na manutenção do aparelho ortodôntico, eu pagava R\$ 45,00 todo mês (Helena - Quadro 01). Eu utilizo para comprar meus materiais escolares, para o transporte exclusivamente para o instituto, para minha alimentação, porque eu almoço e janto aqui na instituição na maioria dos dias da semana e para algumas despesas domésticas (Daniel - Quadro 01).

Eu uso para pagar transporte, porque eu consegui tirar minha carteirinha esses dias, material escolar, alimentação, faço uma comprinha a mais, despesas domésticas. Agora principalmente o dinheiro que eu tô pegando eu tô pagando umas contas, que nem eu falei, o dinheiro que eu pegava eu dividia, eu comprava e dividia em muitas parcelas, utensílios domésticos, até hoje eu ainda pago. A maioria do dinheiro é para isso, para o crediário no nome da mãe, eu fico responsável para pagar as parcelas. Eu consegui comprar um bocado de coisas. Eu não tinha internet em casa, comprei um computador e estou pagando. Estou pagando a internet rachando com o vizinho para ficar mais barato. Deu para colocar até aparelho, coloquei aparelho esses dias, eu estou levando, sempre pago mensalmente (Miguel - Quadro 01).

Alimentação, transporte. Geralmente eu fico aqui o dia todo. O que sobrou no ano de 2011 eu comprei um notebook, porque eu não tinha, aí eu juntei um ano o dinheiro e comprei meu notebook, porque eu preciso aqui na escola. Ajudou muito eu pude fazer muitas coisas com o dinheiro. Além de ajudar aqui na escola, às vezes com roupa que precisava, calçado, essas coisas (Maria - Quadro 01).

Alguns sujeitos de pesquisa demonstraram que após a inserção houve maior integração e socialização com a instituição de forma geral, promovendo assim uma **inclusão social**. “Houve, eu tive mais oportunidades na escola de participar de grupos de estudos, de estar vindo às monitorias pela manhã, nos atendimentos, ajudou bastante nisso” (Pedro - Quadro 01).

Um dos depoimentos fala que a inserção em um setor em que desenvolveu atividades relacionadas ao aspecto técnico do curso contribui para o aprendizado profissional.

Por ser só três dias na semana, ainda me deixa dois dias no meio da semana para poder fazer minhas atividades de trabalho [...] fui para um setor que tem a ver com minha área que é de informática e muitas matérias técnicas que tem no meu curso no segundo ano como arquitetura de computadores mexe muito com a parte de montar e desmontar computadores, a parte de hardware, a parte física do computador e nessa minha bolsa eu consegui aprender bastante.[...] algumas coisas que eu aprendia no setor eu usava nas aulas, é tanto que eu era um dos alunos que tiravam as melhores notas na parte das matérias técnicas (Daniel - Quadro 01).

Em relação à categoria **inclusão social**, ressalta-se que, após a introdução no Auxílio de Formação Profissional, os sujeitos de pesquisa se inseriram em diversas atividades, profissionais acadêmicas e institucionais a exemplo de monitoria, pesquisa, cursos:

Eu fui monitora de Photoshop. Era remunerado, era por curso, os três meses era R\$ 250,00. Você dava um curso todo sábado e domingo. Eu recebi dois certificados semana passada de um curso, há um tempão que eu fiz, eu não lembro. Era curso da minha área, era de informática. O auxílio ajudou para eu para eu ir de ônibus (Helena - Quadro 01).

Os cursos que eu fiz foram do PISID e Projeto Anjo da Guarda na Coordenação de Extensão. Eu fiz dois cursos. O primeiro foi de Photoshop que foi bem no início do primeiro ano, aí no segundo ano eu me inscrevi para três, só que fiquei só em um porque estava pegando pesado, e em tempo de prova eu ficava o dia todo e no final de semana. Eu fiz um de inglês para ter um reforço, física e matemática. Ajudou, principalmente no ensino médio também, fiz bem mesmo para dar um reforço nas aulas. Os professores viam que eu estudava e até gostavam, me davam parabéns e outra coisa também tinha as máquinas, eles deixavam imprimir, usar o computador para pesquisa, sempre me dando apoio para minhas necessidades (Miguel - Quadro 01).

Depois que eu passei a ser bolsista eu me inseri em outras atividades inclusive tentei de início fazer atletismo, só que não deu muito certo por

causa do meu porte físico e no turno da manhã, porque eu trabalho a noite, eu fiz curso de espanhol que é oferecido pela instituição também. Aí eu fiz o nível básico e em seguida eu fiz o nível intermediário (Daniel - Quadro 01). Eu fiz uns cursos de final de semana. Fiz AutoCAD e Noções Básicas de Estrutura de Contrato e foi bom, pois são coisas da minha área também e veio só somar conhecimentos. Deu para participar mais até com atendimentos com os professores. Cursos de Corel Draw aqui e AutoCAD, fiz esses dois cursos e são muito importantes. Aqui (Palmas - TO) tem mais construção civil, um professor falava pra mim se aprimora no AutoCAD, por tem gente que vive aqui só de CAD, é um curso muito importante (Paulo - Quadro 01).

João (Quadro 01) também relatou que passou a fazer parte de um programa de pesquisa durante o tempo em que foi bolsista: “Fui bolsista no programa de pesquisa. Se eu não me engano foi um ano. Eu comecei em um período e no ano seguinte foi finalizado”.

Maria (Quadro 01) também aproveitou a inserção no auxílio para investir na área profissional por meio de cursos: “Eu fiz dois cursos. Um curso de Designo Gráfico Dimensionado foi até um amigo meu que ministrou as aulas e fiz um curso de AutoCAD. Eu passei agora no PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência”.

A inclusão social destes estudantes no Auxílio de Formação Profissional amplia a possibilidade de inserção em outros programas/projetos, atuando assim na construção emancipação cidadã desses sujeitos, já que buscam autotomia e independência por meio da educação. No entanto, esse é um discurso de Estado, pois tais estudantes continuam em situação de pobreza, desigualdade social e vivenciando problemas estruturais que permeiam a sociedade.

Os sujeitos de pesquisa falaram sobre o sentimento de integração, socialização e maior familiarização com os professores, coordenadores, colegas e demais servidores da instituição que desenvolveram após a inserção no Auxílio de Formação Profissional, sentindo-se assim parte da instituição, o que os auxiliou no processo de aprendizado e **inclusão social**.

O sujeito de pesquisa Paulo (Quadro 01) apontou como positiva a inserção nas atividades como forma de conhecer a estrutura administrativa do IFTO: “passei a conhecer o setor administrativo, conhecer alguns servidores também. Conheci não só o contexto da sala de aula, mas conheci o todo do IFTO”. Outros sujeitos de pesquisa falaram a respeito da questão da integração e **inclusão social**.

Por estar sempre aqui, convivendo com o pessoal do administrativo, sempre ajudando em alguma coisa, fazendo parte da equipe do instituto eu me senti

bem mais integrado, bem mais familiarizado tanto na parte administrativa quanto na parte pedagógica, eu me senti mais inserido e bem mais acolhido digamos assim. Isso foi crucial. Sempre que eu precise de algum recurso, de alguma coisa, sempre que eu estava em dificuldade eu me sentia mais à vontade em recorrer a qualquer área aqui no instituto para solucionar meu problema. Eu acho que me tornei mais responsável, me tornei mais organizado, melhorei minhas relações interpessoais no trabalho e com as pessoas. Minha forma de me comunicar e de me expressar, acho que também melhorei bastante, eu era bastante tímido, porque eu vim de cidade do interior então eu sempre tive que manter bastante contato com o pessoal do administrativo na minha primeira área de colaboração (João - Quadro 01).

Vixe, eu me senti mais “entrosado” com a escola, muito mais “entrosado”. Isso também foi bom para mim. Foi principalmente no ano de 2013, tive uma boa relação com meus professores da área técnica e eles mesmo me tiravam dúvidas do curso. Eles estavam lá e davam um reforço, uma contribuição. O coordenador mesmo, eu chegava com um trabalho que não conseguia fazer e ele me explicava (Pedro - Quadro 01).

Quando cheguei eu não tinha quase nada, é bom você sempre ter um dinheirinho, até porque aqui em Palmas tudo que você vai fazer tem que gastar. De vez em quando tem certas coisas da escola que você tem que ajudar, para fazer um trabalho a gente tem que ter um dinheiro, o dinheiro sempre me ajudou, até numa festinha de despedida da turma. Quando eu cheguei para falar a verdade eu acho que eu não tinha nem condição para ir numa festinha assim da turma, de participar, aí eu ficava meio excluído. Se eu não tivesse conseguido iria ficar bem excluído, então as coisas estão melhor agora. Não tinha condições, aí não tem jeito, tinha que depender da ajuda dos amigos. Porque aqui em Palmas é complicado, ficar só no aluguel, eu nunca passei fome graças a DEUS, mas ficar só no aluguel, comida, água e energia não dá, em que ter pelo menos um dinheiro para fazer outras coisas por fora (Miguel - Quadro 01).

Porque meu trabalho é dá manutenção e suporte de informática para quase toda instituição, com isso eu tenho que ir em um setor, em uma coordenação, o pessoal precisa, o computador trava, coisas assim. E o pessoal me chama, conversa comigo e passei a ter meio que uma amizade com os servidores e colaboradores da instituição. É muito bom, pois tipo é um lugar onde eu passo 16 horas do meu dia e se eu não tiver amizade e contato com as pessoas da instituição, ficaria meio chato, então isso gratificante (Daniel - Quadro 01).

Algumas transformações incidiram na vida dos estudantes que estavam no programa de Auxílio de Formação Profissional, e também na vida de seus familiares. Tais transformações realizadas pela política de **Assistência Estudantil** são relativas a vários aspectos.

Foi questionado sobre quais os motivos que levaram os estudantes a se inscreverem no Auxílio de Formação Profissional que faz parte da Política de **Assistência Estudantil**. Os motivos se remetem a situações socioeconômicas precárias, muitas vezes ao extremo. A família não possuía recursos suficientes para manter o estudante no IFTO, nem mesmo para pagamento da alimentação e para a aquisição de vale transporte. Muitos estudantes bolsistas são oriundos de outras cidades e residem de aluguel.

E aí assim o dinheiro que eu recebo da bolsa eu conseguia comprar, no começo era R\$ 311,00 e dava R\$ 200,00 para ela e aí eu ficava com R\$ 100,00 e aí eu comprava roupas e alguma coisa assim, sempre foi dividido dessa forma. E aí para comer aqui. Aí como ela pegava passe de ônibus já descontado do salário dela, eu usava o cartão dela para poder vir para a escola, para não gastar o meu, mas eu não utilizava tanto, foi só do ano passado para cá (Helena - Quadro 01).

Foi porque a situação do pequeno comércio lá da minha casa começou a apertar, eu e meu irmão aqui então a despesa dobrou para meus pais e estava difícil. Eles me ligavam com medo que não queriam deixar a gente voltar e eu falava “não pai não se preocupe para aí eu não vou voltar”. Se não tivesse como meus pais me manterem aqui eu já tinha colocado em mente que eu ia arrumar um emprego fora porque para lá eu não ia voltar, eu tinha decidido que era daqui pra frente (João - Quadro 01).

A precisão desse dinheiro para me sustentar aqui em Palmas, por exemplo, eu vim de lá para estudar e minha mãe mandava dinheiro para passagem do ônibus, pro coletivo e eu tinha que ter dinheiro para almoçar aqui né? Aqui é uma cidade maior, tinha vez que eu ficava até a noite fazendo trabalho e eu tinha que ter um auxílio, precisava ajudar com minhas despesas pessoais também (Pedro - Quadro 01).

Como eu falei eu acho que foi precisão mesmo, eu vi que eu precisava. E outra coisa quando eu cheguei eu comecei a trabalhar, eu trabalhei até de servente de pedreiro, ganhava até bem e trabalhava meio período, só que o problema é que pegava meio puxado (Miguel - Quadro 01).

Na minha casa somos três eu e mais dois irmãos. Tem uma mais velho e tem um mais novo que estuda aqui no IFTO também. Era muito difícil, minha mãe não tinha dinheiro, todo dia ela me dava R\$ 2,50 contado, era desse jeito. Tinha que pagar o ônibus, minha mãe não tinha esse dinheiro todo dia (Maria - Quadro 01).

Um aspecto importante é em relação ao aproveitamento das horas de atividades do Auxílio de Formação Profissional para a conclusão do curso, pois, caso o estudante seja lotado em uma área afim do curso, poderá ocorrer a validação das horas de atividade do Auxílio de Formação Profissional como estágio curricular.

O sujeito de pesquisa Pedro (Quadro 01) diz que “na área que estou na Coordenação de Indústria, já vale também como estágio, já estou na área do meu curso e já estou tendo aula prática durante esses três dias da bolsa, creio que já está completa”. Mário (Quadro 01) foi um dos bolsistas que também conseguirá validar as horas de atividade como estágio curricular: “Na coordenação que eu trabalho dá pra fazer um estágio. Vai ajudar como estágio”. O bolsista Daniel, após solicitação, foi remanejado para o setor da sua área de curso o que propiciou a conclusão de estágio curricular.

Fiz o pedido para bolsista e se possível para me transferir para uma área que tivesse a ver, porque inclusive eu já tinha trabalhado um ano nesse setor, só que eu não tinha conseguido, eu fiz a solicitação explicando que eu poderia fazer como estágio, que é obrigatório. Aí o serviço social me transferiu e eu já estou concluindo o meu estágio. Vai contabilizar na carga horária do meu estágio (Daniel - Quadro 01).

Quando questionados sobre a contribuição do Auxílio de Formação Profissional e da **Assistência Estudantil** para o aprendizado pessoal e profissional, relataram que o auxílio foi importante para diferentes aspectos. Paulo (Quadro 01) contou que as atividades desenvolvidas na bolsa são “como se fosse uma preparação para seu primeiro emprego. Você já vai sentindo como é ter obrigações, é como se fosse a preparação para o primeiro emprego mesmo”.

Mário (Quadro 01) também colocou como positiva a experiência na área profissional: “A gente aprendeu muita coisa, porque assim o ensino da escola já é bom, aí com a prática que a gente tem lá nos laboratórios me ajuda muito na minha área, me dá mais segurança, eu aprendo muito mais”.

Os outros sujeitos de pesquisa também falaram a respeito da experiência profissional positiva que tiveram após a inserção no Auxílio de Formação Profissional e serem assistidos pela Política de **Assistência Estudantil**.

Experiência, experiência profissional. Eu aprendi a parte de atendimento ao público, de arquivamento de processo, de despacho, de organização, de auxiliar as gerentes que ficavam nas coordenações. Eu ajudava na COTEPE (Coordenação Técnica Pedagógica) do lado da GEAE (Gerência de Apoio ao Ensino) na DIRENS (Diretoria de Ensino), quando era a noite que o pessoal precisava de mim eu ajudava a organizar a sala, arquivos (Helena - Quadro 01).

Contribuiu bastante porque eu já tinha uma certa responsabilidade, o orientador já conhecia meu trabalho, porque eu colaborava no MANUTEC (Coordenação de Manutenção de Informática) e aí tinha bastante contato com meu trabalho e ele gostou da minha inserção no grupo de pesquisa. Eu acho que contribuiu sim, eu já tinha a questão de me programar para fazer as atividades, lá eu adicionei a questão da pesquisa na minha rotina. Ele distribuiu o espaço para me preparar, para fazer as pesquisas, desenvolver as teses, ajudar ele na parte de programação, então foi bastante válido. Eu cresci bastante, o pessoal aqui me ajudou, eles me indicavam sempre que era melhor eu fazer isso, fazer assim, fazer assado, então foi um crescimento pessoal e profissional, eu me desenvolvi bastante (João - Quadro 01).

No primeiro fiquei na Coordenação de Informática e no segundo fiquei no Telecentro na Coordenação de Extensão. Os dois locais ligados à informática, antes de vir eu fiz um curso, mas antes eu não tinha tanto acesso, entrei lá e fui aprendendo bem. Se não treinar né? Os professores de informática explicavam alguma coisa no trabalho, me ensinavam, e eu fui aprendendo coisas voltadas para essa área de informática. Hoje eu estou até sabendo muita coisa que se eu não tivesse me envolvido, teria que pagar outro curso (Miguel - Quadro 01).

Há quatro anos atrás, quando eu cheguei no IFTO, eu tinha muito problema em falar com as pessoas e a bolsa ela obriga você a falar com as pessoas, a atender. Isso eu acho que na minha vida colaborou muito, até porque eu passei para Letras aqui no IFTO, e é muito bom para a comunicação, eu vou usar no trabalho. Me influenciou também, porque quando eu estava lá a coordenadora me pedia para ajudar os estudantes do EJA-Educação de Jovens e Adultos, eles tinham muitas dificuldades, até para ler, porque muitos vinham de cursos supletivos. Quando eu pensei em fazer Letras eu pensei em fazer um projeto de pesquisa para os estudantes do EJA. Eu

acho muito interessante, eles não sabem quase nada do básico mesmo. Ler, escrever e matemática praticamente não sabem nada (Maria - Quadro 01).

Os estudantes relataram que houve mudanças em suas vidas, em termos gerais, após a inserção do Auxílio de Formação Profissional. Os sujeitos de pesquisa mostraram algumas mudanças do ponto de vista não somente de experiência, mas de aumento da renda após a inserção no Auxílio de Formação Profissional:

Houve porque eu tinha dinheiro para comprar coisa para mim, sabe para minha autoestima, sei lá? Alguma coisa assim. porque se você só estudar, só estudar, só estudar a pessoa não tem vida. A pessoa tem que saber dividir o tempo não é? A pessoa ficar aqui de manhã, de tarde e de noite a pessoa cansa entendeu? No final de semana era um alívio, eu ia para a igreja, depois saía para comer alguma coisa. Comprava um pano para fazer uma roupa (Helena - Quadro 01).

Eu aprendi a gerenciar meu dinheiro no mês, como dividir, o limite que eu tenho, responsabilidade em relação a chegar no horário, a cumprir aquele horário, a seguir as regras do local onde estou. Mas o que me ajudou mais foi em relação a distribuir meu dinheiro com minhas despesas. Isso me ajudou muito (Pedro - Quadro 01).

A questão da inclusão, foi uma lição, posso falar que aprendi muita coisa desses anos pra cá até hoje. Eu consegui muita coisa e me deixou muito feliz, só de ter conseguido comprar minhas sem depender de meu pai e minha mãe, e principalmente ajudar eles, que eles já são de idade, eu acho que já estou num bom começo, para o futuro eu já estou me preparando (Miguel - Quadro 01).

Eu faço muita manutenção no setor de trabalho e com isso, assim antes de entrar na bolsa eu já tinha trabalhado com manutenção e suporte de computadores, só que eu não tinha tanto conhecimento e o conhecimento que eu adquiria no meu serviço da bolsa eu conseguia aplicar, porque de tanto você fazer manutenção nos computadores e dar suporte você vai aprendendo coisas novas. Eu fazia “bicos” e passei a fazer coisas avançadas, coisas que eu não sabia, e agora eu fui aprendendo umas coisas novas. A experiência do auxílio me trouxe também uma renda extra (Daniel - Quadro 01).

Os sujeitos de pesquisa também disseram como tiveram acesso as informações referentes à bolsa da **Assistência Estudantil**. Paulo (Quadro 01) relata que “Eu fiquei sabendo pelos murais. Eu vi no mural um anúncio, achei interessante, quis saber como é que funcionava, corri atrás, olhei o edital e me inscrevi”. O sujeito de pesquisa Mário (Quadro 01) falou que tomou conhecimento acerca do auxílio “Através dos murais e dos colegas que falavam. E também da diretora que foi na sala e falou da gente das bolsas. A divulgação consegue atender porque fica nos murais, na boca de todo mundo e na internet”. Helena, que já foi bolsista por dois anos consecutivos, relata que:



Eu cheguei na escola um belo dia e encontrei um cartaz na parede falando sobre auxílio estudantil e dizia que o edital estava disponível no site e eu pensei gente o que que é isso? aí fui olhar o quê que era, daí eu olhei, li e fui conversar com uns colegas meus, e eles falaram a gente vai se inscrever para o colaborador, não sei o que lá. Aí no primeiro ano quando eu vim em 2010 ou foi em 2009 eu nem lembro, quando foi meu primeiro ano meu DEUS do céu? Foi em 2010, eu decidi não fazer para o colaborador, porque eu achei que iria me atrapalhar e aí eu me inscrevi no auxílio transporte e alimentação. Foi em 2011, aí eu me escrevi no auxílio transporte e no auxílio alimentação. Isso no primeiro ano, no segundo ano eu decidi fazer o colaborador, aí eu escolhi a noite para não atrapalhar o estudo de manhã, para continuar vindo de manhã e ficar à tarde, nos dias que eu não estiver sendo auxiliar eu fico estudando a noite, fazendo trabalho ou alguma coisa assim, eu sempre fiquei na segunda, na quarta e na sexta (Helena - Quadro 01).

Outros bolsistas expuseram a forma como tiveram informações sobre o auxílio, grande parte dos estudantes observou os murais e no site da instituição, mostrando, dessa forma, que as divulgações pelos mecanismos citados chegam ao público-alvo destinatário.

Eu passava bastante aqui nos corredores e eu vi que estava aberta a bolsa aqui, aí eu li, mais ou menos no mural, depois eu fui me informar com meus colegas que já tinham feito no primeiro ano, como é que era o que é que precisava, como é que funcionava. Eles me explicaram, eu interessei e vi que seria válido tentar, que iria me ajudar. Na minha época eu só via nos murais assim que tinha lançado o edital, no site eu acho que já vi algumas vezes também, mas seria interessante divulgar também nas salas para que os alunos soubessem, porque às vezes quem já sabe corre, mas outros que estão chegando no primeiro ano ficam meio sem entender. Seria interessante explicar no primeiro ano como funciona, como é que faz para entrar, qual é o objetivo do auxílio, seria bastante interessante (João - Quadro 01).

Pelos cartazes, eu estava vendo e uns colegas também logo no início do ano letivo e resolvi me candidatar. Pelos cartazes, eu estava vendo e uns colegas também logo no início do ano letivo e resolvi me candidatar. Está bem divulgado e se quiser complementar também pela rádio né? Mas está bem divulgado, tanto é que tem uns amigos meus do primeiro ano que já sabiam do auxílio e até se inscreveram já (Pedro - Quadro 01).

Eu tive conhecimento do auxílio por meio de amigos que trabalhavam aqui. Eu perguntava para os que ficavam andando com o crachá "Você trabalha aqui?" e eles falaram "Eu trabalho, tem ao auxílio colaborador, você pode ir lá no Serviço Social que a moça pode te dar esclarecimentos". Aí eu fui lá, a moça foi bem legal, explicou como funcionava e no próximo processo que teve eu fiz minha inscrição e consegui passar (Daniel - Quadro 01).

Como se pretende também fazer uma avaliação acerca do programa para melhorar os serviços oferecidos aos estudantes, em relação ao serviço/atendimento/processo de seleção/sistematização das atividades/inserção dos bolsistas nos locais de atividades, dentre outros, foi questionado se o valor era suficiente para suprir as despesas escolares e também foi solicitado que os

estudantes pudessem fazer críticas e/ou sugestões acerca do Auxílio de Formação Profissional.

Em relação ao valor pago, que é de meio salário mínimo, um dos sujeitos de pesquisa fala que “ajuda, mas se fosse um pouquinho mais ajudaria mais” (João - Quadro 01). Para Maria (Quadro 01) o valor do auxílio “foi suficiente e até porque eu validei como estágio as horas de atividades na coordenação de Indústria com os professores da minha área”. Miguel (Quadro 01) relatou o seguinte “Eu não tenho o que reclamar não, mas o valor que nem para mim que tenho muita coisa sobra muito pouco. Eu preferia que fosse mais porque aqui em Palmas o curso de vida é pesado. Se chegasse a uns R\$ 400,00 já ajudava mais um pouco”.

O sujeito de pesquisa Paulo (Quadro 01) falou que “Se fosse só as minhas despesas assim de vir para o IFTO e material de estudo supriria sim, mas como tem todo um conteúdo por trás, por exemplo, lá em casa tem alimento em casa, roupa, e outras despesas, eu acho que poderia ser um pouco maior”. A seguir outros depoimentos a respeito do valor pago pelo Auxílio de Formação Profissional.

Ajuda muito. Foi suficiente para aquilo que ele foi destinado, eu acho que para a carga horária é excelente. Eu acho que é justo, porque hoje o salário mínimo está R\$ 724,00 e eu acho que é justo meio salário mínimo em 12 horas semanais eu acho justo (Helena - Quadro 01).

Eu acho muito bom esse valor, porque são só três dias na semana. E eu ainda posso combinar com meu coordenador os dias da semana, sendo só três dias na semana fica muito bom para mim. Eu acho justo o valor, poderia até aumentar, mas em relação ao estágio eu acho justo, porque se fosse para a pessoa fazer um estágio fora da instituição terá que pegar mais transporte coletivo. Fora o tempo que seria gasto (Daniel - Quadro 01).

Ele é suficiente, não posso reclamar, mas se pudesse melhorar né? Ajudaria mais ainda. Mas também não poderia melhorar demais, porque o pobre tem mania de dormir. Os empresário mais ricos do mundo dormem quantas horas? Ele dorme duas horas por dia. Essa mania de dormir é mania de pobre. Quem ganha alguma bolsa tem a tendência a se acomodar, quem ganha bolsa família fala que está bom, acaba de acomodando. Então não pode ser um valor nem muito alto, nem muito baixo (Mário - Quadro 01).

As sugestões foram em relação ao acúmulo do benefício com outros benefícios da **Assistência Estudantil**.

Seria interessante se além do auxílio colaborador que eu utilizo para minhas contribuições domésticas eu ganhasse um auxílio alimentação ou um auxílio transporte para ficar mais fácil, porque parte da minha renda eu tinha que tirar para isso (alimentação) e eu poderia contribuir mais na minha casa, então eu sentia a necessidade principalmente do auxílio alimentação, do auxílio transporte nem tanto, mas a questão de comer aqui apertava meu orçamento (João - Quadro 01).

As críticas foram em relação ao atraso do pagamento do benefício. João (Quadro 01) explicou que “Seria interessante se o pagamento viesse um pouco antes. É até complicado, eu entendo também, porque tem a entrega das fichas de ponto”. Outros dois sujeitos de pesquisa também se reportaram ao atraso no pagamento, sugerindo que essa problemática fosse resolvida.

[...] então você começa a contar com esse dinheiro e quando não tem um dia fixo para você receber você fica chateado. Aí chega um determinado dia do mês que já passou e você pensa “gente eu deveria ter feito isso com esse dinheiro” e eu não tenho dinheiro para fazer isso? Eu acho que deveria melhorar isso, eu acho isso importante, porque por exemplo acaba o mês no dia 30 ou 31, se deu no sábado, no final de semana, segunda-feira já é dia 03. Eu acho que deveria ter um prazo para o pessoal que está no auxílio entregar a folha de ponto. Entrega, por exemplo, até dia 05 daí vocês mandam aí recebe dia 12, todo mês dia 12, aí você já conta com aquilo (Helena - Quadro 01).

Para mim a única coisa que não está certo é em relação ao pagamento. Fala que dia 05 vai pagar né? A gente fica naquela expectativa para dia 05, projeta como gastar o dinheiro até dia 05. E aí vai pagar lá pelo dia 20 e a gente fica “arrochado”, pois passa muito tempo sem pagar, aí desestabiliza todinho (Pedro - Quadro 01).

Nessas condições destacadas, pode-se observar que os estudantes beneficiários pelo Programa de **Assistência Estudantil** não possuem independência financeira, dependem de ajuda de parentes para avançarem nos estudos. As famílias dos sujeitos de pesquisa possuem condições de carência financeira precária, são desprovidos de recursos para manterem as necessidades básicas da família e encontram-se em situação de desemprego ou desenvolvem trabalhos informais (bicos).

Em relação às condições de moradia, grande parte mora na região periférica da capital, em quitinetes alugadas, dividindo as despesas com amigos. Alguns moram de favor na casa de parentes. A maior parte dos sujeitos de pesquisa é oriunda de outras cidades do interior do Tocantins e até de estados vizinhos.

Os estudantes que receberam subsídio financeiro por meio do Auxílio de Formação Profissional demonstraram um melhor desenvolvimento no que diz respeito ao rendimento escolar no âmbito institucional, ou seja, os bolsistas conseguiram uma melhoria nas notas, conforme os depoimentos.

A frequência dos estudantes nas aulas também passou a ser mais efetiva, pois possuíam recursos financeiros para suprir os gastos com alimentação, transporte, material didático, além de já estarem na instituição para desenvolver as

atividades, evitando assim faltas no cotidiano escolar e, conseqüentemente, reprovação e abandono.

Em relação ao setor de atuação dos bolsistas, estes demonstraram ser um aspecto importante destacado no processo de aprendizado profissional e também para a permanência na instituição e conclusão dos cursos, uma vez que os coordenadores responsáveis pelos bolsistas o inseriam em atividades afins ao curso, os orientavam, os inseriam em projetos e desenvolviam assim um estímulo para a qualificação profissional.

A inserção na política social de **Assistência Estudantil**, mais particularmente no Auxílio de Formação Profissional, contribuiu além dos aspectos educacionais, pois os aspectos sociais e econômicos da família foram impactados, já que os estudantes passaram a contribuir com as despesas domésticas, além de conseguirem suprir parcialmente suas despesas pessoais e escolares. O auxílio serve para pagamento de supermercado, contas de água e energia, aluguel, dentre outros.

O custeio dessas despesas básicas compõe um apoio para o estudante, facilitando a sua permanência na instituição e melhorando a qualidade de vida dele.

Apesar dos benefícios, os estudantes vivenciam situações de vulnerabilidade social e econômica. O discurso aqui apresentado representa o discurso do Estado, pois a sociedade atual é marcada pelas contradições. Tais contradições, são expressas nas falas dos sujeitos, a exemplo de situações de desemprego, alcoolismo, dentre outras.

A educação como instrumento democrático de formação integral do ser humano, ampliando-se para alcançar todas as dimensões do sujeito e sua forma de se relacionar com a sociedade, necessita de meios que garantam a redução das desigualdades socioeconômicas.

Dessa forma, a política de **Assistência Estudantil** se configura como proposta de proteção aos estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica, sendo condição necessária para que os estudantes atendam às exigências escolares e tenham qualidade para permanecerem na instituição e concluírem com sucesso seus estudos, viabilizando a igualdade de oportunidades e contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico do aluno, além de agir, preventivamente para minimizar as situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

A avaliação do programa Auxílio de Formação Profissional colaborará para melhoria dos serviços prestados aos estudantes atendidos pelo Programa de Assistência Estudantil do IFTO – Campus Palmas, tendo em vista o progresso dos serviços trazidos aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica atendidos pelo programa de Assistência Estudantil do *Campus* Palmas, trazendo assim novas possibilidades de intervenções, considerando os objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), tendo em vista as modificações globais que incidiram sobre as relações sociais, culturais, econômicas e conseqüentemente causaram impacto direto nas políticas educacionais.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A motivação para a realização desta pesquisa intitulada “O Programa de Auxílio de Formação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - *Campus* Palmas: Assistência Estudantil em Xeque” surgiu a partir de questões observadas enquanto estudante da UFPI no ambiente acadêmico e percorreu o cotidiano profissional, principalmente no setor de serviço social do IFTO - *Campus* Palmas.

Ressalta-se que, dentre todos os benefícios ofertados pela política de Assistência Estudantil do IFTO – *Campus* Palmas – existe uma ampla demanda de estudantes, principalmente da modalidade Ensino Médio Integrado, inscritos para o Auxílio de Formação Profissional, em virtude da necessidade financeira de prover a permanência no contexto escolar.

Diante disso, a questão central deste estudo foi o Auxílio de Formação Profissional do Programa de Assistência Estudantil com o objetivo de analisar as possíveis contribuições do auxílio supracitado para a permanência e sucesso na conclusão dos cursos dos estudantes na instituição.

Para que os estudantes tivessem/tenham acesso ao edital de Assistência Estudantil a divulgação realiza-se por meio de divulgação em murais, pelo site do IFTO e pela rádio institucional. O edital é divulgado anualmente, ou semestralmente, dependendo assim da disponibilidade orçamentária e das vagas remanescentes.

A situação socioeconômica dos estudantes é analisada por meio de instrumentais tais como: ficha social, documentos, entrevista social e quando há necessidade visita domiciliar. Todos os sujeitos de pesquisa entrevistados passaram pelo processo de seleção socioeconômica, preencheram o questionário socioeconômico, entregaram em anexo ao questionário todos os documentos solicitados de comprovação de renda, de despesas e demais subsídios necessários para que a renda per capita fosse calculada e para que os estudantes fossem inseridos no programa.

Durante a construção deste trabalho, a revisão bibliográfica revelou a escassez de pesquisas sobre a temática em relação da Assistência Estudantil no país, caracterizando assim a pesquisa como sendo de caráter exploratório. O

capítulo que trata sobre assistência estudantil foi construído a partir da leitura de artigos e dissertações e também a partir de relatos de experiências da prática profissional e de instrumentais técnicos operativos do setor de serviço social do IFTO - *Campus Palmas*.

No Brasil historicamente a educação foi constituída como um sistema elitizado, restringindo o acesso à população menos favorecida economicamente. A partir da tentativa da democratização e de constitucionalmente a educação ter sido garantida como direito, o acesso e a permanência na educação, continua sendo restritiva. A educação foi impulsionada para que o Brasil buscasse níveis de escolarização que ajudassem no processo de modernização e atendesse as novas exigências do mercado de trabalho.

A parcela de estudantes que tem acesso à educação, bem como conseguem permanecer e ter sucesso na conclusão de seus cursos ainda é limitada. O percentual de estudantes que busca ter sucesso no aumento do nível de escolarização é prejudicado devido às desigualdades que sociais que continuam mesmo após seu ingresso no sistema de ensino.

A permanência e a conclusão dos cursos, além do acesso, são formas de democratização da educação, que se tornam desafios em uma sociedade marcada pelo conservadorismo de poder e de privilégios. Embora as diretrizes que orientam a educação sejam definidas por acordos econômicos internacionais e pela política neoliberal, houve um avanço em relação à regulamentação de uma política que torna possível a assistência estudantil aos alunos de baixa renda que necessitam suprir necessidades básicas como alimentação, moradia, transporte, material didático, dentre outros. Essas necessidades básicas interferem diretamente no âmbito escolar, dificultando assim o aprendizado e o desenvolvimento cognitivo, resultando em evasão e retenção.

A análise efetuada a partir dos dados do estudo proposto demonstrou que os estudantes que pertenciam às camadas sociais menos favorecidas, do ponto de vista social e econômico, os quais foram contemplados com o Auxílio de Formação Profissional, obtiveram melhoras significativas no que diz respeito ao aumento da renda familiar, redução das desigualdades sociais no âmbito escolar, frequência e notas escolares, inclusão social e conseqüentemente a permanência desses estudantes na instituição e sucesso na conclusão de seus cursos.



Os estudantes entrevistados vivem em uma realidade pautada por questões sociais expressadas no cotidiano, tal realidade é reflexo da conjuntura econômica e social brasileira, que é marcada pelo capitalismo e pela adoção de medidas neoliberais pelo Estado. Os estudantes demonstraram que são oriundos de contextos social e economicamente precários em que convivem com questões sociais complexas, a exemplo de: desemprego, drogas, falta de acesso aos meios básicos de sobrevivência, dentre outros. Os sujeitos de pesquisa pertencem aos estratos sociais menos favorecidos, e suas famílias possuem pouca ou nenhuma instrução. Esses estudantes tiveram melhorias significativas no que diz respeito ao desenvolvimento escolar e em relação ao aumento da renda familiar.

Após a inserção no Auxílio de Formação Profissional, os sujeitos de pesquisa puderam participar de diversas atividades escolares, cursos técnicos e profissionalizantes, além de possibilitar uma maior integração e inclusão social dos mesmos na instituição.

Estudantes oriundos de classes menos favorecidas se encontram em desvantagem em relação aos aspectos educacionais, por não conhecerem ou por não terem acesso. Tais estudantes não possuem condições de apropriar-se de certas ferramentas que propiciam a educação. Dessa forma, a inserção dos sujeitos de pesquisa em atividades como monitoria, pesquisa, projetos e demais cursos, auxilia na formação profissional dos mesmos e contribui para a elevação do capital cultural e educacional dos mesmos.

O investimento em cursos e demais atividades escolares e acadêmicas reflete no futuro profissional de tais estudantes, pois terão mais condições favoráveis de concorrerem para as vagas profissionais ofertadas pelo mercado de trabalho, tendo em vista que a posse de um título/diploma representa uma marcha significativa para a melhoria das condições socioeconômicas vivenciadas pelos estudantes bolsistas e por seus familiares.

A educação é marcada por traços de exclusão, uma vez que só as classes mais favorecidas economicamente possuem acesso a bens e serviços e conseqüentemente a melhores condições de acesso, permanência e conclusão dos cursos. O Auxílio de Formação Profissional contribui para que os estudantes de classes populares tenham acesso à educação e, principalmente, contribui para que tenham mais condições de igualdade em permanecerem na instituição e concluírem seus cursos com sucesso, ou seja, favorece a inclusão social.

Sendo assim, ressalta-se que uma das contribuições da Assistência Estudantil é em relação à inclusão social, uma vez que possibilita um aumento nos níveis de igualdade de condições de permanência e sucesso na conclusão dos cursos.

Os estudantes bolsistas puderam adquirir material escolar, além de suprir outras necessidades de alimentação e transporte, o que contribuiu para melhorar o grau de aprendizado. Dessa forma, a Assistência Estudantil colabora para que permaneçam na instituição até a conclusão de seus cursos e possam ingressar no mercado de trabalho, valorizando assim os potenciais educacionais dos estudantes e ampliando as possibilidades de ascensão social dos mesmos.

A Assistência Estudantil, promovida especialmente pela concessão de bolsas e por outras ações que auxiliam o estudante, promove uma oportunidade a esses estudantes que não possuem condições de arcar com os custos elevados para a sua formação profissional.

Enfatiza-se a relevância da política de Assistência Estudantil como alternativa, por meio de recursos financeiros, aos estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica, tendo em vista que, no Brasil, as desigualdades de classes colocam o estudante oriundo de famílias de baixa renda em desvantagem em relação aos demais.

Os riscos de evasão e retenção tornam-se maiores para os estudantes oriundos de classes populares, pois alguns aspectos influenciam diretamente a permanência destes na educação, tais como: renda familiar, escolaridade dos pais, ocupação dos pais, dentre outros. A probabilidade de acesso à educação evoluiu, mas os programas que prestam apoio socioeconômico aos estudantes podem contribuir diretamente para permanência e sucesso na conclusão de seus cursos.

A política de Assistência Estudantil configura-se como um alicerce relevante para a democratização da permanência e conclusão do ensino por partes dos estudantes oriundos de situação de vulnerabilidade socioeconômica. Principalmente, quando o estudante, além de receber o benefício financeiro, pode ser acompanhado pela equipe multiprofissional e inserido em atividades e âmbito institucional.

O acompanhamento pela equipe multiprofissional formada por assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, orientador educacional, enfermeiros, médicos, dentistas, nutricionista, dentre outros profissionais inseridos no espaço educacional, propicia um monitoramento da trajetória do estudante na instituição, podendo avaliar

assim os impactos e contribuições da assistência estudantil em níveis e olhares largos para a vida do estudante.

A ampliação do acesso das camadas populares a educação gera uma necessidade de redefinição da política de assistência estudantil, tendo em vista que se constitui como direito fundamentado por meio do Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010 o qual dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (BRASIL, 2010).

Sendo assim, o Auxílio de Formação Profissional atende aos objetivos do PNAES implementado pelo IFTO – *Campus* Palmas, uma vez que tal programa foi criado com o objetivo de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, por meio da democratização das condições de permanência, da minimização dos efeitos das desigualdades sociais e regionais e conclusão da educação superior, da redução das taxas de retenção e evasão e da contribuição para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

O Auxílio de Formação Profissional contribui para o atendimento das necessidades básicas do estudante que se encontra em condições sociais e econômicas desfavoráveis para permanecerem e concluírem suas atividades estudantis e, conseqüentemente, seus cursos. A contribuição se dá por meio de repasse financeiro e outras ações.

As necessidades atendidas pelo Programa de Auxílio Estudantil vão além das materiais e de vivência escolar, perpassam também as de cunho familiar. Como foi relatado em entrevistas, os sujeitos de pesquisa convivem com questões sociais no seio familiar.

Os sujeitos de pesquisa entrevistados demonstraram que, apesar de pobres, são privilegiados pela oportunidade de serem beneficiados pelo programa de assistência estudantil, pois apesar dos critérios de seleção exigidos, eles se esforçam para passarem por todas as etapas de seleção, porque possuem consciência acerca das contribuições do auxílio para seu desenvolvimento escolar, tendo em vista o contexto social, econômico e cultural do qual são provenientes.

A inclusão social destes estudantes no Auxílio de Formação Profissional expandiu e ao mesmo tempo incentivou a introdução em outros programas/projetos, muitas vezes fomentada pela boa relação interpessoal construída com os coordenadores, professores e mais servidores que os orientavam diariamente nas atividades.

O sentimento de pertencimento à instituição também propiciou o sentimento de integração e de pertencimento à instituição, melhorando o desenvolvimento educacional dos sujeitos. Dessa forma, os sujeitos de pesquisa inseridos em outras atividades e projetos de pesquisa buscarão sua autonomia e emancipação cidadã, além de contribuir no desenvolvimento da instituição e futuramente em outros espaços de trabalho.

O acesso desses sujeitos de pesquisa na educação, muitas vezes, é um feito antes nunca atingido nem mesmo almejado pelos seus familiares. A inserção dos sujeitos de pesquisa na educação, que anteriormente se caracterizava como um sistema de exclusão para os pobres, representa uma vitória, já que se ultrapassaram as barreiras sociais, culturais e econômicas.

A garantia de permanência e sucesso na conclusão de seus cursos é uma garantia de proteção aos estudantes oriundos de camadas populares, que pode disponibilizar diversas possibilidades profissionais que são capazes de mudar pra melhor toda a realidade vivenciada por tais estudantes. Além da conclusão do Ensino Médio Integrado ao curso profissionalizante, os sujeitos de pesquisa ampliaram seus horizontes, e pretendem chegar à universidade, inclusive dois sujeitos de pesquisa entrevistados já conseguiram ter acesso ao nível superior.

A discussão sobre Assistência Estudantil ainda necessita ser explorada em diferentes eixos, envolvendo todos os seguimentos do âmbito educacional. Tanto as diretrizes quanto a operacionalização necessitam ser amplamente analisadas para que, dessa forma, se garanta o direito de muito mais estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Diante das expectativas pretendidas com o estudo, que buscou responder **Quais as possíveis contribuições do Auxílio de Formação Profissional para as condições de permanência dos estudantes da modalidade Ensino Médio Integrado do IFTO - *Campus Palmas*?**, destaca-se a importância de se avaliar a continuidade da execução do Auxílio de Formação Profissional, gerando assim um avanço na prestação dos serviços destinados aos estudantes atendidos pelo programa de Assistência Estudantil do *Campus Palmas* que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

É importante também enfatizar a relevância da política de Assistência Estudantil como mecanismo que auxilia estudantes das classes populares a obter condições favoráveis de permanência na escola e ter sucesso para concluir seus

cursos, conforme o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), regulamentado pelo Decreto n. 7.234/2010 (BRASIL, 2010), tendo em vista as contínuas transformações mundiais operadas pela política neoliberal que refletem nas relações sociais, econômicas e culturais e que refletem diretamente nas políticas educacionais e na realidade vivenciada pelos estudantes.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. de L. P.; CATANI, A. M. **Educação Superior na América Latina: políticas, impasses e possibilidades**. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2012.

ALMEIDA, N. L. T. Apontamentos sobre a política de educação no Brasil hoje e a inserção dos assistentes sociais. In: **Subsídios para o Debate sobre o Serviço Social na Educação. Grupo de Estudos sobre o Serviço Social na Educação**. Brasília-DF: CFESS, 2011.

\_\_\_\_\_. Educação pública e serviço social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 63, 2000.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1994.

BONETI, L. W. **Contexto e Educação**. Ijuí: Editora Unijuí Ano 21, n. 75 Jan./Jun. 2006.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Brasília: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm)>. Acesso em: 09 out. 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm)>. Acesso em: 09 out. 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Lei Orgânica da Assistência Social. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm)>. Acesso em: 13 out. 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 09 out. 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1000&pagina=1&data=26/06/2014>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.** 2009b.

FALEIROS, V. de P. **Desafios do serviço social na era da globalização.** Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 61, nov. 1999.

\_\_\_\_\_. Juventude/Juventude no Brasil; **Anais do II Simpósio Internacional sobre juventude, violência, Educação e Justiça.** Porto Alegre: UFRGS, 2008.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GENTILI, P.; ALENCAR, C. **Educar na esperança em tempos de desencanto.** 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIMENO SACRISTÁN, J. **Educar e conviver na cultura global:** as exigências da cidadania. Tradução por Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2002.

GUIMARÃES-IOSIF, R. **Educação, pobreza e desigualdade no Brasil:** impedimentos para a cidadania global e emancipatória. Brasília: Liber Livro, 2009.

HALLAK, I.; SOARES, J. F. **Influência da bolsa de manutenção no desempenho acadêmico dos bolsistas:** estudo comparado entre dois grupos "bolsista" e não "bolsistas". Belo Horizonte: UFMG, 1998.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS - **CAMPUS PALMAS. Critérios de seleção do setor de Serviço Social-** IFTO - *Campus Palmas.* Palmas- IFTO, 2011.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS. **Edital n. 014, de 23 de abril de 2013.** Seleção de Candidatos às Vagas do Programa de Assistência Estudantil. IFTO - *Campus Palmas*. Palmas - IFTO, 2013.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI - 2006-2011.** IFTO: Palmas-IFTO, 2007.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI - 2010-2014.** IFTO: Palmas-IFTO, 2013.

\_\_\_\_\_. **Regulamento do programa de assistência estudantil.** IFTO. Palmas: IFTO, 2011.

MACEDO, L. F. M. **O Serviço Social na empresa contemporânea sob efeito das inovações das formas de gestão.** 2005. 105 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Piauí, Teresina.

MANCEBO, D. **Estratégias discursivas neoliberais: uma contribuição para a análise de suas repercussões na educação e na universidade.** Revista do Departamento de Psicologia, Universidade Federal Fluminense, v. 8, n. 1, p. 11-21, jan./abr. 1996.

MANCEBO, D. Reforma da Educação Superior: o debate sobre a igualdade no acesso. In: BITTAR, M.; OLIVEIRA, J.; MOROSINI (Orgs.). **Educação Superior no Brasil: 10 anos pós-LDB.** Brasília: INEP, 2008.

MAURIEL, A. P. O. **Capitalismo, políticas sociais e combate à pobreza.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2010.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec, 1994.

MOTA, A. E. da. **Cultura e Crise da seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90.** São Paulo: Cortez, 1995.

PEREIRA, L. **Neoliberalismo, reestruturação produtiva e seus rebatimentos no mundo do trabalho**: ameaças ao projeto ético política? Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, VII, 2000, Brasília. Anais do VII encontro de pesquisadores em Serviço Social. Brasília: ABESSS, 2000.

ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil**. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

SILVA, M. A. **Intervenção e consentimento**: a política educacional do Banco Mundial. Campinas: Fapesp, 2002.

SINGER, P. **O capitalismo**: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. São Paulo: Moderna, 1987.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a\\_pdf/03\\_aatr\\_pp\\_papel.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2014.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2008.

VASCONCELOS, N. B. Programa Nacional de Assistência Estudantil: Uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino Em-Revista**, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 599-616, JUL/DEZ. 2010.

## **ANEXOS**



Anexo A – Ficha social de estudante



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**  
**CAMPUS PALMAS**

**FICHA SOCIAL DO ESTUDANTE**

Escolha até três auxílios de acordo com sua prioridade. Utilize I para primeira opção, II para segunda opção e III para terceira opção.

- ( ) Auxílio de Formação Profissional (Estudante Colaborador);  
( ) Auxílio Transporte Urbano; ( ) Auxílio Alimentação; ( ) Auxílio Material Didático; ( ) Auxílio Transporte Rural; ( ) Auxílio Creche; ( ) Auxílio Moradia.

**É OBRIGATÓRIO O PREENCHIMENTO DE TODOS OS ITENS DESTA QUESTIONÁRIO**

**1 - IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDANTE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Nome da mãe: \_\_\_\_\_

Nome do pai: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ SSP/ \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Sexo: M ( ) F ( ) Data de nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

N. de filhos \_\_\_\_\_

**Estado Civil:** ( ) Solteiro(a); ( ) Casado(a); ( ) Viúvo(a); ( ) Vive com companheiro(a); ( ) Separado judicialmente; ( ) Divorciado(a); ( ) Outros

Curso: \_\_\_\_\_ Turno: \_\_\_\_\_

Matrícula \_\_\_\_\_ Módulo/Ano \_\_\_\_\_ Modalidade:

PROEJA ( ) EMI ( ) Subsequente ( ) Superior ( )

**e-mail:** \_\_\_\_\_

**redes sociais:** \_\_\_\_\_

**\*Somente para os que optarem pelo auxílio de formação profissional. Opção de turno para exercer a atividade:**

( ) Matutino      ( ) Vespertino      ( ) Noturno

**2 - SITUAÇÃO HABITACIONAL DO ESTUDANTE:**

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_

Estado \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_

Ponto de Referência \_\_\_\_\_

**Telefones:**      Residencial \_\_\_\_\_      Celular \_\_\_\_\_

Recado \_\_\_\_\_

**2.1 - Como você mora?**

- ( ) com uma família de favor; ( ) só com o pai; ( ) só com a mãe;  
 ( ) com os irmãos; ( ) com toda a família; ( ) em pensionato ou pensão;  
 ( ) com os filhos; ( ) em um quarto alugado de uma família; ( ) com parentes  
 ( ) casa do estudante; ( ) república; ( ) com amigos;  
 ( ) república paga pelo poder público, etc. ( ) sozinho

**2.2 - Tipo de moradia de sua família:**

( ) Própria quitada; ( ) Própria financiada: Valor da parcela: R\$ \_\_\_\_\_

( ) Alugada: Valor da parcela: R\$ \_\_\_\_\_

( ) Cedida: Por quem? \_\_\_\_\_

( ) herdada: De quem? \_\_\_\_\_

( ) Outros

**2.3 - Número de cômodos da casa:** \_\_\_\_\_ banheiro ( ) quarto ( ) sala ( )



**4.3 - Das pessoas citadas acima , alguma estuda no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia?**

( ) Não ( ) Sim

**Se a resposta for sim, onde estuda?**

( ) *Campus* Palmas ( ) *Campus* Paraíso do Tocantins

( ) *Campus* Araguaína ( ) *Campus* Gurupi

( ) *Campus* Araguatins ( ) *Campus* Porto Nacional

Quem? \_\_\_\_\_

Curso: \_\_\_\_\_

**5 - DADOS DE SAÚDE:**

5.1 - Você possui alguma tipo de deficiência?

( ) visual ( ) física/motora ( ) auditiva ( ) de fala ( ) neurológica

( ) nenhuma

5.2 - Existe caso de doença grave ou crônica no Núcleo familiar? Em caso positivo, relacione-o (s) abaixo:

Nome	Grau de parentesco	Doença	Despesa mensal

Tem problemas respiratórios: ( ) Não ( ) Sim, qual? \_\_\_\_\_

Apresenta algum problema de saúde? ( ) Não ( ) Sim, qual? \_\_\_\_\_

Faz uso de alguma medicação? ( ) Sim. Qual? \_\_\_\_\_

É alérgico a \_\_\_\_\_

Já submeteu a alguma cirurgia? ( ) Não ( ) Sim. Qual? \_\_\_\_\_

Tem plano de Saúde? ( ) Não ( ) Sim. Qual? \_\_\_\_\_

Pratica algum esporte? ( ) Não ( ) Sim. Qual? \_\_\_\_\_

**6 – SITUAÇÃO DE TRABALHO E RENDA DO REQUERENTE:**

**6.1 – Em relação ao orçamento familiar, qual a sua situação atual?**



- ( ) Depende inteiramente da ajuda dos pais.
- ( ) Depende financeiramente do esposo.
- ( ) Depende financeiramente de outros parentes
- ( ) Depende financeiramente de terceiros
- ( ) É independente financeiramente.
- (...) É independente financeiramente e responsável por parte das despesas domésticas.
- (...) É independente financeiramente e responsável por todas as despesas domésticas.

### **6.2 - Quanto à atividade profissional:**

**Atualmente você está trabalhando?** ( ) Não. Como se mantém? \_\_\_\_\_

( ) Sim. Local de trabalho: \_\_\_\_\_ Quanto recebe? R\$ \_\_\_\_\_

**Você tem alguma experiência profissional?** ( ) Não ( ) Sim. Qual? \_\_\_\_\_

**Você tem alguma atividade acadêmica remunerada?** ( ) Não ( ) Sim.

**Se tem atividade, qual?** ( ) monitoria ( ) extensão ( ) pesquisa ( ) estágio ( ) trabalho ( ) outras

**Quanto recebe?** R\$: \_\_\_\_\_.

Tem noções de informática? ( ) sim ( ) não

### **7 - GASTOS FAMILIARES MENSAIS:**

<b>Despesas:</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Valor aproximado</b>	<b>Despesas:</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Valor aproximado</b>
Aluguel				Saúde (dentista)			
Prestação da casa própria				Alimentação			
Condomínio				Farmácia			
Água				Seguros (carro, vida...)			
Telefone (celular+fixo)				Gás			
Energia Elétrica				Transporte			

Empréstimo bancário				Vestuário			
Educação				Empregada doméstica			

### **8 - CONDIÇÕES DE TRANSPORTE:**

Que meio de transporte utiliza para chegar ao IFTO – *Campus* de Palmas?

( ) a pé ( ) carona ( ) bicicleta ( ) transporte coletivo(ônibus)

( ) transporte próprio(carro) ( ) moto ( ) outros

**8.1 – Quem paga o transporte escolar?** \_\_\_\_\_

**8.2 – Quanto tempo gasta entre a Escola (IFTO) até sua residência?** \_\_\_\_\_

### **9 – SITUAÇÃO ESCOLAR:**

Foi aluno dessa Escola no semestre anterior? ( ) Sim ( ) Não

Foi reprovado? ( ) Não ( ) Sim. Por quê? \_\_\_\_\_

Ficou em dependência? ( ) Sim ( ) Não Em quê? \_\_\_\_\_

Trancou matrícula? ( ) Sim ( ) Não Qual o motivo? \_\_\_\_\_

Foi Bolsista no IF-TO *Campus* de Palmas?

( ) Não ( ) Sim. Em que ano? \_\_\_\_\_ Local de atividade: \_\_\_\_\_

Faz algum curso paralelo? ( ) Não Sim ( ) Qual? \_\_\_\_\_

Onde? \_\_\_\_\_

### **10 – Qual motivo que escolheu o Auxílio Estudantil?**

---



---



---



---



---



---



---



---



---



---

Declaro serem verdadeiras as informações aqui prestadas.

Palmas, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

**Assinatura do estudante ou  
responsável (se menor de idade.)**

**Obs: Devolver o formulário até o dia 29/05/2013, de acordo com o Edital.  
Não será permitido anexar documentação, após a entrega da Ficha Social.**

**ANEXAR ABAIXO A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:**

- 1) Cópia da conta de água, luz, e telefone. (recente - frente e verso);
- 2) Cópia da Carteira de Identidade e CPF. **Obs.:** (se for menor de idade, anexar cópia do RG e CPF **também dos pais**);
- 3) Comprovante de renda própria e de todos os membros da família que trabalham, ou declaração de trabalho se for autônomo (constando qual a atividade, local que desenvolve e a remuneração que recebe) - atualizado;
- 4) Comprovante de pagamento de aluguel recente (se for o caso);
- 5) Comprovante de valor atual de prestação de casa própria de imóvel financiado;
- 6) Comprovante de pensão alimentícia, se os pais ou o candidato receberem (recente);
- 7) Comprovante de desemprego se for o caso (carteira de trabalho, aviso prévio ou outro documento que comprove a situação de desempregado);
- 8) Declaração de próprio punho, justificando o desejo e necessidade do Auxílio;
- 9) Comprovante de conta bancária, o estudante deve ser o titular;
- 10) Anexar cópia do cartão bancário do próprio estudante.

**Anexo B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**

Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Educação – CE/UFSM  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
Mestrado em Educação

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu, Lívia Fernanda Leal Macedo, Assistente Social e Mestranda em Educação, orientada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosane Carneiro Sarturi, desejo por meio deste, convidá-lo (a) a participar de uma pesquisa intitulada: “A Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - *Campus* Palmas: em análise o Programa de Auxílio de Formação Profissional”.

Esta pesquisa objetiva analisar as possíveis contribuições do Auxílio de Formação Profissional para a permanência dos estudantes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - IFTO – *Campus* Palmas, considerando os objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES.

Para isso, será realizada uma entrevista, composta por questões desencadeadoras.

O estudo oferece um risco mínimo, você pode sentir algum desconforto ou intimidado (a), durante a entrevista. Caso aconteça, fica assegurado o seu direito de desistir sem qualquer prejuízo. A sua participação neste estudo não terá nenhum benefício pessoal direto, contudo, estarás contribuindo para ampliação de conhecimentos sobre tema.

Os dados coletados ficarão em completo sigilo, na sala 3234 do Centro de Educação por um período de cinco anos sob a responsabilidade da Sra. Rosane Carneiro Sarturi (orientadora da pesquisa). Após este período, os dados serão destruídos. Você tem direito de tirar suas dúvidas a qualquer momento sobre o andamento da pesquisa tendo a garantia de que todas as suas perguntas serão respondidas.

Garante-se o compromisso da pesquisadora que os dados serão utilizados única e exclusivamente para a execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas no presente projeto de forma anônima.

Qualquer dúvida ou questionamento que os participantes venham a ter no momento da pesquisa, ou posteriormente, poderão esclarecer através dos seguintes contatos: E-mail [liviaflmacedo@hotmail.com](mailto:liviaflmacedo@hotmail.com) e celular (86) 9904-7118.

Eu, \_\_\_\_\_,  
ciente do que foi exposto, acredito ter sido informado de maneira satisfatória à respeito da pesquisa, tendo ficado claro os propósitos do estudo, assim como os procedimentos, seus riscos e benefícios, a garantia de confidencialidade e esclarecimentos.

Concordo em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem acarretar qualquer dano e/ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

( ) Sim ( ) Não

Em caso positivo: Concordo com a utilização das minhas falas, sem identificação do meu nome, apenas com nome fictício em publicações associadas.

( ) Sim ( ) Não

Declaro que recebi cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Santa Maria, RS, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do entrevistado (colaborador da pesquisa)

\_\_\_\_\_  
Assinatura da mestrandia pesquisadora

\_\_\_\_\_  
Assinatura da Orientadora

**Anexo C – Termo de confidencialidade**

Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Educação – CE/UFSM  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
Mestrado em Educação

**TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**

**Título do projeto:** A Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - *Campus* Palmas: em análise o Programa de Auxílio de Formação Profissional.

**Pesquisador responsável:** Rosane Carneiro Sarturi

**Instituição/Departamento:** UFSM/PPGE/Mestrado em Educação

**Telefone para contato:**

**E-mail para contato:**

**Locais da coleta de dados:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins- IFTO- *Campus* Palmas.

Os pesquisadores do presente projeto se comprometem a preservar a privacidade dos sujeitos cujos dados serão coletados, através de entrevista, com estudantes bolsistas contemplados pelo Programa de Formação Profissional.

Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas no (a) presente projeto de forma anônima e as informações prestadas ficarão em completo sigilo, na sala 3234 do Centro de Educação por um período de cinco anos sob a responsabilidade da Sra. Rosane Carneiro Sarturi (orientadora da pesquisa). Após este período, os dados serão destruídos.

Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM (incluir data e n<sup>o</sup> de aprovação).

Santa Maria, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_ .

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosane Carneiro Sarturi  
Orientadora

## **APÊNDICES**





## Apêndice A – Roteiro Para Entrevista



### UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA CENTRO DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

#### ROTEIRO PARA ENTREVISTA DOS BOLSISTAS DO AUXÍLIO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Nome: \_\_\_\_\_

Curso: \_\_\_\_\_

Ano/Módulo: \_\_\_\_\_

Data de Início no Auxílio de Formação Profissional: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

- O que pensa/conhece sobre o Programa de Assistência Estudantil?  
Quais os motivos que (a) o levaram a se inscrever no Auxílio de Formação Profissional?
- Houve mudanças no cotidiano escolar após a inserção no Auxílio de Formação Profissional? ( ) Sim ( ) Não. Em caso positivo, como ocorreram essas mudanças?
- Após a inserção no Auxílio de Formação Profissional notou mudanças em relação às notas escolares? ( ) Sim ( ) Não. Em caso positivo, em quais?
- Observou mudanças em relação à frequência das aulas na instituição após ser inserido na bolsa? ( ) Sim ( ) Não. Em caso positivo, em quais?
- Para que utiliza o valor recebido por meio do Auxílio de Formação Profissional?  
( ) Compra de materiais escolares ( ) Vestiário ( ) Lazer  
( ) Transporte público ( ) Alimentação ( ) Despesas domésticas  
( ) Cursos ( ) Outros. Quais?
- Como supria suas despesas escolares antes da inserção no Programa de Assistência Estudantil?
- Foi inserido ou se inseriu em outras atividades na instituição após ser bolsista? ( ) Sim ( ) Não. Em caso positivo, em quais?
- Houve mudanças em sua vida após a inserção no Auxílio de Formação Profissional? ( ) Sim ( ) Não. Em caso positivo, como ocorreram essas mudanças?
- É possível destacar quais as contribuições do Auxílio de Formação Profissional trouxe contribuições em sua vida? ( ) Sim ( ) Não. Em caso positivo, quais?

## Apêndice B – Quadro 01 - Análise das entrevistas.

<b>Categoria</b>	<b>Pergunta</b>	<b>Sujeito de pesquisa</b>	<b>Resposta</b>
<b>Políticas Públicas Sociais</b>	<b>O que você pensa sobre o auxílio?</b>	<b>Mário</b>	Eu penso que esse auxílio ajuda muita gente, me ajuda muito, muito mesmo a me formar profissionalmente.
		<b>Helena</b>	Para mim foi a luz no fim do túnel, já fiquei muito aperreada, mas graças a DEUS não tenho mais isso, não acontece mais isso.
<b>Assistência Estudantil</b>	<b>E como você tomou conhecimento sobre o auxílio?</b>	<b>Helena</b>	Eu cheguei na escola um belo dia e encontrei um cartaz na parede falando sobre auxílio estudantil e dizia que o edital estava disponível no site e eu pensei gente o que que é isso? aí fui olhar o quê que era, daí eu olhei, li e fui conversar com uns colegas meus, e eles falaram a gente vai se inscrever para o colaborador.
		<b>João</b>	Eu passava bastante aqui nos corredores e eu vi que estava aberta a bolsa aqui, aí eu li, mais ou menos no mural, depois eu fui me informar com meus colegas que já tinham feito no primeiro ano, como é que era o que é que precisava, como é que funcionava. Eles me explicaram, eu interessei e vi que seria valido tentar, que iria me ajudar. Na minha época eu só via nos murais assim que tinha lançado o edital, no site eu acho que já vi algumas vezes também, mas seria interessante divulgar também nas salas para que os alunos soubessem, porque às vezes quem já sabe corre, mas outros que estão chegando no primeiro ano ficam meio sem entender. Seria interessante explicar no primeiro ano como funciona, como é que faz para entrar, qual é o objetivo do auxílio, seria bastante interessante.
		<b>Paulo</b>	Eu fiquei sabendo pelos murais. Eu vi no mural um anúncio, achei interessante, quis saber como é que funcionava, corri atrás, olhei o edital e me inscrevi.
		<b>Mário</b>	Através dos murais e dos colegas que falavam. E também da diretora que foi na sala e falou da gente das bolsas. A divulgação consegue atender porque fica nos murais, na boca de todo mundo e na internet
		<b>Pedro</b>	Pelos cartazes, eu estava vendo e uns colegas também logo no início do ano letivo e resolvi me candidatar. Pelos cartazes, eu estava vendo e uns colegas também logo no início do ano letivo e resolvi me candidatar. Está bem divulgado e se quiser complementar também pela rádio né? Mas está bem divulgado, tanto é que tem uns amigos meus do primeiro ano que já sabiam do auxílio e até se inscreveram já.
		<b>Daniel</b>	Eu tive conhecimento do auxílio por meio de

Categoria	Pergunta	Sujeito de pesquisa	Resposta
			amigos que trabalhavam aqui. Eu perguntava para os que ficavam andando com o crachá "Você trabalha aqui?" e eles falaram "Eu trabalho, tem ao auxílio colaborador, você pode ir lá no Serviço Social que a moça pode te dar esclarecimentos". Aí eu fui lá, a moça foi bem legal, explicou como funcionava e no próximo processo que teve eu fiz minha inscrição e consegui passar.
	<b>O valor do auxílio é suficiente para suprir as despesas escolares?</b>	<b>João</b>	Ajuda, mas se fosse um pouquinho mais ajudaria mais.
		<b>Maria</b>	Foi suficiente e até porque eu validei como estágio as horas de atividades na coordenação de Indústria com os professores da minha área.
		<b>Miguel</b>	Eu não tenho o que reclamar não, mas o valor que nem para mim que tenho muita coisa sobra muito pouco. Eu preferia que fosse mais porque aqui em Palmas o curso de vida é pesado. Se chegasse a uns R\$ 400,00 já ajudava mais um pouco.
		<b>Paulo</b>	Se fosse só as minhas despesas assim de vir para o IFTO e material de estudo supriria sim, mas como tem todo um conteúdo por trás, por exemplo lá em casa, tem alimento em casa, roupa, e outras despesas, eu acho que poderia ser um pouco maior.
		<b>Helena</b>	Ajuda muito. Foi suficiente para aquilo que ele foi destinado, eu acho que para a carga horária é excelente. Eu acho que é justo, porque hoje o salário mínimo está R\$ 724,00 e eu acho que e justo meio salário mínimo em 12 horas semanais eu acho justo.
		<b>Daniel</b>	Eu acho muito bom esse valor, porque são só três dias na semana. E eu ainda posso combinar com meu coordenador os dias da semana, sendo só três dias na semana fica muito bom para mim. Eu acho justo o valor, poderia até aumentar, mas em relação ao estágio eu acho justo, porque se fosse para a pessoa fazer um estágio fora da instituição terá que pegar mais transporte coletivo. Fora o tempo que seria gasto.
		<b>Mário</b>	Ele é suficiente, não posso reclamar, mas se pudesse melhorar né? Ajudaria mais ainda. Mas também não poderia melhorar demais, porque o pobre tem mania de dormir. Os empresário mais ricos do mundo dormem quantas horas? Ele dorme duas horas por dia. Essa mania de dormir é mania de pobre. Quem ganha alguma bolsa tem a tendência a se acomodar, quem ganha

<b>Categoria</b>	<b>Pergunta</b>	<b>Sujeito de pesquisa</b>	<b>Resposta</b>
			bolsa família fala que está bom, acaba de acomodando. Então não pode ser um valor nem muito alto, nem muito baixo.
	<b>Tem alguma sugestão para o benefício?</b>	<b>João</b>	Seria interessante se além do auxílio colaborador que eu utilizo para minhas contribuições domésticas eu ganhasse um auxílio alimentação ou um auxílio transporte para ficar mais fácil, porque parte da minha renda eu tinha que tirar para isso (alimentação) e eu poderia contribuir mais na minha casa, então eu sentia a necessidade principalmente do auxílio alimentação, do auxílio transporte nem tanto, mas a questão de comer aqui apertava meu orçamento.
	<b>Há alguma crítica em relação ao benefício?</b>	<b>João</b>	Seria interessante se o pagamento viesse um pouco antes. É até complicado, eu entendo também, porque tem a entrega das fichas de ponto.
		<b>Helena</b>	[...] então você começa a contar com esse dinheiro e quando não tem um dia fixo para você receber você fica chateado. Aí chega um determinado dia do mês que já passou e você pensa “gente eu deveria ter feito isso com esse dinheiro” e eu não tenho dinheiro para fazer isso? Eu acho que deveria melhorar isso, eu acho isso importante, porque por exemplo acaba o mês no dia 30 ou 31, se deu no sábado, no final de semana, segunda-feira já é dia 03. Eu acho que deveria ter um prazo para o pessoal que está no auxílio entregar a folha de ponto. Entrega, por exemplo, até dia 05 daí vocês mandam aí recebe dia 12, todo mês dia 12, aí você já conta com aquilo.
		<b>Pedro</b>	Para mim a única coisa que não está certo é em relação ao pagamento. Fala que dia 05 vai pagar né? A gente fica naquela expectativa para dia 05, projeta como gastar o dinheiro até dia 05. E aí vai pagar lá pelo dia 20 e a gente fica “arrochado”, pois passa muito tempo sem pagar, aí desestabiliza todinho.
<b>Condições de Permanência</b>	<b>Como supria suas despesas escolares antes da inserção no Programa de Assistência Estudantil?</b>	<b>Mário</b>	Ele mandava o dinheiro do aluguel, mas tinha a manutenção da gente, tem apostila, pois muita apostila que eu tirei foi na base da amizade, muita xérox que eu tirei é porque a turma era unida, eu dei sorte de ter uma turma unida, porque faltava dinheiro e tinha uns colegas que tinham condição e eles me davam R\$ 1,00, eu tirava xérox e tudo. Depois dessa bolsa, me ajudou bastante para minha estabilidade aqui, para minha segurança, porque qualquer coisa, se faltasse o dinheiro para alimentação, tinha o dinheiro da bolsa.
		<b>João</b>	Era totalmente dependente dos meus pais. Recentemente meu pai arranhou um emprego e

<b>Categoria</b>	<b>Pergunta</b>	<b>Sujeito de pesquisa</b>	<b>Resposta</b>
			teve que sair de lá de Natividade-TO, eu sou de Natividade-TO, então ele teve que sair de lá e ir para Goiânia-GO procurar emprego porque lá não tava tendo. Ele sempre manda uma parte para minha mãe.
		<b>Mário</b>	Era trabalhar, fazer algum bico, trabalhar de servente de pedreiro. É ilegal um menino de 15 ou quinze anos trabalhar, eu trabalhei numa empresa como ajudante de pintor.
		<b>Miguel</b>	Com 15 anos eu trabalhava de manhã, umas sete horas, saía de casa de bicicleta, eu ando de bicicleta até hoje. Eu me inscrevi acho que foi precisão mesmo, eu vi que eu precisava. E outra coisa quando eu cheguei eu comecei a trabalhar, eu trabalhei até de servente de pedreiro, ganhava até bem e trabalhava meio período, só que o problema é que pegava meio puxado.
		<b>Helena</b>	Antes era a minha mãe mesmo que custeava. Nessa época quando era só ela, já teve tempo de eu ter dinheiro só para vir para a escola e trazer farofa, farofa de ovo, para vir comer aqui no colégio, já aconteceu. Então para mim foi a luz, de verdade!
		<b>Pedro</b>	Aí minha mãe mandava mais dinheiro, mas era apertado.
	<b>Para que utiliza o valor recebido por meio do Auxílio de Formação Profissional?</b>	<b>João</b>	Em parte para despesas domésticas, alimentação e transporte público.
		<b>Pedro</b>	Compra de material escolar, transporte público, de vez em quando para alimentação aqui na escola, quando sobra assim um pouquinho eu invisto no vestuário.
		<b>Paulo</b>	Eu coloco passe na carteirinha, eu também tiro uns R\$ 50,00 para lanche aqui na escola. O resto é para a conta e fazer a compra do mês lá de casa (supermercado).
		<b>Mário</b>	O dinheiro que eu recebo aqui eu uso ele para a manutenção e para alimentação, meu pai está mandando muito menos agora.
		<b>Helena</b>	Como te falei eu dividia o dinheiro com minha mãe, eu dava R\$ 200,00 para ela, o resto ficava comigo e eu comprava coisas de menina mesmo, roupa, comia, saía para sorveteria ou coisa assim. Ajudava em casa com minha mãe. Eu dava R\$ 200,00 para e ela fazia a feira e levava comida para casa, era bom não ter só o biscoito água e sal. Ajudou na manutenção do aparelho

<b>Categoria</b>	<b>Pergunta</b>	<b>Sujeito de pesquisa</b>	<b>Resposta</b>
			ortodôntico, eu pagava R\$ 45,00 todo mês.
		<b>Daniel</b>	Eu utilizo para comprar meus materiais escolares, para o transporte exclusivamente para o instituto, para minha alimentação, porque eu almoço e janto aqui na instituição na maioria dos dias da semana e para algumas despesas domésticas.
		<b>Miguel</b>	Eu uso para pagar transporte, porque eu consegui tirar minha carteirinha esses dias, material escolar, alimentação, faço uma comprinha a mais, despesas domésticas. Agora principalmente o dinheiro que eu tô pegando eu tô pagando umas contas, que nem eu falei, o dinheiro que eu pegava eu dividia, eu comprava e dividia em muitas parcelas, utensílios domésticos, até hoje eu ainda pago. A maioria do dinheiro é para isso, para o crediário no nome da mãe, eu fico responsável para pagar as parcelas. Eu consegui comprar um bocado de coisas. Eu não tinha internet em casa, comprei um computador e estou pagando. Estou pagando a internet rachando com o vizinho para ficar mais barato. Deu para colocar até aparelho, coloquei aparelho esses dias, eu estou levando, sempre pago mensalmente.
		<b>Maria</b>	Alimentação e transporte. Geralmente eu fico aqui o dia todo. O que sobrou no ano de 2011 eu comprei um notebook, porque eu não tinha, aí eu juntei um ano o dinheiro e comprei meu notebook, porque eu preciso aqui na escola. Ajudou muito eu pude fazer muitas coisas com o dinheiro. Além de ajudar aqui na escola, às vezes com roupa que precisava, calçado, essas coisas.
	<b>Após a inserção no Auxílio de Formação Profissional notou mudanças em relação às notas escolares?</b>	<b>João</b>	Mudaram. Ficaram melhores
		<b>Paulo</b>	Sempre fui muito estudioso. Em relação as notas manteve. O auxílio não atrapalhou nadinha.
		<b>Maria</b>	Eu acho que melhorou, melhoraram
		<b>Mário</b>	A bolsa me ajudou e não me atrapalhou em nada em questão de notas, só me ajudou. Minha nota até melhorou. No setor quando eu tinha atendimento, tinha que me ausentar, ela sempre cedia, não tinha problema em relação a isso.
		<b>Pedro</b>	As notas melhoraram Meu rendimento escolar foi

<b>Categoria</b>	<b>Pergunta</b>	<b>Sujeito de pesquisa</b>	<b>Resposta</b>
			bom.
		<b>Miguel</b>	Melhoraram sim, principalmente quando eu tinha muita dúvida no conteúdo, juntava um grupo de estudos pela manhã e estudava. Como eu tinha que ficar aqui direto e já tinha o dinheiro para almoçar já era mais uma ajuda, porque eu não tinha que me preocupar em sair daqui mais cedo, pois eu ia perder tempo e nesse tempo eu ia estudar.
		<b>Daniel</b>	As minhas notas de núcleo comum continuaram normais e as de núcleo técnico, que são matéria técnica, deram uma melhorada pelo fato de eu estar estudando sobre informática e estar trabalhando com informática. Então isso me ajudou bastante a fixar o conteúdo. O que eu via na teoria dentro da sala de aula, eu aplicava no meu trabalho e fazia a parte prática.
	<b>Observou mudanças em relação à frequência das aulas na instituição após ser inserido na bolsa? ( ) Sim ( ) Não. Em caso positivo, em quais?</b>	<b>Paulo</b>	A inserção no Auxílio de Formação Profissional aumentou a permanência aqui na escola, não afetou a minha atenção na aula.
		<b>Helena</b>	Em relação à frequência das aulas normal, porque eu nunca fui de faltar, só por doença mesmo.
		<b>João</b>	Eu sempre fui um aluno frequente então eu dificilmente falto, nem questão de doença, eu venho doente, só se não tiver como eu caminhar que eu venho. Eu sempre fui muito assíduo.
		<b>Pedro</b>	Eu sempre fui um aluno frequente então eu dificilmente falto, nem questão de doença, eu venho doente, só se não tiver como eu caminhar que eu venho. Eu sempre fui muito assíduo.
		<b>Miguel</b>	Eu nunca fui de faltar muito, só que tinha vez, bem no comecinho quando eu cheguei por causa do outro serviço antes de ganhar a bolsa, eu chegava "quebrado" em casa, com o corpo todo doído, tinha vez que passava meio baixo. Aí eu cheguei a faltar já, só que alguma vez lá quando eu não estava me sentindo muito bem, mas depois da bolsa aí não, aí eu fiquei só focado nos estudos.
	<b>Houve mudanças em sua vida após</b>	<b>Helena</b>	Eu acho que sim, mudou mais a minha responsabilidade sabe? Com as outras pessoas, até o jeito de falar. Aí ficou melhor lá em casa,

Categoria	Pergunta	Sujeito de pesquisa	Resposta
	<p><b>a inserção no Auxílio de Formação Profissional? ( ) Sim ( ) Não. Em caso positivo, como ocorreram essas mudanças?</b></p>		<p>como a gente tinha acabado de mudar para a casa de meu irmão, ela (mãe) estava querendo construir mais uns quartos para ela e arrumar algumas coisas lá e sempre ela tirava do mês e juntava um pouquinho igual formiga, pouquinho, pouquinho, pouquinho. Aí com isso (auxílios) melhorou, ficou mais leve, ela (mãe) não tinha preocupação com o transporte nem com a alimentação, pois ela sabia que já estava garantido.</p>
		<b>Miguel</b>	<p>O auxílio contribuiu bastante para a minha permanência aqui no instituto.</p>
		<b>Paulo</b>	<p>Primeiro ajudou a renda familiar, comecei a ajudar minha mãe, porque só ela que trabalhava e ganhava pouco também. Quando eu entrei aqui eu comecei a ajudar em casa, parei de dar despesas, comecei a pagar minhas coisas sozinho, comprar minhas próprias coisas.</p>
		<b>Mário</b>	<p>Me ajudou demais. É difícil, a pessoa vem aqui para estudar, a pessoa vem sozinha. Minha mãe disse que ajudou demais, porque não me sobrecarrega e vai me ajudar a concluir, a ter um rendimento certo. Em relação ao meu currículo e minha formação e também minha estabilidade na cidade. É uma situação muito mais confortável, me deixou menos preocupado, meu rendimento aumentou com certeza.</p>
		<b>Maria</b>	<p>Olha no primeiro ano eu não participei da bolsa, eu não conhecia a escola direito e a gente tinha que vir estudar de qualquer jeito. Então aí eu tinha problemas com comida, com alimentação, com transporte. Tudo isso era difícil, para estar vindo para a escola, não tinha como eu ir e voltar, eu tinha que ficar por aqui. Às vezes a gente pegava uma comida e dividia, às vezes trazia de casa. Eu dividia com minha amiga, a gente combinava e comprava a marmita no restaurante e era R\$ 5,00 e a gente dividia. A gente vivia assim. Depois da bolsa a gente já tinha aquele dinheiro, não precisava ficar comendo aquela comida requentada. Eu comprei meu computador juntando e isso colaborou muito, porque o computador vai me ajudar na minha vida acadêmica. Minha família acha muito bom, porque os gastos que eles iam ter com a gente eles já pagam as contas. Meu irmão mais novo é contemplado com bolsa alimentação e transporte, pois o curso dele é integral e não tem como trabalhar.</p>
	<p><b>Quais os motivos que (a) o levaram a</b></p>	<b>Daniel</b>	<p>Por eu ficar grande parte do meu tempo no instituto fazendo trabalho, eu preciso inclusive almoçar e tem a questão do transporte coletivo.</p>



Categoria	Pergunta	Sujeito de pesquisa	Resposta
	<b>se inscrever no Auxílio de Formação Profissional?</b>		Minha família não tem uma renda muito boa assim em comparação a outras pessoas aqui da instituição, aí eu pensei que esse dinheiro que vou receber do auxílio vai estar me ajudando a poder pagar meu transporte para vir ao instituto e o meu almoço, pois eu não posso ficar dependendo todo dia de R\$ 6,00 ou R\$ 7,00 para comprar alimentos.
		<b>Helena</b>	E aí assim o dinheiro que eu recebo da bolsa eu conseguia comprar, no começo era R\$ 311,00 e dava R\$ 200,00 para ela e aí eu ficava com R\$ 100,00 e aí eu comprava roupas e alguma coisa assim, sempre foi dividido dessa forma. E aí para comer aqui. Aí como ela pegava passe de ônibus já descontado do salário dela, eu usava o cartão dela para poder vir para a escola, para não gastar o meu, mas eu não utilizava tanto, foi só do ano passado para cá.
		<b>João</b>	Foi porque a situação do pequeno comércio lá da minha casa começou a apertar, eu e meu irmão aqui então a despesa dobrou para meus pais e estava difícil. Eles me ligavam com medo que não queriam deixar a gente voltar e eu falava “não pai não se preocupe para aí eu não vou voltar”. Se não tivesse como meus pais me manterem aqui eu já tinha colocado em mente que eu ia arrumar um emprego fora porque para lá eu não ia voltar, eu tinha decidido que era daqui pra frente.
		<b>Pedro</b>	A precisão desse dinheiro para me sustentar aqui em Palmas, por exemplo, eu vim de lá para estudar e minha mãe mandava dinheiro para passagem do ônibus, pro coletivo e eu tinha que ter dinheiro para almoçar aqui né? Aqui é uma cidade maior, tinha vez que eu ficava até a noite fazendo trabalho e eu tinha que ter um auxílio, precisava ajudar com minhas despesas pessoais também.
		<b>Miguel</b>	Como eu falei eu acho que foi precisão mesmo, eu vi que eu precisava. E outra coisa quando eu cheguei eu comecei a trabalhar, eu trabalhei até de servente de pedreiro, ganhava até bem e trabalhava meio período, só que o problema é que pegava meio puxado.
		<b>Maria</b>	Na minha casa somos três eu e mais dois irmãos. Tem uma mais velho e tem um mais novo que estuda aqui no IFTO também. Era muito difícil, minha mãe não tinha dinheiro, todo dia ela me dava R\$ 2,50 contado, era desse jeito. Tinha que pagar o ônibus, minha mãe não tinha esse dinheiro todo dia.
	<b>Quais os motivos que (a) o levaram a se inscrever</b>	<b>Daniel</b>	Por eu ficar grande parte do meu tempo no instituto fazendo trabalho, eu preciso inclusive almoçar e tem a questão do transporte coletivo. Minha família não tem uma renda muito boa

<b>Categoria</b>	<b>Pergunta</b>	<b>Sujeito de pesquisa</b>	<b>Resposta</b>
	<b>no Auxílio de Formação Profissional?</b>		assim em comparação a outras pessoas aqui da instituição, aí eu pensei que esse dinheiro que vou receber do auxílio vai estar me ajudando a poder pagar meu transporte para vir ao instituto e o meu almoço, pois eu não posso ficar dependendo todo dia de R\$ 6,00 ou R\$ 7,00 para comprar alimentos.
		<b>Helena</b>	E aí assim o dinheiro que eu recebo da bolsa eu conseguia comprar, no começo era R\$ 311,00 e dava R\$ 200,00 para ela e aí eu ficava com R\$ 100,00 e aí eu comprava roupas e alguma coisa assim, sempre foi dividido dessa forma. E aí para comer aqui. Aí como ela pegava passe de ônibus já descontado do salário dela, eu usava o cartão dela para poder vir para a escola, para não gastar o meu, mas eu não utilizava tanto, foi só do ano passado para cá.
	<b>É possível destacar quais as contribuições do Auxílio de Formação Profissional trouxe contribuições em sua vida? ( ) Sim ( ) Não. Em caso positivo, quais?</b>	<b>João</b>	Então eu teria um tempo para trabalhar, um tempo para estudar, foi dividindo sabe? Um tempo para estudar e um tempo para trabalhar, antes estudava quando dava para estudar, fazia as atividades quando dava para fazer, não tinha um cronograma certinho do que fazer em cada período.
		<b>Pedro</b>	Na área que estou na Coordenação de Indústria, já vale também como estágio, já estou na área do meu curso e já estou tendo aula prática durante esses três dias da bolsa, creio que já está completa.
		<b>Mário</b>	Na coordenação que eu trabalho dá pra fazer um estágio. Vai ajudar como estágio. A gente aprendeu muita coisa, porque assim o ensino da escola já é bom, aí com a prática que a gente tem lá nos laboratórios me ajuda muito na minha área, me dá mais segurança, eu aprendo muito mais”.
		<b>Daniel</b>	Fiz o pedido para bolsista e se possível para me transferir para uma área que tivesse a ver, porque inclusive eu já tinha trabalhado um ano nesse setor, só que eu não tinha conseguido, eu fiz a solicitação explicando que eu poderia fazer como estágio, que é obrigatório. Aí o serviço social me transferiu e eu já estou concluindo o meu estágio. Vai contabilizar na carga horária do meu estágio.
		<b>Paulo</b>	É como se fosse uma preparação para seu

Categoria	Pergunta	Sujeito de pesquisa	Resposta
			primeiro emprego. Você já vai sentindo como é ter obrigações, é como se fosse a preparação para o primeiro emprego mesmo.
<b>Inclusão Social</b>	<b>Foi inserido ou se inseriu em outras atividades na instituição após ser bolsista?</b>	<b>Pedro</b>	Houve, eu tive mais oportunidades na escola de participar de grupos de estudos, de estar vindo às monitorias pela manhã, nos atendimentos, ajudou bastante nisso.
		<b>Miguel</b>	Quando cheguei eu não tinha quase nada, é bom você sempre ter um dinheirinho, até porque aqui em Palmas tudo que você vai fazer tem que gastar. De vez em quando tem certas coisas da escola que você tem que ajudar, para fazer um trabalho a gente tem que ter um dinheiro, o dinheiro sempre me ajudou, até numa festinha de despedida da turma.
		<b>Daniel</b>	Por ser só três dias na semana, ainda me deixa dois dias no meio da semana para poder fazer minhas atividades de trabalho [...] fui para um setor que tem a ver com minha área que é de informática e muitas matérias técnicas que tem no meu curso no segundo ano como arquitetura de computadores mexe muito com a parte de montar e desmontar computadores, a parte de hardware, a parte física do computador e nessa minha bolsa eu consegui aprender bastante.[...] Algumas coisas que eu aprendia no setor eu usava nas aulas, é tanto que eu era um dos alunos que tiravam as melhores notas na parte das matérias técnicas.
		<b>Helena</b>	Eu fui monitora de Photoshop. Era remunerado, era por curso, os três meses era R\$ 250,00. Você dava um curso todo sábado e domingo. Eu recebi dois certificados semana passada de um curso, há um tempão que eu fiz, eu não lembro. Era curso da minha área, era de informática. O auxílio ajudou para eu para eu ir de ônibus.
		<b>Miguel</b>	Os cursos que eu fiz foram do PISID e Projeto Anjo da Guarda na Coordenação de Extensão. Eu fiz dois cursos. O primeiro foi de Photoshop que foi bem no início do primeiro ano, aí no segundo ano eu me inscrevi para três, só que fiquei só em um porque estava pegando pesado, e em tempo de prova eu ficava o dia todo e no final de semana. Eu fiz um de inglês para ter um reforço, física e matemática. Ajudou, principalmente no ensino médio também, fiz bem mesmo para dar um reforço nas aulas. Os professores viam que eu estudava e até gostavam, me davam parabéns e outra coisa também tinha as máquinas, eles deixavam imprimir, usar o computador para pesquisa,

<b>Categoria</b>	<b>Pergunta</b>	<b>Sujeito de pesquisa</b>	<b>Resposta</b>
			sempre me dando apoio para minhas necessidades.
		<b>Daniel</b>	Depois que eu passei a ser bolsista eu me inseri em outras atividades inclusive tentei de início fazer atletismo, só que não deu muito certo por causa do meu porte físico e no turno da manhã, porque eu trabalho a noite, eu fiz curso de espanhol que é oferecido pela instituição também. Aí eu fiz o nível básico e em seguida eu fiz o nível intermediário.
		<b>Paulo</b>	Eu fiz uns cursos de final de semana. Fiz AutoCAD e Noções Básicas de Estrutura de Contrato e foi bom, pois são coisas da minha área também e veio só somar conhecimentos. Deu para participar mais até com atendimentos com os professores. Cursos de Corel Draw aqui e AutoCAD, fiz esses dois cursos e são muito importantes. Aqui (Palmas-TO) tem mais construção civil, um professor falava pra mim se aprimora no AutoCAD, por tem gente que vive aqui só de CAD, é um curso muito importante.
		<b>João</b>	Fui bolsista no programa de pesquisa. Se eu não em engano foi um ano. Eu comecei em um período e no ano seguinte foi finalizado.
		<b>Maria</b>	Eu fiz dois cursos. Um curso de Designo Gráfico Dimensionado foi até um amigo meu que ministrou as aulas e fiz um curso de AutoCAD. Eu passei agora no PIBID- Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência.
	<b>E foi positiva a inclusão em outras atividades e setores do IFTO?</b>	<b>João</b>	Por estar sempre aqui, convivendo com o pessoal do administrativo, sempre ajudando em alguma coisa, fazendo parte da equipe do instituto eu me senti bem mais integrado, bem mais familiarizado tanto na parte administrativa quanto na parte pedagógica, eu me senti mais inserido e bem mais acolhido digamos assim. isso foi crucial. Sempre que eu precise de algum recurso, de alguma coisa, sempre que eu estava em dificuldade eu me sentia mais à vontade em recorrer a qualquer área aqui no instituto para solucionar meu problema. Eu acho que me tornei mais responsável, me tornei mais organizado, melhorei minhas relações interpessoais no trabalho e com as pessoas. Minha forma de me comunicar e de me expressar, acho que também melhorei bastante, eu era bastante tímido, porque eu vim de cidade do interior então eu sempre tive que manter bastante contato com o pessoal do administrativo na minha primeira área de colaboração.
		<b>Paulo</b>	Passei a conhecer o setor administrativo, conhecer alguns servidores também. Conheci não só o contexto da sala de aula, mas conheci o todo do IFTO.

Categoria	Pergunta	Sujeito de pesquisa	Resposta
		<b>Pedro</b>	Vixe, eu me senti mais “entrosado” com a escola, muito mais “entrosado”. Isso também foi bom para mim. Foi principalmente no ano de 2013, tive uma boa relação com meus professores da área técnica e eles mesmo me tiravam dúvidas do curso. Eles estavam lá e davam um reforço, uma contribuição. O coordenador mesmo, eu chegava com um trabalho que não conseguia fazer e ele me explicava.
		<b>Miguel</b>	Quando cheguei eu não tinha quase nada, é bom você sempre ter um dinheirinho, até porque aqui em Palmas tudo que você vai fazer tem que gastar. De vez em quando tem certas coisas da escola que você tem que ajudar, para fazer um trabalho a gente tem que ter um dinheiro, o dinheiro sempre me ajudou, até numa festinha de despedida da turma. Quando eu cheguei para falar a verdade eu acho que eu não tinha nem condição para ir numa festinha assim da turma, de participar, aí eu ficava meio excluído. Se eu não tivesse conseguido iria ficar bem excluído, então as coisas estão melhor agora. Não tinha condições, aí não tem jeito, tinha que depender da ajuda dos amigos. Porque aqui em Palmas é complicado, ficar só no aluguel, eu nunca passei fome graças a DEUS, mas ficar só no aluguel, comida, água e energia não dá, em que ter pelo menos um dinheiro para fazer outras coisas por fora.
		<b>Daniel</b>	Porque meu trabalho é dar manutenção e suporte de informática para quase toda instituição, com isso eu tenho que ir em um setor, em uma coordenação, o pessoal precisa, o computador trava, coisas assim. E o pessoal me chama, conversa comigo e passei a ter meio que uma amizade com os servidores e colaboradores da instituição. É muito bom, pois tipo é um lugar onde eu passo 16 horas do meu dia e se eu não tiver amizade e contato com as pessoas da instituição, ficaria meio chato, então isso gratificante.
	<b>Em relação a experiências profissionais, quais as contribuições do auxílio?</b>	<b>Helena</b>	Experiência, experiência profissional. Eu aprendi a parte de atendimento ao público, de arquivamento de processo, de despacho, de organização, de auxiliar as gerentes que ficavam nas coordenações. Eu ajudava na COTEPE (Coordenação Técnica Pedagógica) do lado da GEAE (Gerência de Apoio ao Ensino) na DIRENS (Diretoria de Ensino), quando era a noite que o pessoal precisava de mim eu ajudava a organizar a sala, arquivos.
		<b>João</b>	Contribuiu bastante porque eu já tinha uma certa responsabilidade, o orientador já conhecia meu trabalho, porque eu colaborava no MANUTEC

Categoria	Pergunta	Sujeito de pesquisa	Resposta
			<p>(Coordenação de Manutenção de Informática) e aí tinha bastante contato com meu trabalho e ele gostou da minha inserção no grupo de pesquisa. Eu acho que contribuí sim, eu já tinha a questão de me programar para fazer as atividades, lá eu adicionei a questão da pesquisa na minha rotina. Ele distribuiu o espaço para me preparar, para fazer as pesquisas, desenvolver as teses, ajudar ele na parte de programação, então foi bastante válido. Eu cresci bastante, o pessoal aqui me ajudou, eles me indicavam sempre que era melhor eu fazer isso, fazer assim, fazer assado, então foi um crescimento pessoal e profissional, eu me desenvolvi bastante.</p>
		<b>Miguel</b>	<p>No primeiro fiquei na Coordenação de Informática e no segundo fiquei no Telecentro na Coordenação de Extensão. Os dois locais ligados à informática, antes de vir eu fiz um curso, mas antes eu não tinha tanto acesso, entrei lá e fui aprendendo bem. Se não treinar né? Os professores de informática explicavam alguma coisa no trabalho, me ensinavam, e eu fui aprendendo coisas voltadas para essa área de informática. Hoje eu estou até sabendo muita coisa que se eu não tivesse me envolvido, teria que pagar outro curso.</p>
		<b>Maria</b>	<p>Há quatro anos atrás, quando eu cheguei no IFTO, eu tinha muito problema em falar com as pessoas e a bolsa ela obriga você a falar com as pessoas, a atender. Isso eu acho que na minha vida colaborou muito, até porque eu passei para Letras aqui no IFTO, e é muito bom para a comunicação, eu vou usar no trabalho. Me influenciou também, porque quando eu estava lá a coordenadora me pedia para ajudar os estudantes do EJA-Educação de Jovens e Adultos, eles tinham muitas dificuldades, até para ler, porque muitos vinham de cursos supletivos. Quando eu pensei em fazer Letras eu pensei em fazer um projeto de pesquisa para os estudantes do EJA. Eu acho muito interessante, eles não sabem quase nada do básico mesmo. Ler, escrever e matemática praticamente não sabem nada.</p>
	<p><b>É possível destacar quais as contribuições do Auxílio de Formação Profissional trouxe contribuições em sua vida? ( ) Sim ( ) Não.</b></p>	<b>Helena</b>	<p>Houve porque eu tinha dinheiro para comprar coisa para mim, sabe para minha autoestima, sei lá? Alguma coisa assim. porque se você só estudar, só estudar, só estudar a pessoa não tem vida. A pessoa tem que saber dividir o tempo não é? A pessoa ficar aqui de manhã, de tarde e de noite a pessoa cansa entendeu? No final de semana era um alívio, eu ia para a igreja, depois saía para comer alguma coisa. Comprava um pano para fazer uma roupa.</p>

<b>Categoria</b>	<b>Pergunta</b>	<b>Sujeito de pesquisa</b>	<b>Resposta</b>
	<b>Em caso positivo, quais?</b>		
		<b>Pedro</b>	Eu aprendi a gerenciar meu dinheiro no mês, como dividir, o limite que eu tenho, responsabilidade em relação a chegar no horário, a cumprir aquele horário, a seguir as regras do local onde estou. Mas o que me ajudou mais foi em relação a distribuir meu dinheiro com minhas despesas. Isso me ajudou muito.
		<b>Miguel</b>	A questão da inclusão, foi uma lição, posso falar que aprendi muita coisa desses anos pra cá até hoje. Eu consegui muita coisa e me deixou muito feliz, só de ter conseguido comprar minhas sem depender de meu pai e minha mãe, e principalmente ajudar eles, que eles já são de idade, eu acho que já estou num bom começo, para o futuro eu já estou me preparando.
		<b>Daniel</b>	Eu faço muita manutenção no setor de trabalho e com isso, assim antes de entrar na bolsa eu já tinha trabalhado com manutenção e suporte de computadores, só que eu não tinha tanto conhecimento e o conhecimento que eu adquiria no meu serviço da bolsa eu conseguia aplicar, porque de tanto você fazer manutenção nos computadores e dar suporte você vai aprendendo coisas novas. Eu fazia “bicos” e passei a fazer coisas avançadas, coisas que eu não sabia, e agora eu fui aprendendo umas coisas novas. A experiência do auxílio me trouxe também uma renda extra.
	<b>Qual a importância do auxílio para o currículo profissional?</b>	<b>Helena</b>	Eu estou querendo fazer um estágio, aí o Auxílio de Formação Profissional vai ser muito bom para contribuir no meu currículo.
		<b>Daniel</b>	Eu pretendo continuar na minha área e fazer faculdade de análises de sistema ou ciência da computação e continuar no ramo e talvez até fazer concurso aqui para o instituto federal e assumir a diretoria da parte de TI – Tecnologia da Informação aqui do IFTO.
	<b>Expectativas ao futuro após a conclusão do Ensino Médio Integrado?</b>	<b>Mário</b>	Neste último ano eu estava procurando um serviço, já estou procurando um estágio, eu andei faltando esse ano (2014), mas ano passado (2013) não. Estou quase achando esse estágio já na minha área mesmo, porque estou querendo começar a estagiar na área e virar um bom profissional, pois a área é boa. Meu sonho é ser independente e começar a dar assistência mais para meu pai, não dar mais despesas para meu pai, me formar e me concursar.
		<b>João</b>	Eu já estou cursando no período noturno

Categoria	Pergunta	Sujeito de pesquisa	Resposta
			<p>faculdade, passei para Sistemas de Informação vou continuar na área. Ganhei bolsa integral pelo PROUNI- Programa Universidade para Todos. E lá um professor falou que estava querendo montar um grupo de pesquisa para desenvolvimento de softwares e aplicativos para dispositivos móveis. Ele explicou como ia ser o grupo de pesquisa e eu me interessei bastante, acho que vou entrar sim, já até marquei uma reunião no final da semana para ele me entrevistar e para ver se estou apto a entrar ou não no grupo dele, mas eu estou bastante interessado em entrar nesse grupo de pesquisa.</p>
		<b>Pedro</b>	<p>Mas esse ano eu pretendo fazer cursinho, quero fazer vestibular para fora e esse dinheiro vai ser pra isso. Quero ir para a SFCEX - Escola de <i>Formação</i> Complementar do <i>Exército</i>. Quero seguir carreira militar e lá tem o curso superior de engenharia, quero sair de lá pelo exército como oficial de engenharia elétrica. Eu já estou juntando um dinheiro que sobre para fazer um cursinho e me preparar para o vestibular futuramente. Eu vou fazer para UNB (Universidade de Brasília), UFG (Universidade Federal de Goiás), UFT (Universidade Federal do Tocantins) e para Engenharia Elétrica do IFTO também.</p>
		<b>Miguel</b>	<p>Eu estou querendo fazer o ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio, meu sonho mesmo é ser engenheiro agrônomo, pois está ligado ao meu curso. Esse ano mesmo estou querendo me preparar, porque eu preciso também, não dou conta de pagar uma faculdade, estou confiando nessas bolsas.</p>
	<b>Qual a sua história de vida?</b>	<b>Helena</b>	<p>Eu moro com minha mãe e com meu irmão, meus pais eram casados há 25 anos e aí se divorciaram depois disso. Meu pai hoje ele está numa clínica de reabilitação para tratamento de dependência de drogas e basicamente quem sustenta a casa é minha mãe. Meu irmão era casado, hoje ele está divorciado, na verdade a gente mora com ele e hoje o filho dele também está morando com a gente.[...] Aí minha mãe, hoje ela começou a trabalhar, porque ela sempre trabalhou com contrato, ela mexia com contrato em colégios na área de serviços gerais, aí hoje ela conseguiu porque o contrato vence no fim do ano e ela foi despedida, aí ela conseguiu trabalhar num jardim como se fosse gari, mas aí fica só no jardim, não vai para a rua, mas é no sol do mesmo jeito. Ela é responsável por mim. Na verdade ela sempre dividiu o dinheiro dela comigo e com as despesas de casa, porque ela tinha que me sustentar, isso antes de eu começar com o auxílio, a gente sempre tirava aquele valor</p>



Categoria	Pergunta	Sujeito de pesquisa	Resposta
			para poder pagar ônibus para vir para cá, almoço, porque sempre vinha estudar de manhã e eu faço ensino médio a tarde e ia embora depois. Eu passava o dia inteiro aqui, eu saía de casa umas sete e meia da manhã, chegava quase nove e ficava o dia todo, aí ela pagava almoço para mim e o ônibus.
		<b>João</b>	Eu vim de uma cidade do interior do Tocantins. Vim primeiro em 2010 para estudar. Passei aqui no IFTO, corri atrás, me virei. Minha mãe me ajudou um pouco, mas foi mérito meu. Não conhecia nada aqui, aí conheci vindo para cá fazer a prova um rapaz, manteve contato com ele e ele falou “os primeiros meses aqui em Palmas se você passar pode ficar aqui em casa”. Eu vim, liguei para ele, falei para ele que eu tinha passado, eu fiquei os primeiros três meses na casa dele até eu arrumar uma quitinete para morar. Chamei outro amigo meu que passou também e a gente morou 01 ano juntos, aí meu irmão veio e a gente alugou uma quitinete para nós dois, ele estuda no militar. Quando meu irmão veio no ano seguinte, meus pais começaram a apertar a situação, porque eles tinham um pequeno comércio e a venda caiu muito. E aí foi onde eu fiquei sabendo e tive a oportunidade de recorrer ao auxílio para ajudar nas despesas tanto aqui, quanto lá também, pois às vezes minha mãe precisava de alguma coisa como um gás, aí eu tinha um dinheiro guardado e mandava para ela, mas aqui o dinheiro basicamente servia para pagar água, luz, energia e alguma outra despesa a mais que aparecesse, pois meu pai disse que fazia questão de pagar a compra e o aluguel, ele disse que se virava. Então água, energia, gás e outra coisinha a mais que viesse era por conta da bolsa. Era só eu e meu irmão, o rapaz ficou com a gente os seis primeiros meses, ele estava se formando, aí ele arrumou um emprego e saiu.
		<b>Pedro</b>	Eu sou de Dianópolis-TO, aí eu fiz um vestibular pra cá pro ensino médio e passei, porque o ensino médio lá era fraco, aí eu vim pra cá. Eu tô morando na casa de minha tia e minha mãe não tem condições de pagar aluguel e me sustentar aqui né? Então eu tô morando na casa de minha tia e aí ela não tem condição de me sustentar aqui em Palmas, nem pagar passagem de ônibus e despesa pessoal” [...] minha mãe não paga aluguel, não paga alimentação, energia, água, é tudo por conta de minha tia. Meu pai ajuda sim, mas é pouco. É um acordo sem ser judicial, só R\$ 300,00 por mês para os dois, mas ele tem mais condições de ajudar, ele é autônomo. [...] Eles não chegaram nem a casar. Foi um namoro, que teve eu e meu irmão.

Categoria	Pergunta	Sujeito de pesquisa	Resposta
		<b>Miguel</b>	<p>Eu cheguei a Palmas em 2012, consegui passar. Com quinze anos. Aí eu vim morar só. Consegui uma quitinete e estava morando lá. Aí eu cheguei e fui informado pelo programa por um amigo que até hoje estuda aqui, ele era bolsista também, aí ele me informou porque nós dois tínhamos a mesma necessidade. Eu cheguei aqui poderia, dizer que sem nada. Eu morava numa quitinete de um quarto e banheiro sem nada, sem geladeira, sem televisão, só a cama, só uma cômoda, panela e fogão, eu mesmo faço a comida. Aí depois que meu amigo me informou eu preenchi a ficha e consegui aí o dinheiro que eu fui pegando até hoje fui comprando minhas coisas. Não posso deixar de falar que a mãe sempre me ajuda né? Porque eles também precisam lá, pra manter aqui e manter lá é muito caro. São aposentados, são mais de idade estão com sessenta e poucos anos. Meu pai tem 63 e mãe também a mesma idade. Aí ficava muito apertado pagar aluguel, água e energia, porque lá também eles tem a casa, a casa é própria, mas tem os gastos. Aí eu consegui o auxílio, fui comprando minhas coisinhas e me ajeitando, sempre cuidando mais de mim, aí quando eu podia até ajudava minha mãe, mandava algum dinheiro quando sobrava, eu não gastava tudo e fui me ajeitando. Depois consegui ganhar novamente, aí faltaram umas coisas, que eu sempre comprava parcelado, eu comprei meu guarda-roupa, cama, armário, tanquinho, televisão, geladeira, esses “trem” de casa, tirando a parte de calçado e roupa. Me ajudou, muito principalmente para me manter e eu conseguir minhas coisinhas dentro de casa.</p>
		<b>Daniel</b>	<p>Eu vim do Pará, atualmente estou morando com minha mãe, dois irmãos e meu padrasto que é casado com minha mãe. Moro no Aurenly III que é bem longe aqui do instituto. Para vir eu utilizo transporte coletivo, utilizo num total de 06 ônibus por dia para chegar e pra ir embora. Eu sempre almoço no instituto, porque não dá tempo de voltar em casa para almoçar. Eu venho muito aqui de manhã para estudar, fazer trabalhos, pesquisas, usar biblioteca, coisas do tipo.</p>
		<b>Paulo</b>	<p>Eu nasci aqui em Palmas mesmo, desde pequeno moro com meu pai e minha mãe. Meu pai sempre viajou muito, sempre morou com a gente aqui em Palmas, mas sempre trabalhava fora. Trabalhava em uma empresa e sempre essa empresa fazia obra em todo o Tocantins. Ele viajava muito. Ele era eletricitista. Ele foi muito ausente. Ele foi morar em Araguaína-TO, se distanciou da minha mãe e foi trabalhar em Araguaína -TO. Em 2012 ele voltou para Palmas -TO, voltou para casa e para minha mãe. Eles</p>

Categoria	Pergunta	Sujeito de pesquisa	Resposta
			<p>passaram uns tempos separados e ele adoeceu. Ele parou de trabalhar, nesse tempo ele trabalhava de autônomo. Foi um período bastante crítico, porque a gente pedia muito dinheiro emprestado para outros familiares. Eu já trabalhava aqui, ajudou bastante o dinheiro daqui também. Aí quando foi no ano passado (2013) em setembro ele faleceu. Desde o ano passado ele tinha um problema no esôfago, varizes no esôfago, ele vomitava, tinha umas crises e as veias do esôfago dele estouravam, ele vomitava muito sangue. De dois em dois meses ele tinha crises, quando foi duas semanas antes ele faleceu, ele teve uma crise, vomitou muito sangue, foi para o hospital e passou uma semana lá. Na sexta-feira a noite ele teve já alta, mas os médicos decidiram que ele passasse a noite lá em observação, aí quando foi a noite, de madrugada, ele teve outra crise e vomitou sangue. Ele não resistiu e faleceu. Antes de falecer ele passou 05 meses pagando INSS, então a partir disso minha mãe entrou na justiça e quando foi no mês passado ela começou a receber o dinheiro da pensão dele.[...] Tenho 03 irmãos, eles são mais novos do que eu. Um de 13 (anos), um de 12 (anos) e a menina é a mais nova tem 05 anos.</p>
		<b>Mário</b>	<p>Meu pai é autônomo lá no interior e minha mãe não tem estudo, ela é dona de casa. Lá em Paraíso (Paraíso do Tocantins) tem um <i>Campus</i> do IFTO e meu irmão passou. Todo dia ele ia para Paraíso, ia e voltava para Nova Rosalândia-TO a 50km de Paraíso-TO. Aí meu irmão ia e vinha, ia e vinha com muita dificuldade do papai e da família né? Eu ainda era menor mas observava as coisas. Eu fiz a prova pra lá, mas não passei, aí no ano seguinte eu fiz a prova pra cá e passei, pois o curso que queria estava aqui que era eletrotécnica, [...] Aí depois ele ficou com preocupação na cabeça “como é que eu vou levar esse menino pra lá? Agora eu vou ter que levar esse menino pra lá (Palmas)?”. Aí ele me trouxe pra Palmas, eu fiquei morando na casa de parentes, em Taquari (bairro da periferia de Palmas), é bem longe. Eu saía daqui 18h e chegava lá as 20h, duas horas pra chegar lá. Morei lá um mês e meio, mas era muito chato ficar na casa de parentes, constrangedor, mas pra quem quer vencer na vida não vê isso não né? Lá era muito chato, porque o pessoal brigava muito, eu não tinha muita intimidade com eles. Aí meu pai arranhou uma quitinete do lado aqui na escola, bem barata, no tempo era R\$ 200,00. Meu pai arrumou as coisas lá pra mim e eu fiquei morando lá sozinho de 06 a 08 meses, tinha 15 anos. Estava muito pesado para o papai, mandar</p>

Categoria	Pergunta	Sujeito de pesquisa	Resposta
			esse monte de dinheiro para mim, aí meu irmão veio pra cá, porque ele já tinha feito 18 anos. Eu veio pra cá, arrumou um serviço e começou a contribuir nas despesas, mas mesmo assim ainda continuava caro.
		<b>Maria</b>	Assim lá em casa antigamente minha mãe não trabalhava, só meu pai que trabalhava, ele trabalhou em vários serviços. Ele veio no início de Palmas. Ele veio do Piauí, só que ele veio do Pará para cá. Ele encontrou minha mãe no Pará, se casaram, foi bem rápido. Aí meu pai tinha comprado um lote aqui, quando ele estava construindo minha mãe ainda estava lá no Pará, depois ele casou e eles vieram para cá. Nós moramos nesse lote. Meu pai e ela agora vendem água de coco. Meu pai vende na Estação Apinajé (ônibus) e minha mãe vende no Banco do Brasil em frente aos Correios.